



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL

A IMPLANTAÇÃO DO REUNI E O SEU IMPACTO NA EVASÃO DISCENTE

LUDMILA GUERRA DE MOURA

UBERLÂNDIA
2018

LUDMILA GUERRA DE MOURA

A IMPLANTAÇÃO DO REUNI E O SEU IMPACTO NA EVASÃO DISCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Ferreira Lopes

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M929i Moura, Ludmila Guerra de, 1983-
2018 A implantação do reuni e o seu impacto na evasão discente [recurso eletrônico] / Ludmila Guerra de Moura. - 2018.

Orientador: José Eduardo Ferreira Lopes.
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Gestão organizacional.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.571>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Administração. 2. REUNI. 3. Evasão escolar. 4. Políticas públicas.
I. Lopes, José Eduardo Ferreira, 1971-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Gestão organizacional.
III. Título.

CDU: 658

Gloria Aparecida - CRB-6/2047

LUDMILA GUERRA DE MOURA

A IMPLANTAÇÃO DO REUNI E O SEU IMPACTO NA EVASÃO DISCENTE

Dissertação apresentada ao programa Pós-Graduação em Gestão Pública, Mestrado Profissional, da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

Orientador: Prof. José Eduardo Ferreira Lopes

Uberlândia, 31 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

José Eduardo Ferreira Lopes

Cristiane Betanho

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Peterson Elizandro Gandolfi

*Aos meus filhos, Luma e Mateus, por tudo que
representam em minha vida.*

Agradecimentos

Durante esses dois anos de mestrado, de dedicação, estudo e esforço, tenho muito a agradecer as pessoas que me acompanharam e que foram fundamentais para a concretização desta etapa. Primeiramente, agradeço a Deus por me acompanhar, me guiar, me iluminar e me sustentar nos momentos de desespero e de dificuldades, me mantendo firme para enfrentar os obstáculos sem desistir.

Aos meus pais, Neirton e Maria Eunice, pela compreensão com os momentos de ausência, pelo carinho e amor que têm por mim, por me apoiarem e me ajudar em todos os aspectos. Especialmente a minha mãe, por tudo que teve que fazer por mim durante esse período, me ajudar com casa, com a criação dos meus filhos, abdicando-se de suas tarefas e rotinas para me auxiliar. Sem você mãe, com certeza não teria conseguido chegar até aqui. Obrigada pais por sempre lutarem para oferecer o melhor para mim e pelo amor incondicional que vocês sentem por mim.

A meu marido, Wesley, que mesmo com a rotina dupla de trabalho e escola, me apoiou, me amparou e sempre me incentivava a seguir em busca dos meus sonhos.

A meu irmão, Leandro, que mesmo distante sempre se preocupou comigo e com meus filhos demonstrando carinho e apoio.

A minha sogra, Marlene, pelas várias orações que me protegeram e me deram forças para continuar. Muito obrigada pelos vários dias que também teve que me auxiliar com as tarefas de casa e acompanhar meus filhos revezando com minha mãe.

Aos meus filhos, Luma e Mateus, além de agradecer pelos vários abraços de urso, beijos babados e muitos gestos de carinho, os quais me deram forças para chegar até o fim do mestrado, peço sinceras desculpas pelos momentos de nervosismo e de ausência da mamãe. A minha filha Luma, meu agradecimento especial, pois muito me ajudou com tarefas simples de casa e até mesmo olhando e brincando com seu irmão, Mateus, enquanto eu fazia os trabalhos e estudos necessários. Espero que um dia possam entender que o esforço desse período tinha como objetivo proporcionar um futuro melhor para vocês. Mamãe ama mais que chocolate vocês dois!

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Cintia Medeiros, José Eduardo, Márcio Pimenta, Cristiane Betelho, Eustáquio São José, Luciana Cezarino e Valdir pela dedicação e zelo ao transmitirem os conteúdos das disciplinas.

Aos colegas de mestrado pela oportunidade de conviver e trocar experiências, por tantos conselhos, por tantas palavras de motivação, por encorajar e não permitir que eu desistisse.

Ao professor Eustáquio por trilhar os primeiros caminhos, correções e sugestões dessa dissertação.

Ao professor Valdir que tanto me aconselhou, sugeriu e propôs melhorias para a construção deste trabalho.

Ao professor José Eduardo, meu orientador, por ter aceito dar continuidade a este trabalho, pela pontualidade, respeito, competência e profissionalismo. Muito obrigado por ter me orientado e me incentivado na construção deste trabalho.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Cris, Peterson e Marcus Vinícius, por aceitarem o convite, disporem seu tempo e por contribuírem com valiosas sugestões para o aprimoramento desta dissertação.

RESUMO

A demanda por educação superior aumenta proporcionalmente ao desenvolvimento de uma nação. Uma das formas de os governos suprirem essa demanda é estabelecerem políticas públicas voltadas a esse tipo de educação, sendo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) um exemplo dessas políticas. O REUNI teve como principal objetivo criar condições para a ampliação e permanência na educação superior pública. Entretanto, o caminho percorrido por um universitário, desde o seu ingresso até o recebimento do diploma, pode apresentar diversos percalços, dentre eles, encontra-se o abandono dos estudos. O combate à evasão no ensino superior é um dos pontos trabalhados pelo Programa REUNI. Como forma de contribuir com a avaliação desta política pública educacional e ainda fornecer subsídios para uma melhor gestão universitária, esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do REUNI na evasão discente na Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2000 a 2017. No presente trabalho, foram abordados temas como Políticas Públicas, Ciclo de Políticas Públicas, Expansão do Ensino Superior, REUNI e Evasão Discente. A pesquisa é do tipo descritiva e utilizou-se de métodos qualitativos e quantitativos. Os dados secundários utilizados nesta pesquisa são provenientes da base de dados disponibilizada pela Diretoria de Administração e Controle Acadêmico. Esses dados foram processados e ajustados para a realização das análises estatísticas, valendo-se da estatística descritiva para interpretá-los. Os resultados evidenciaram que os índices médios de evasão nos cursos criados ou que tiveram ampliação de oferta de vagas com a implantação do REUNI são superiores aos índices dos cursos que já existiam na instituição. Entretanto, quanto aos que tiveram ampliação de oferta pelo REUNI, foi constatado que eram cursos que, historicamente, já apresentavam evasão média superior aos cursos não REUNI. Quanto à forma de ingresso do aluno na instituição, foi detectado que existe maior evasão entre os candidatos que escolheram o Sistema de Seleção Unificado (SISU) como forma de seleção, sendo menores as taxas de evasão dos ingressantes por vestibular. A evasão média do período de 2001 a 2012 esteve em torno de 29,11%. As análises dos dados também apresentaram que, no período de implantação do REUNI, 2008 a 2012, os cursos das áreas de Ciências Matemáticas e Naturais são as que apresentam maior percentual médio de evasão no período do estudo, 75,70%, e a área Médica e de Saúde, que apresentam menor percentual, 16,31%. Os cursos que se destacaram com maior evasão média no período de implantação do REUNI foram: Física (99,21%); Física de Materiais (88,26%) e Matemática (83,91%). Deste trabalho, originaram-se dois produtos tecnológicos, que são: o Resumo Executivo e o planejamento de um workshop, ambos destinados à Pró-Reitoria de Graduação.

Palavras-chave: REUNI. Evasão. Políticas Públicas. Ensino Superior.

ABSTRACT

The demand for higher education increases proportionately to the nation development. One of ways for governments supply this demand is to establish public policies focused on this type of education, and the Federal University Restructuring and Expansion Support Program (REUNI) is an example of such policies. The main purpose of REUNI was to create conditions for the expansion and permanence in public higher education. However, the way taken by an university student, from his admission to receiving the University Degree, can present several mishaps, among them, the abandonment of studies. The fight against dropout in higher education is one of points worked by the REUNI program. As a way to contribute to the evaluation of this public educational policy and to provide subsidies for better university management, this research aims to analyze the impact of REUNI on student dropout at the Federal University of Uberlândia in the year 2000 to 2017. In the present work, themes such as Public Policies, Public Policy Cycle, Expansion of Higher Education, REUNI and Student Evasion were discussed. The research is of the descriptive type and qualitative and quantitative methods were used. The secondary data used in this research come from the database made available by the Board of Administration and Academic Control. These data were processed and adjusted for the statistical analysis, using the descriptive statistics to interpret them. The results showed that the average rates of avoidance in the courses created or that had an increase in the number of vacancies with the implementation of the REUNI are higher than the indexes of the courses that already existed in the institution. However, in relation to those that had an increase in the offer by REUNI, which were courses that, historically, had already averted higher average non-REUNI courses. As for the student's admission to the institution, it was detected that there is greater evasion among the candidates who chose the Unified Selection System (SISU) as a form of selection, and the dropout rates of the students per vestibular were lower. The average drop in the period from 2001 to 2012 was around 29.11%. Data analyzes also showed that, in the period of implementation of the REUNI, from 2008 to 2012, the courses in Mathematics and Natural Sciences are the ones with the highest average percentage of dropout in the study period, 75.70%, and the area Medical and Health, which have a lower percentage, 16.31%. The courses that stood out with the highest average drop in the REUNI implementation period were: Physics (99.21%); Materials Physics (88.26%) and Mathematics (83.91%). From this work, two technological products originated, which are: the Executive Summary and the planning of a workshop, both destined to the Graduate Rectorate.

Keywords: REUNI. Evasion. Public Policy. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Modelo Sistêmico	32
FIGURA 2	Ciclo de Políticas Públicas	37
FIGURA 3	Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e <i>Campi</i> UFU	71
GRÁFICO 1	Evolução das matrículas das instituições públicas e privadas de ensino superior	17
GRÁFICO 2	Despesas de educação superior como percentual do PIB 2000, 2005, 2010	24
GRÁFICO 3	Percentual de evasão e o ano de ingresso do aluno nos cursos presenciais.	85
GRÁFICO 4	Percentual de evasão média nos períodos antes e durante o REUNI	88
GRÁFICO 5	Relação entre evasão e o ano de sua ocorrência no período de 2000 a 2017	89
GRÁFICO 6	Frequência de evasão e o tempo de permanência do aluno no curso no Período de 2000 a 2017	90
GRÁFICO 7	Relação entre formas de ingresso e evasão do período de 2000 a 2017	91
GRÁFICO 8	Grandes áreas de conhecimento e percentual médio de evasão no período de 2000 a 2012	93
GRÁFICO 8	Relação percentual por ano de ingresso do período de 2008 a 2016	100
GRÁFICO 9	Relação percentual por agrupamento de cursos REUNI e não REUNI no período de 2000 a 2017	101
GRÁFICO 10	Cursos com maior evasão média no período de 2008 a 2012	104
GRÁFICO 11	Cursos com menor evasão média no período de 2008 a 2012	106

QUADRO 1	Estruturação das diretrizes do REUNI em dimensões e subitens	51-52
QUADRO 2	Trabalhos sobre evasão universitária	62-63
QUADRO 3	Protocolo de pesquisa	67
QUADRO 4	Ampliação de vagas e cursos na UFU no período de 2003 a 2006	73
QUADRO 5	Quantitativos de novas vagas	80
QUADRO 6	Ampliação de vagas em cursos já existentes	80
QUADRO 7	Oferta de novos turnos de cursos de graduação já existentes	81
QUADRO 8	Criação de novos cursos	81-82
QUADRO 9	Criação de novos cursos em <i>Campi</i> fora da sede	83
QUADRO 10	Áreas de conhecimento, cursos REUNI e não REUNI e % médio de evasão. Período 2000-2007 e 2008-2012	96-99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução de matrículas, Ingressantes (sem transferências internas e reingressos), concluintes e percentual evasão anual	22
TABELA 2	Evasão anual agrupada por tipo de graduação, modalidade de ensino e categoria administrativa no período de 2011 a 2015	23
TABELA 3	Dados gerais dos alunos de graduação presencial da UFU – período: 2000 a 2017	84
TABELA 4	Evolução do custo do aluno no período de 2000 a 2017	85
TABELA 5	Tipos de evasão e relação percentual por ano e total – período: 2000 a 2017	86
TABELA 6	Percentual de alunos concluintes por ano de ingresso do período de 2000 a 2012	87-88
TABELA 7	Percentual médio de evasão nas áreas de conhecimento no período de 2000 a 2012 e projeção 2013 a 2017	94
TABELA 8	Relação entre <i>campi</i> e evasão – Período: 2000 a 2017	103
TABELA 9	Cursos com maior e menor percentual de evasão média em cada área de conhecimento no período de 2008 A 2012	109
TABELA 10	Cursos oferecidos nos turnos noturno com percentual total de evasão superior ao seu correspondente integral/matutino – período 2008 a 2012	109-110
TABELA 11	Cursos oferecidos nos turnos integral/matutino com percentual total de evasão superior ao seu correspondente noturno – período 2008 a 2012	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBIM	Ciências Biomédicas
CEHAR	Ciências Humanas, Letras e Artes
CETEC	Ciências Exatas e Tecnológicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDIR	Conselho Diretor
CONFITEA	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
CONGRAD	Conselho de Graduação
CONPEP	Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
CONSEX	Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
CONSUN	Conselho Universitário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPP	Ciclo de Políticas Públicas
CPAA	Comitê Prossiga de Acompanhamento e Avaliação
DIRAC	Diretoria de Assuntos Acadêmicos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESEBA	Escola de Educação Básica
ESTES	Escola Técnica de Saúde
FACIP	Faculdade Integrada do Pontal

FEELT	Faculdade de Engenharia Elétrica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FPF	Fundo Público Federal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFETS	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAAES	Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIES	Processo Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PET	Programa Especial de Treinamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão
PINGIFES	Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROCAMPO	O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
PROPP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROSSIGA	Programa Institucional de Graduação Assistida
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNE	Sistema Nacional de Educação
UFABC	Universidade Federal do ABC
UAB	Universidade Aberta Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UnB	Universidade de Brasília
UnU	Universidade de Uberlândia
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Luso-Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Exposição do Tema	18
1.2 Apresentação do Problema	25
1.3 Objetivos	26
1.4 Justificativa.....	26
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	29
2.1 Políticas Públicas.....	29
2.1.1 Ciclo de Políticas Públicas.....	35
2.1.2 Educação Superior e Políticas Educacionais.....	38
2.1.3 Expansão do Ensino Superior Público no Século XXI e o REUNI.....	47
2.2 Evasão Universitária.....	54
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	64
3.1 Métodos	64
3.2 Procedimentos	67
3.2.1 Coleta e Preparação dos Dados	67
3.2.2 Análise dos Dados.....	68
4 RESULTADOS.....	70
4.1 Contexto Histórico, Percepções sobre a Evasão e Processo de Implantação do REUNI na UFU	70
4.1.1 História e Processos de Ampliação Anteriores ao REUNI	70
4.1.2 Contexto e Percepções a Respeito da Evasão na UFU.....	74
4.1.3 Implantação do REUNI na UFU	78
4.2 Dados gerais da evasão	84
4.3 Relação entre formas de ingresso e evasão discente	90
4.4 Relação entre cursos, áreas de conhecimento e evasão.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – CURSO E PERCENTUAL DE EVASÃO MÉDIA NOS PERÍODOS DE 2000 A 2007, 2008 A 2012, 2000 A 2012, 2013 A 2017	133
APÊNDICE B – WORKSHOP REUNI E EVASÃO DISCENTE NA UFU	139
APÊNDICE C – RESUMO EXECUTIVO REUNI E EVASÃO DISCENTE	141
ANEXO A – QUADRO REFERENCIAL DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E CURSOS AFINS	157

1 INTRODUÇÃO

A disseminação de conhecimentos sociais, culturais e econômicos ocorre desde os primórdios da humanidade. Primeiramente, essa disseminação ocorria por meio de simples reuniões em locais pré-determinados. Nos tempos modernos, ela ocorre também em ambientes denominados escolas, onde todo cidadão tem o direito de receber conhecimento (OLIVEIRA, 2013).

No caso brasileiro, a disseminação de conhecimento via ambiente escolar ocorre na educação básica (ensino fundamental e médio), local onde a criança e adolescente irão adquirir conhecimentos para compreender melhor o mundo em que vivem. Já na educação superior e tecnológica, os indivíduos poderão escolher seu futuro profissional. A educação é dever do Estado e da família e um direito de todos os cidadãos brasileiros, estando ambos garantidos no Art. nº 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).

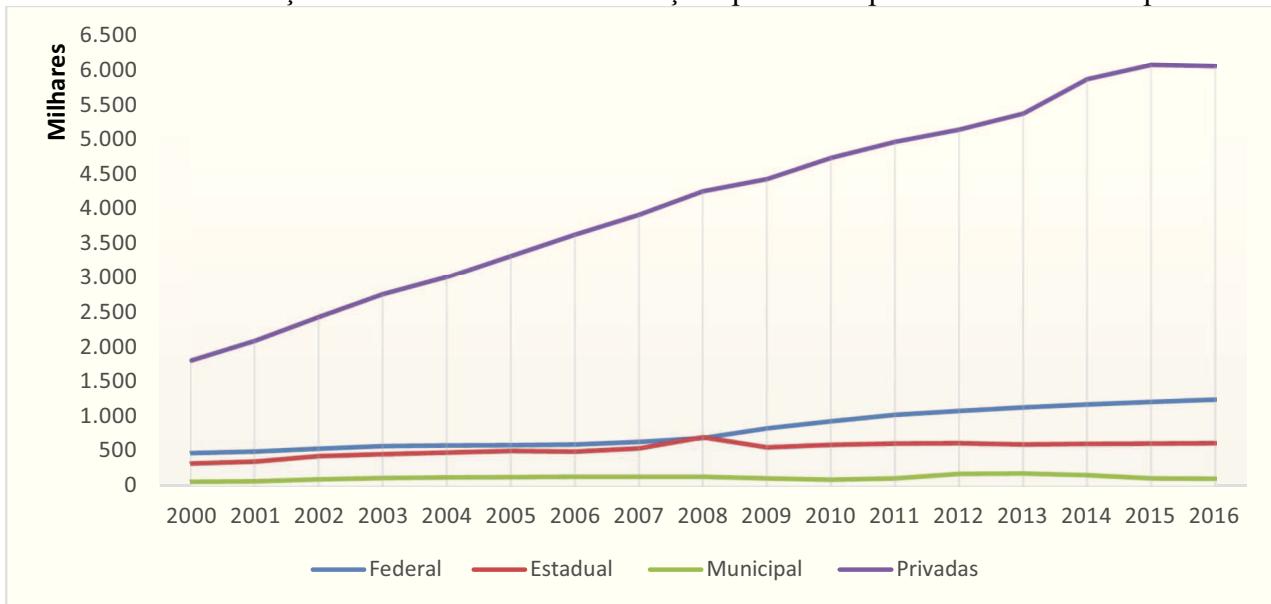
A inserção das crianças e adolescentes na educação básica, bem como de jovens e adultos na educação superior, deve ser proporcionada pelo Estado por meio de políticas públicas (CASTRO; OLIVEIRA, 2014). No âmbito da educação superior, essas políticas abarcam uma série de programas de incentivo ao ingresso e permanência desses estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A partir dos anos 2000, surge, na área da educação, uma série de políticas públicas que objetivavam ampliar o acesso ao ensino superior. Essas políticas priorizavam a expansão do acesso e do número de vagas (SILVA; REAL, 2011) e tinham como público-alvo os jovens de 18 a 24 anos (BRASIL, 2007). O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi uma dessas políticas públicas educacionais voltadas para a expansão e reestruturação do Ensino Superior público e gratuito brasileiro.

O Gráfico 1 ilustra a evolução das matrículas nas IES públicas federais, estaduais e municipais, bem como nas instituições privadas nos anos de 2000 a 2016. Nota-se que, apesar dos avanços em políticas de expansão do ensino superior público, a oferta na educação privada é ainda muito superior no país. As matrículas nas instituições privadas no ano de 2016 representavam 75,27% do total.

As instituições de ensino superior públicas federais tiveram acréscimo em número de matrículas de 258,6%, de 483.050 em 2000 para 1.249.324 em 2016, já as instituições privadas tinham 1.807.219 matrículas em 2000 e em 2016 o número de matriculados era de 6.058.623, ou seja, para essas instituições o acréscimo de matrículas foi de 335,2%.

Gráfico 1: Evolução das matrículas das instituições públicas e privadas de ensino superior



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das sinopses estatísticas da educação superior do INEP

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) favorecem o desenvolvimento das pessoas, possibilitando, por meio da educação, um futuro profissional promissor. Elas também inserem no mercado de trabalho profissionais com qualificação para exercerem suas funções com cidadania (ALENCAR, 2014). Entretanto, o caminho universitário, desde o ingresso até o recebimento do tão almejado diploma, pode apresentar diversos obstáculos. Encontra-se, dentre esses percalços, o abandono dos estudos, também conhecido como evasão (RISTOFF, 1999).

A evasão é um fenômeno considerado complexo e que interfere na gestão universitária. Nas IFES, esse fenômeno representa tanto um desperdício de dinheiro público quanto um ônus para a sociedade, já que ocorre um uso inadequado da vaga, o que sinaliza equívocos na orientação profissional dos ingressantes (GOMES et al., 2010).

Para Lobo e outros (2007), os prejuízos causados por alunos que começam, mas não terminam seus cursos universitários, podem ser considerados prejuízos não somente para a comunidade acadêmica, mas também um prejuízo de cunho econômico e social. Para as IES Públicas, essas perdas são representadas pelo investimento público sem o seu devido retorno e, para as IES privadas, pela perda de receitas.

1.1 Exposição do Tema

As universidades, como instituições sociais, precisam se adequar às transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem no mundo, tendo em vista que são elas que possibilitam para os estudantes a sua qualificação e, dentre outras coisas, para se inserirem no mercado de trabalho (ALENCAR, 2014).

Nenhum país que aspira a ser desenvolvido e independente deixa de considerar a importância da educação superior no estabelecimento de políticas para a promoção cultural, social e econômica de seus cidadãos e comunidades. Na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFITEA), realizada em Hamburgo, em 1997, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a educação foi considerada estratégica para o desenvolvimento das nações do Século XXI, sendo enumerada com um dos princípios e compromissos firmados pelos participantes a fim de, juntos, construírem um mundo no qual os conflitos violentos sejam substituídos por diálogo e pela cultura da paz (UNESCO, 1997).

De acordo com um artigo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estudos do Banco Mundial e da UNESCO demonstram que “nenhum país conseguiu um desenvolvimento sustentável sem investir substancialmente em educação e em saúde” (SILVA; ALMEIDA, 2012, p. 222). Entretanto, os países da América Latina, da África e da Ásia Central são os que menos investem em educação pública se comparados à Europa, ao Oriente Médio, aos Estados Unidos e aos outros países industrializados.

De fato, as universidades, consideradas patrimônio social, são instituições que, pelo papel desempenhado na produção e na transmissão da cultura e da ciência, participam efetivamente da construção da identidade social e do projeto de uma nação. A amplitude e a relevância dessa tarefa, portanto, impõem às nações em desenvolvimento o estabelecimento de metas dirigidas para a ampliação da participação da sociedade nesse nível de ensino e, consequentemente, para a oferta de um ensino de qualidade (BRASIL/MEC, 2012).

A tarefa de ensinar recebe influências tanto dos agentes sociais envolvidos, quanto da cultura organizacional, bem como dos sistemas políticos, filosóficos e sociais. A universidade é uma instituição social que revela, de certo modo, a estrutura e o estilo de funcionamento da sociedade (CHAUÍ, 2003).

O reconhecimento do papel da Universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma

competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita (BRASIL/MEC, 2012, p. 9).

A temática da expansão da educação superior situa-se no contexto das políticas neoliberais e de reforma do Estado brasileiro (BORGES; AQUINO, 2012). Desde a década de 1990, a reforma dos sistemas educacionais vem sendo influenciada por propostas de reforma do Estado, como as da Nova Gestão Pública. Ampliar as condições de acesso ao ensino superior, mantendo a qualidade de ensino e racionalizando recursos, são tarefas difíceis e até um pouco conflitantes.

Historicamente, cursar o ensino superior era considerado coisa de “filho de gente rica”, mas, a partir segunda metade da década de 1990, a pressão pelo acesso por parte da população aumentou e o governo iniciou a adoção de políticas para democratizar o acesso à educação. As reformas dos sistemas educacionais visam à adequação às novas formas de gestão e controle de gastos (NEVES; RAIZER; FACHINETO, 2007).

Essa primeira democratização de acesso à educação superior, que aconteceu na década de 1990, ocorreu, predominantemente, no setor privado em detrimento do setor público. No final da década, a participação na oferta do setor público era de 35,1% e, no setor privado, era de 64,9%. Esse crescimento de matrículas no ensino superior durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, especificamente, apresentava como principais causas o aumento da demanda por vagas, bem como pela flexibilização da legislação que passou a permitir a criação de outros tipos de instituições e a redução do investimento no setor público (NOGUEIRA, 2008).

Segundo Bezerra e Gurgel (2011, p. 3), “[...] a educação superior no Brasil se conformava, até os anos 1990, como um patrimônio reservado aos estudantes provenientes das camadas mais altas da população”. Ainda que o ensino superior não contemple a grande maioria da população, nota-se que houve, na última década, grandes investimentos em educação superior, bem como uma maior preocupação em implementar políticas de expansão e democratização desse tipo de ensino.

A preocupação com a reestruturação e expansão universitária nas IFES públicas passou a ser discutida de forma mais efetiva no início da década de 2000. Nesse período, surgem diversas políticas públicas que visavam a ampliar o acesso e o quantitativo de vagas disponíveis ao ensino superior (SILVA; REAL, 2011). O REUNI surge dessa busca do Governo por modelos mais atuais e compatíveis com os adotados em países de primeiro mundo.

O REUNI fazia parte da segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior do Governo e objetivava estabelecer condições para a ampliação do acesso à educação superior, bem como a permanência dos alunos nos cursos de graduação. Esse programa buscava, ainda, aproveitar

de forma eficiente a estrutura física e os recursos humanos já existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

O referido programa foi instituído pelo Decreto 6.096/2007, de 24 de abril de 2.007, integrando-se as metas de expansão da oferta da educação superior elencadas no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, vigência 2001-2010, o qual estava vinculado às ações propostas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Programa tinha como meta global, para o prazo de cinco anos (2008-2012), elevar gradualmente a taxa média de conclusão de cursos de graduação presenciais para noventa por cento e subir para dezoito a relação de alunos por professores (BRASIL, 2007).

O REUNI obteve 53 adesões das 54 universidades existentes até 2007. A única Universidade que não aderiu ao Programa foi a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, visto que essa instituição já adotava as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 6.096/2007 (BRASIL/MEC, 2009).

O Programa possuía diretrizes específicas, tais como: a redução das taxas de evasão, preenchimento de vagas ociosas e aumento do quantitativo de ingressantes; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem; diversificação das modalidades de graduação; ampliação de políticas de inclusão e assistência aos estudantes; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007). Destaca-se que a Instituição, ao assinar o termo de pactuação com o Ministério da Educação (MEC), deveria se comprometer com a redução da evasão discente.

Apesar de o Programa ter sido criado para ter duração de 5 anos, permanecendo em execução no período de 2008 a 2012, cabe mencionar que o PNE, no decênio 2014-2024, conforme Lei nº. 13.005, promulgada em 25 de junho de 2014, absorveu suas metas e diretrizes (ALENCAR, 2014).

Se, antes, a universidade era responsável por atender à produção do conhecimento científico, hoje, atende e contribui para solucionar problemas da sociedade na qual está incluída (MELO, 2011). Portanto, o Governo adéqua suas políticas públicas para que essas possibilitem o acesso de diversas camadas sociais ao ensino superior, objetivando expandir e democratizar o acesso à Educação Superior.

Para Ristoff (2008), democratizar o ensino significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Para, de fato, acontecer essa democratização, é necessário que

medidas mais radicais sejam tomadas pelos representantes, contemplando os historicamente excluídos e que assegurem tanto o acesso quanto a permanência desses sujeitos na educação superior.

Uma das formas encontradas para democratizar o ensino superior é o aproveitamento da infraestrutura já existente nas IFES para oferecer cursos de graduação noturno, beneficiando a população que não pode frequentar os cursos diurnos e integrais. Assim, o acesso e, especialmente, a permanência são os principais aspectos no processo de democratização (MELO, 2011).

A adesão das IFES por uma reforma ampla, como a do Programa REUNI, ocasiona impactos sociais diretos e indiretos aos estudantes, familiares, sociedade e para a própria instituição (ALENCAR, 2014). Nesse sentido, as Instituições assumiram, por meio de um termo de pactuação, não somente ampliar vagas, mas também criar condições de permanência, ou seja, a IFES deveria assegurar ao aluno condições de aprendizagem e de sua continuidade na instituição. Não por acaso, a redução da taxa de evasão está contemplada nas diretrizes do Decreto nº. 6096/2007.

O problema da evasão universitária é considerado um dos maiores obstáculos para a plena efetivação dos propósitos da universidade, pois isso acarreta em custos não apenas para a instituição, mas também para o poder público e para a toda a sociedade (ROSA, 1994). Os números relativos à evasão podem ser considerados ainda maiores se forem contabilizadas as vagas não preenchidas e os formandos que não atuam no campo em que se formaram. Esse quadro resulta em desperdícios de cunho científico, cultural e econômico (SEVERINO, 2009 apud BORGES; AQUINO, 2012).

O tema evasão tem relevância internacional já que afeta o sistema educacional de um modo geral. Países como África do Sul e Estados Unidos apresentam taxa de abandono em torno de 40 a 50% e, em países como Irlanda e Inglaterra, as taxas de evasão tendem a ser menores (FURTADO E ALVES, 2012). Nos Estados Unidos, as “*universtys*” têm algumas particularidades, tais como: o oferecimento, na maioria dos cursos, de disciplinas de conhecimento geral, no primeiro e segundo ano de estudo, o “*freshman*” e o “*sophomore*”, e, ainda, a cobrança de mensalidades, mesmo nas instituições públicas. Esses fatos podem interferir no alto índice de evasão dos discentes norte-americanos.

As taxas médias de evasão no ensino superior brasileiro variam entre as instituições públicas e as privadas. A taxa média anual, entre os anos de 2000 a 2005, estava em torno de 22% enquanto as taxas das instituições privadas se situavam em torno de 12%, e as taxas das públicas em torno de 26% (DA CUNHA et al., 2015).

A Tabela 1 discrimina o comportamento da evasão anual média brasileira baseada nos cálculos propostos por Lobo e colaboradores (2007), atualizados até o ano de 2010 por Lobo R. e Lobo M. (2012).

Tabela 1: Evolução de matrículas, Ingressantes (sem transferências internas e reingressos), Concluintes e percentual evasão anual

Ano	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Evasão
2001	3.037.706	1.135.423	394.522	
2002	3.473.238	1.400.131	463.246	17,31%
2003	3.861.429	1.400.131	544.326	18,23%
2004	4.192.221	1.484.720	623.686	18,38%
2005	4.463.861	1.551.093	691.757	18,38%
2006	4.682.898	1.606.996	743.474	18,46%
2007	4.864.182	1.658.193	778.278	18,62%
2008	5.030.869	1.708.465	800.116	18,69%
2009	5.214.413	1.759.612	817.437	18,34%
2010	5.454.574	1.811.454	843.201	17,14%

Fonte: Lobo R.; Lobo, M. 2012. (Tabela 3)

A evasão anual demonstrada na Tabela 1 foi calculada considerando a razão entre o número de alunos veteranos, isto é, que estavam matriculados no ano anterior e não se formaram (dado pela diferença entre as matrículas totais menos os concluintes do ano anterior) e o número de veteranos que se rematricularam (dado pela diferença entre as matrículas totais menos os ingressantes do ano em questão). (LOBO R.; LOBO M.; 2012). Assim, a evasão média no período de 2000 a 2010, considerando os cálculos dos autores, era de 18%.

No Brasil, o tema evasão tem sido incluído nas discussões das políticas públicas de ensino para todos os níveis. Especificamente, no ensino superior, o tema tem sido marcado, principalmente, por reformas e reestruturações (ALENCAR, 2014). Assim, reduzir a evasão é tema de destaque de planos e metas do governo federal.

Dados do Censo Nacional de Educação Superior demonstram que, num período de 17 anos, de 2000 a 2016, o total de matrículas nas IES brasileiras cresceu, aproximadamente, 300%, passando de 2.695.927, em 2000, para 8.048.701, em 2016 (INEP, 2017). Apesar do expressivo crescimento em matrículas, o país está longe de resolver seus problemas de evasão no ensino superior. O estudo atualizado do Instituto Lobo detectou que as taxas médias de evasão dos cursos presenciais públicos de grau de titulação bacharelado e licenciatura estão em torno de 24%, enquanto os cursos presenciais privados apresentam taxa de evasão média de 14% para bacharelados e de 16% para as licenciaturas. (LOBO, 2017)

A Tabela 2 exibe o percentual da evasão anual dos anos de 2011 a 2015 separado por tipo de graduação, modalidade de ensino e categoria administrativa (LOBO, 2017).

Tabela 2: Evasão Anual agrupada por tipo de graduação, modalidade de ensino e categoria administrativa no período de 2011 a 2015

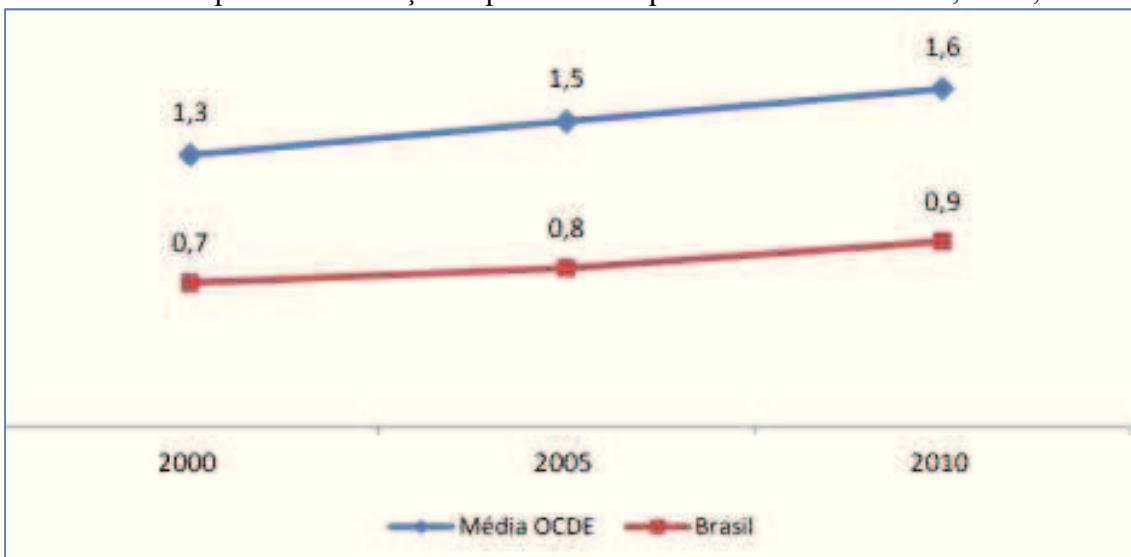
Tipo de Graduação	Modalidade/categoria	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Média
Bacharelado	Total	23%	22%	22%	22%	22%
	Distância	28%	34%	35%	39%	34%
	<i>Pública</i>	31%	36%	37%	41%	36%
	<i>Privada</i>	12%	15%	19%	16%	16%
	Presencial	22%	21%	21%	21%	21%
	<i>Pública</i>	24%	23%	24%	23%	24%
	<i>Privada</i>	17%	13%	13%	12%	14%
	Total	23%	21%	23%	25%	23%
	Distância	25%	24%	31%	33%	28%
Licenciatura	<i>Pública</i>	27%	26%	31%	33%	28%
	<i>Privada</i>	20%	18%	22%	21%	20%
	Presencial	20%	19%	20%	20%	20%
	<i>Pública</i>	23%	23%	25%	23%	24%
	<i>Privada</i>	18%	16%	15%	16%	16%

Fonte: Lobo (2017) (Tabela 1)

Ademais, a população jovem brasileira está longe de alcançar o patamar internacional no quesito ensino superior. O relatório *Education at a Glance*, de 2017, apresentava que apenas 17% da população de jovens entre 24 a 35 anos tinha ensino superior completo, sendo esse um número bem abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que era de 43% (OCDE, 2017).

O investimento em educação superior brasileira também é considerado abaixo dos patamares mundiais. Os gastos com educação representavam 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro enquanto a média dos países da OCDE é de 5,2%. (OCDE, 2017). A Educação Superior representava apenas 0,9% dos gastos do PIB, posicionando o país entre os 4 piores de 36 pesquisados. O Gráfico 2 representa a evolução das despesas com educação superior pública brasileira e sua equivalência percentual com o PIB no período de 2000 a 2010.

Gráfico 2: Despesas de educação superior como percentual do PIB 2000, 2005, 2010



Fonte: Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 – MEC (2014)

Adaptado de: *Education at a Glance* 2013, OCDE, Tabela B2.1

As IFES são financiadas, de modo geral, com recursos do Tesouro Nacional, especificamente, do Fundo Público Federal (FPF), e são provenientes de: pagamento de impostos, taxas e contribuições; utilização do patrimônio; realização de serviços; e outros que compõem o orçamento da União, sendo o MEC o órgão responsável pelo direcionamento dos recursos do governo para as despesas de manutenção e investimentos nas IFES.

Por receber recursos advindos predominantemente da União, as Universidades devem cuidar que esses investimentos públicos sejam bem empregados, fornecendo aos estudantes subsídios para que eles permaneçam e concluam satisfatoriamente sua trajetória acadêmica. Por esse motivo, a evasão discente e ou a permanência prolongada desses alunos nos cursos significam maiores custos e desperdícios financeiros.

Cardoso da Silva e colaboradores (2012) apresentam indicativos do fenômeno evasão e sua interligação com aspectos dos gastos públicos:

Relatório do MEC/Inep (BRASIL, 2009) revelou que no ano de 2008 o percentual de concluintes em relação aos ingressantes de 2005 foi de 57,3%. Esse fato, geralmente, está associado à retenção, evasão e mobilidade dos estudantes entre instituições e cursos. A evasão é indicativa de falhas no processo de ensino e ineficácia do serviço prestado, além de um aumento nos gastos financeiros, pois a mesma estrutura acadêmica que deveria atender determinado grupo inicial estaria sendo destinada a um quantitativo menor de alunos. (CARDOSO et al.; 2012, p. 392)

Partindo desse contexto, e considerando que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) aprovou a adesão ao Programa REUNI em 07 de dezembro de 2007, o presente trabalho tem como pretensão analisar a evasão discente à luz da participação da Universidade Federal de Uberlândia no Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, no período de 2000 a 2017, lapso temporal que contempla desde o período anterior à implantação do programa e mais cinco anos após o seu término.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é uma instituição de ensino superior pública brasileira situada no Triângulo Mineiro. Tem como sede o município de Uberlândia – MG, local onde há quatro *campi*, contando, ainda, com mais três *campi* avançados em outras cidades: Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba. A IFE é considerada centro de referência e tecnologia das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste e partes do Norte de Minas, Sul e Sudoeste de Goiás, Norte de São Paulo e Leste do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (UFU, 2017).

1.2 Apresentação do Problema

Nesse contexto de progressos e ampliação do acesso ao ensino superior, a efetiva permanência dos alunos ainda é problemática, sendo um dos indícios o aumento do fenômeno da evasão. O quadro de exclusão da vida acadêmica que, antes, ocorria pela pouca disponibilidade de acesso, hoje, ocorre no interior do sistema de ensino (ZAGO; PEREIRA; PAIXÃO, 2015).

Como os planos de reestruturação das IFES aprovados pelo MEC teriam seus efeitos iniciados no ano de 2008, pretende-se, neste trabalho, analisar o fenômeno da evasão no ensino superior, em especial, nos novos cursos de graduação, os quais são advindos da participação da UFU no Programa REUNI no período de 2000 a 2017, buscando responder a seguinte questão-problema: Como e em que intensidade a adesão ao REUNI afetou a evasão discente na UFU?

Explorar um estudo sobre evasão no ensino superior, considerando um Programa de tamanha amplitude e que disponibilizou quantidades consideráveis de recursos financeiros para cada IFES que a ele aderisse, é buscar apresentar dados que possam contribuir para uma gestão universitária mais eficiente. A evasão escolar é, para Santana e outros (1996), citado por Kruger Júnior e outros (2011, p. 2), “[...] um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional, o que implica em desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos”.

A evasão no ensino superior gera, de acordo com Alencar (2014), impedimentos para o alcance de suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e compete às autoridades de gestão

conhecer o problema por meio de pesquisas, interpretar os dados e compreender as causas e os contextos que causam essa disfunção, podendo, assim, criar políticas para minimizar essa situação.

1.3 Objetivos

Considerando a implementação do REUNI, as metas do programa para as universidades federais e a evasão discente, objetiva-se com esta pesquisa analisar a relação entre a adesão ao REUNI e a evasão discente na UFU.

A fim de alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o contexto e o processo de implantação do REUNI na UFU;
- Analisar a relação entre formas de ingresso e evasão;
- Analisar a relação entre cursos, áreas de conhecimento e evasão.

1.4 Justificativa

A expansão e a reestruturação da UFU é um tema de relevância tanto para os servidores, quanto para os alunos e a comunidade, pois impactam direta e indiretamente o cotidiano desses indivíduos. O interesse pelo tema deu-se a partir da observação do momento atual, no qual é possível visualizar uma certa estagnação por parte do governo de dar continuidade às políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior no Brasil. Diante disso, faz-se relevante analisar a implantação, bem como os impactos do REUNI na UFU.

Considerando que os recursos públicos são escassos e limitados, não se deve utilizá-los de forma inadequada e dispendiosa. Furtado e Alves (2012) acreditam que as IES não realizam uma eficiente gestão universitária dos cursos existentes, bem como não planejam adequadamente a abertura de novos cursos. Assim, um dos motivos pelos quais essa pesquisa é justificada está alicerçada na necessidade de se mensurarem os dados quantitativos dos alunos evadidos da UFU após a adesão ao Programa REUNI, uma vez que essas informações podem contribuir para reduzir os prejuízos e o desperdício de recursos públicos nos segmentos acadêmicos, sociais e econômicos (BAGGI; LOPES, 2011).

Um Programa de tamanha magnitude repercute na vida institucional, bem como na sociedade na qual está inserida, portanto, avaliá-lo é fundamental para o sucesso das políticas públicas de educação superior e constitui uma fonte de aprendizado. A avaliação permite que os gestores

obtenham informações úteis para futuras políticas públicas e é item primordial para estabelecer os graus de eficiência e eficácia, bem como os efeitos da mudança realizada (DIAS; MATOS, 2012).

De acordo com os documentos, relatórios de gestão anuais e relatórios da Comissão Institucional do REUNI, esse Programa de Reestruturação e Expansão Universitária acarretou diversas mudanças, tais como: investimentos para construção de novas edificações em todos os *Campi*, ampliação e melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e materiais, ampliação e criação de cursos de graduação, aumento de vagas de recursos humanos, tanto de professores, quanto de técnico-administrativos em educação (UFU, 2007).

O Programa REUNI é um tema relativamente recente e, por se tratar de uma política pública educacional, necessita de estudos aprofundados acerca de seu processo de implementação e de suas consequências nas Universidades Federais. Assim, realizar novas pesquisas, seja no âmbito dos estudos experimentais, de campo ou qualquer outra modalidade, é primordial para o avanço de qualquer vertente científica. Nesse sentido, o desenvolvimento deste trabalho justifica-se por contribuir para a avaliação e análise do REUNI no âmbito da UFU e ainda fornecer um outro olhar sobre a evasão na Instituição.

Desenvolver um trabalho sobre as dimensões da evasão no ensino superior, mesmo que localizada, pode permitir à gestão universitária um planejamento mais adequado de ofertas de vagas e até mesmo a descoberta de dificuldades relacionadas à “[...] estrutura curricular, capacitação docente e à qualidade do ensino em geral” (ALENCAR, 2014, p. 42). Dessa forma, a relevância deste estudo para a sociedade é o recebimento de informações atualizadas de uma das políticas públicas do governo para a Educação Superior.

O estudo também é relevante para a Instituição, uma vez que esta receberá uma análise quantitativa da evasão discente ocorrida pelo advento de sua participação no Programa REUNI, podendo, assim, redimensionar seus objetivos, políticas e planejamento estratégico. O trabalho se mostra condizente com os atuais anseios dessa IFES, que é reduzir a retenção de fluxo e evasão escolar, já que a Instituição criou, em 2015, o Programa Institucional de Graduação Assistida (PROSSIGA) (NOGUEIRA, 2015) e, em 2017, aprovou e iniciou a execução de 20 projetos propostos pelo PROSSIGA que visam à redução da evasão discente (PISSOLATO, 2017).

Os números relacionados à evasão dentro da UFU apresentam crescentes aumentos, tendo ocorrido, no ano de 2013, 563 abandonos e 701 jubilamentos. Já em 2014, ocorreram 1.599 abandonos e 220 jubilamentos e, em 2015, foram contabilizados 553 abandonos e 1.765 jubilamentos (G1, 2015). Em 2017, os números apontavam que, aproximadamente, 40% dos alunos de graduação

da UFU deixaram seus cursos em andamento (evasão) e cerca de 38% prolongaram sua permanência (retenção). (PISSOLATO, 2017)

No âmbito pessoal, sendo servidora técnico-administrativa da UFU desde o ano de 2005, este trabalho contribuiu no desenvolvimento das atividades desempenhadas na Diretoria Financeira, pois essas atividades envolvem discussões relacionadas ao melhor aproveitamento dos gastos públicos, já que a evasão discente impacta de forma direta nesses gastos. Ademais, em se tratando de aluna do mestrado profissional, esta pesquisa está justificada com base na Resolução nº. 11/2015 que, em seu Artigo 4º, Inciso II, estabelece que o mestrando deve: “atuar com foco em problemas práticos na produção de material intelectual/tecnológico, no âmbito da gestão organizacional de modo a contribuir com o desenvolvimento das organizações em suas diversas funções” (UFU,2015).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, serão abordados os temas Políticas Públicas e o Ciclo de Políticas Públicas, Educação Superior e as Políticas Públicas Educacionais, Expansão do Ensino Superior e o Programa Reuni. Será desenvolvido, ainda, o tema Evasão Discente e toda a temática que envolve o assunto.

2.1 Políticas Públicas

Como forma de compreender a amplitude do contexto em que o REUNI está inserido, situado no âmbito das políticas públicas educacionais, buscou-se, neste tópico, realizar um retrospecto das políticas públicas em geral, apresentando seus principais conceitos, finalidades, classificações e o ciclo de políticas públicas, bem como analisar as políticas públicas voltadas ao ensino superior em seu contexto histórico.

Nas sociedades contemporâneas, é responsabilidade do Estado prover políticas públicas que atendam as demandas sociais (CASTRO; OLIVEIRA, 2014). A sociedade é marcada pela diferenciação social, tendo os indivíduos sociais interesses e necessidades distintos. A vida em sociedade pode ocasionar conflitos devidos a essa diferenciação social. Assim, recorre-se à política para a resolução de conflitos relacionados aos bens públicos, mas, de modo geral, as pessoas tendem a se referir à política como o momento eleitoral, existindo então uma confusão entre o que é governo e o que é ação do governo. É por esse motivo que muitas pessoas tendem a se manter distantes desse processo, como se a política não fosse parte da vida em sociedade (RUA, 2009).

Para melhor compreensão das políticas públicas, é importante, primeiramente, distinguirmos e definirmos alguns termos. Nesse sentido, Cavalcanti (2012) apresenta concepções de política (*politics*) e de políticas públicas (*public policy*). Para a autora, a palavra política (sentido de *politics*) é um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução dos conflitos quanto aos bens públicos; já as políticas públicas (*public policy*) englobam o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de valores políticos, ideológicos, filosóficos, entre outros. Para Rua (2009, p. 19), as políticas públicas (*public policy*) são uma das atividades que resultam da política (*politics*), pois envolve “[...] o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo o bem público”.

Os conceitos de políticas públicas admitem diversas definições e abordagens e passaram por inúmeras teorizações ao longo da história (SOUZA, 2013). Algumas definições para o termo são resumidas no trabalho de Souza (2006, p. 5):

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que não irão produzir efeitos específicos. Peter (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1884) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”

Segundo o mesmo autor, a formulação das políticas públicas são estágios em que os governos democráticos traduzem seus propósitos eleitorais em ações e/ou programas que promoverão resultados ou mudanças no mundo real. O autor define política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p. 7).

A política pública pode ser, então, entendida como a opção de um Governo de agir ou não agir diante de um problema expresso em regulamentos, leis, decretos e ações governamentais (CAVALCANTI, 2012). Logo, a política pública está pautada nas:

[...] intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos. (CAVALCANTI, 2012, p. 13).

Santos e outros (2007, p. 823) posicionam as políticas públicas no contexto do Estado capitalista, buscando identificar sua finalidade. Nessa conjuntura, o mercado tem a responsabilidade de produzir e distribuir, atos que motivam o descontentamento da sociedade. Logo, as ações do Estado visarão a atender essa insatisfação social ou a inaptidão ou o desinteresse do capital. Assim, as políticas públicas só terão “[...] qualquer sentido se a finalidade última for eliminar a insatisfação manifesta, portanto, a angústia e sofrimento”.

A partir dos conceitos apresentados, pode-se compreender políticas públicas como decisões e ações do poder público que irão produzir efeitos na vida do cidadão. Pode as políticas públicas ainda serem reconhecidas como produto da interação e dos conflitos de um processo decisório que revela o resultado dos interesses opostos e das tensões entre o Estado e os movimentos sociais. Essas decisões são tomadas em conjunto e não por uma decisão isolada e visam a produzir alguma transformação em determinada área ou assunto da vida pública.

A maior parte dos conceitos aponta o Estado como sendo o responsável pelas políticas públicas e, sendo elas públicas, não podem ser privadas ou coletivas, ou seja, o público associado à palavra política tem o sentido de ser aquilo que é patrimônio de todos e, mesmo que incidam nas famílias, nas religiões e no mercado, essas políticas não são classificadas como privadas (RUA, 2009). Por sua vez, o Estado é entendido como ator central de uma política pública porque é ele que controla a maior parte dos recursos financeiros e mantém o monopólio legítimo do uso da força (SECHI, 2012).

Rua (2009, p. 20) apresenta a diferença entre os conceitos de política pública e decisão política. Enquanto a primeira abrange diversas decisões e ações com o fim de implementar uma decisão, a segunda corresponde a uma alternativa entre um conjunto de possíveis escolhas. Assim, embora “[...] uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

A Figura 1 elucida o modelo sistêmico de políticas públicas. O modelo sistêmico define a política pública como uma resposta ao sistema político e ao ambiente. Nesse modelo, é possível visualizar as dimensões do ambiente que geram as demandas (*inputs*) para o sistema político, produzindo esse sistema político, então, decisões e políticas pública (*outputs*).

Figura 1: Modelo Sistêmico



Fonte: Adaptada de Easton (1969) em Rua (2009)

As principais definições desse modelo sistêmico de Rua (2009) são:

- Inputs*: Relacionados a demandas e apoio. As demandas são as reivindicações sociais de bens e serviços, como: educação, saúde, transporte, segurança e outros podendo ainda serem classificadas como demandas de participação no sistema político (direito de greve, direito de voto por analfabetos etc.) e demandas de controle de corrupção. Os apoios são geralmente relacionados ao sistema político ou governantes como, por exemplo, atos de apoio e obediência (cumprimento de leis), disposição para pagar tributos, atos de envolvimento em implementação de programas do governo e participação em manifestações públicas;
- Outputs*: são as agendas políticas, as alternativas para atender a demanda, ou seja, são as políticas públicas propriamente ditas.
- Sistema organizacional/global: local onde existem diversas relações entre vários atores, como: Estados Nacionais (países), Blocos Regionais (Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, União Europeia), Organismos Internacionais, atores transnacionais.
- Sistema nacional: composto por subsistemas econômicos (relações de troca, circulação, produção de bens e serviços), sociais (etnia, classe, gênero etc.) e culturais (manifestações artísticas e religiosas);

e) Sistema político: formado pelo Legislativo, Executivo e Judiciário, instituições de representação de interesse, servidores, forças de segurança pública. É o local onde se processam os inputs, por isso é o local onde são formadas as agendas políticas, onde se formulam as alternativas para atender a demanda, onde são tomadas as decisões e implementadas as políticas públicas.

O modelo é muito utilizado para o estudo de políticas públicas nas ciências sociais e busca “[...] explicar como os *inputs* ambientais afetam o conteúdo das políticas públicas, como as características do sistema político afetam o conteúdo da política pública, e como a política pública afeta, através dos processos de *feedback*, o ambiente e a dinâmica do sistema político” (RUA, 2009, p. 34).

A partir dos conceitos apresentados do modelo sistêmico de políticas públicas, é possível perceber que ele representa uma metodologia que busca explicar os atores/agentes e suas demandas que irão influenciar o conteúdo de uma política pública, bem como explicar quais as decisões e ações o sistema político definiu e implementou a partir dessas demandas sociais e, por último, é possível a análise da política pública estabelecida recebida por meio de processos de retroalimentação que retornam ao ambiente e ao sistema político.

As políticas públicas podem, de acordo com Teixeira (2002), ser classificadas e divididas em vários tipos. Essa classificação é útil para que os governantes possam definir o tipo de atuação que se pode ter quanto à formulação e implementação dessas políticas. Nesse sentido, o autor estabelece três eixos principais:

- a) quanto à natureza e grau de intervenção, podem ser estruturais e conjunturais. As primeiras interferem em relações como emprego, renda e propriedade, e as segundas, também chamadas de emergências, buscam atender uma situação temporária ou imediata;
- b) quanto à abrangência dos benefícios, podem ser classificadas como universais (todos os cidadãos), segmentais (classe, gênero, etnia) e fragmentadas (grupos sociais dentro dos segmentos) e;
- c) quanto aos impactos que podem causar, são distributivas, redistributivas e regulatórias. As distributivas procuram disseminar benefícios individuais. Já as redistributivas visam a redistribuir recursos entre os grupos sociais e as regulatórias definem regras e procedimentos, buscando regular o comportamento dos indivíduos a fim de atender os interesses gerais da sociedade.

O caráter das políticas públicas é modificado com o advento do neoliberalismo. Enquanto as políticas públicas demandam uma intervenção do Estado, o neoliberalismo apregoa a intervenção mínima e livre funcionamento do mercado. Portanto, nesse contexto, as políticas distributivas devem compensar os desequilíbrios desse sistema, passando a ter caráter “[...] mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, porque atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social”. (TEIXEIRA, 2012, p. 4). Embora as políticas redistributivas sejam vistas como parasitismo social, tendo em vista os padrões neoliberais de Estado, existe a resistência de parte da sociedade que demandam por políticas que minimizem as injustiças sociais.

O Brasil experimentou, nos últimos 30 anos, um processo de oferta crescente de políticas sociais, aumentando-se, consequentemente, as coberturas de serviços de educação, saúde e de assistência social (PAES-SOUZA, 2014). Para o autor, o marco das políticas sociais contemporâneas é a Constituição Federal de 1988, passando a implementação das políticas voltadas à saúde e à educação a terem mais efetividade a partir de 1990 e as de assistência social, a partir da segunda metade dos anos 2000.

As políticas públicas sociais são as que se “[...] referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Essas políticas buscam atender as necessidades básicas da população: educação, saúde, previdência, habitação e saneamento. As políticas educacionais direcionadas para o ensino público brasileiro podem ser tipificadas como políticas sociais e redistributivas. São sociais, pois estão sob a responsabilidade do Estado, que busca o bem-estar social e a diminuição das desigualdades, e são redistributivas, uma vez que objetivam reduzir as desigualdades sociais, possibilitando a formação para a cidadania.

No Brasil, as políticas sociais, diferentemente do que é praticado em outros países, têm características distintas, como a presença da sociedade nos conselhos de gestão, isto é, essa sociedade pode participar de forma efetiva da produção dessas políticas sociais. No âmbito das políticas voltadas à educação, temos o Conselho Nacional de Educação (CNE), que é composto por especialistas e conselheiros de cada câmara (educação básica e educação superior) (PAES-SOUZA, 2014).

O aumento em investimentos em políticas públicas sociais, associado à ação reguladora do Estado, são, para Castro e Oliveira (2014), responsáveis pela diminuição das desigualdades sociais. Entretanto, para que o Estado cumpra com legitimidade suas funções, é necessário haver

planejamento e constante interação entre este e a sociedade civil, de forma que “[...] sejam pactuados objetivos e metas que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 23).

Considerando todos os conceitos e explicações apresentados, podemos enquadrar o Programa REUNI no âmbito das políticas públicas sociais voltadas para a educação. O Programa surge como uma ação e uma decisão do Estado para atender as demandas da sociedade por mais vagas em Instituições de Ensino Superior Públicas gratuitas e, ainda, que o acesso a essas vagas se dê, considerando a equidade entre as classes. Quanto à classificação proposta por Cavalcanti (2012), o REUNI pode ser considerado, quanto à sua abrangência, uma política pública do tipo universal e, também, do tipo redistributiva, quanto aos seus impactos, porque buscava produzir oportunidades iguais para atores desiguais.

As políticas públicas, depois de esboçadas e formuladas, “[...] desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas”. Quando essas políticas são colocadas em ação, “[...] são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.” (SOUZA, 2006, p. 26).

O ambiente no qual se inserem as políticas públicas é marcado por relações de poder problemáticas. Uma forma de lidar com essa complexidade é integrar o modelo sistêmico com o modelo de ciclo de políticas públicas, visto que o modelo de ciclo de políticas públicas permite uma maior compreensão do processo de criação e avaliação dessas políticas.

2.1.1 Ciclo de Políticas Públicas

O ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) é um esquema em que se pode visualizar e interpretar a concepção de uma política pública de forma organizada e sequencial. A política pública vista como um “[...] ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado” é a denominação dada para o Ciclo de Política Pública (SOUZA, 2006, p. 10). Para Sechi (2010, p. 43), esse ciclo consiste em “[...] um esquema de visualização que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”, podendo ainda ser definido por estágios e ou etapas, sendo as principais as de agenda, formulação, implementação e avaliação.

O modelo dos Ciclos de Políticas Públicas (CPP), ou Ciclo Político Administrativo, é tido como uma forma simplificada e sequencial de compreender o processo de concepção das políticas públicas. Assim, elas são concebidas como um “[...] processo, composto por um conjunto de

atividades [etapas ou estágios] que visam atender às demandas e interesses da sociedade” (RODRIGUES, 2010, p. 46). Essas atividades contemplam sistemas de ações e decisões complexos e devem ser realizadas por instituições governamentais legítimas e em conformidade com a legislação vigente.

O ciclo de políticas públicas proposto por Rodrigues (2010) contempla as etapas de: preparação da decisão política, agenda *setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. A primeira etapa, de preparação da decisão política, é a fase em que o governo busca uma solução para enfrentar um problema para uma situação de necessidade, insatisfação ou privação. Nessa etapa, vários atores se confrontam para escolher quais problemas serão incluídos na agenda do governo.

No segundo estágio, de agenda *setting*, é o momento em que o problema se torna uma questão política, ou seja, passa a ser um problema público. As decisões tomadas nessa etapa vão se tornar em desenhos de políticas e/ou programas que deverão ser implementados.

Na fase de formulação, etapa 3 do ciclo de políticas públicas, as discussões giram em torno de escolher ações aceitáveis e pertinentes para lidar com o problema público. Para construir uma solução para determinado problema, Rodrigues (2010) explica que é necessário, primeiramente, realizar um diagnóstico do problema, identificar esse problema e desenvolver alternativas. Assim, para que o problema se torne uma ação de política pública, é necessário interpretar o ambiente, planejar e organizar as melhores ações, decidir quais serão os benefícios e ou serviços que deverão ser implementados e de qual local serão extraídos os recursos financeiros para sua implementação.

A fase de implementação, ou 4º estágio, contempla, segundo a mesma autora, a efetiva aplicação da política pelo Governo e, ainda, o planejamento administrativo e de recursos (humanos e materiais) que serão utilizados. O estágio 5, de monitoramento, é a etapa relacionada à avaliação pontual das ações do governo quanto à implementação da política pública escolhida. Esse monitoramento permite que sejam corrigidos os erros, buscando melhorar o desempenho das políticas. A última etapa refere-se à avaliação dos resultados da política/programa com vistas a identificar se as metas foram atingidas e orientar novas decisões de futuras ações.

Rua (2009) elenca como principais etapas sequenciais do ciclo de políticas públicas as que envolvem: a formação da agenda que engloba as atividades de definição do problema; a análise do problema; a formação de alternativas e tomada de decisão (adoção da política); a implementação que compreende o monitoramento; a avaliação; e os ajustes. A Figura 2 representa o ciclo de políticas públicas definido pela autora.

Figura 2: Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Ciclo de Políticas Públicas – Rua (2009, p. 36)

Rua (2009) esclarece que as etapas não são lineares, pois tanto o ponto de partida não é claramente definido, quanto as etapas podem se apresentar superpostas. Secchi (2010) adverte que, por esses motivos (não sequencialidade e interpenetração das sequências), o CPP, dificilmente, reflete a verdadeira dinâmica de uma política pública. Entretanto, a utilidade do CPP é validada pela visão simplificada de uma política pública, permitindo que os analistas consigam realizar comparações de casos heterogêneos.

As políticas públicas são meios de se materializarem os direitos previstos e garantidos em legislações. A existência dessas políticas garante aos cidadãos exercer seus direitos sociais (SOUZA, 2013), portanto compreender o ciclo de políticas públicas permite o entendimento correto das políticas públicas e auxilia na reflexão de como aperfeiçoar esse instrumento. Logo, o ciclo é um instrumento primordial para os gestores públicos (RUA, 2009).

O Programa REUNI se insere no contexto das políticas públicas do governo federal e tem cunho social e educacional, pois se relaciona tanto com a ampliação do acesso quanto com a democratização do ensino superior. Situar o programa no ciclo de políticas públicas é compreender que, a partir de uma necessidade social (vagas gratuitas de ensino superior), preparou-se uma decisão política. Essa decisão entrou para a agenda governamental que optou por desenhar o REUNI e implementá-lo. Os elaboradores, na etapa de formulação, escolheram que os caminhos seriam, entre

outros, o de expandir e reestruturar o ensino superior público nas IFES, além de priorizar os cursos noturnos para atender a demanda dos trabalhadores. Esses colaboradores optaram também por fixar os investimentos em até 20% do valor efetivamente gasto com despesas de custeio e pessoal.

A fase de implementação do Programa envolveu o período de 2008 a 2012, sendo esse o período em que as IFES se expandiram e reestruturaram seus *campi*, criaram novos cursos e atenderam as demais diretrizes estabelecidas no termo de pactuação do REUNI. A etapa de monitoramento envolveu tantos as IFES que aderiram ao programa quanto o Ministério da Educação (MEC). Todos os envolvidos teriam obrigação de apresentar acompanhamentos anuais, demonstrando à sociedade o que estava sendo realizado. Nessa etapa, o Governo Federal também disponibilizou uma Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais (PINGIFES) que serviu de instrumento para coleta de dados e avaliação das IFES. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) também fizeram parte do acompanhamento, verificação de dados e integração de avaliações de diversas dimensões.

A última etapa do Ciclo de Políticas públicas, a de avaliação, deve ser realizada de forma contínua, buscando identificar tanto se as metas foram cumpridas quanto buscando nortear novas decisões que envolvem a educação superior brasileira. Nesse sentido, o MEC e a UFU apresentaram relatórios no final do período de implementação do Programa. Diante do exposto, este trabalho busca contribuir nessa etapa do ciclo de políticas públicas já que pretende identificar o índice de evasão de discentes dos cursos criados e/ou expandidos pelo REUNI e compará-los com os índices de cursos já existentes na Instituição. Assim, buscou-se avaliar se houve ou não a redução dos índices de evasão, conforme estava estabelecido no Inciso I, § 2º, do Decreto n.º 6.9096/07, e, ainda, fornecer dados para que a Instituição possa redimensionar o planejamento de oferta de vagas nos cursos e/ou elaborar ações que permitem reduzir a evasão

2.1.2 Educação Superior e Políticas Educacionais

Neste tópico, serão abordados os temas relativos à educação superior e às políticas públicas de educação, especialmente, aquelas relacionadas ao ensino superior brasileiro, situando-as nas configurações e reconfigurações dos contextos do direito social à educação e enfatizando as políticas de maior abrangência nacional. Compreender o contexto histórico e político que o país vivencia e já vivenciou permite uma maior compreensão do ambiente no qual foram formuladas e implementadas

as políticas públicas educacionais. Ademais, inserir as políticas públicas nesse contexto permite também percebê-las aliadas às transformações de cunho econômico e social.

Para Dias Sobrinho (2010), a educação é um bem público e um direito social. Oferecer uma educação de qualidade é, para o autor, um aspecto prioritário e essencial na construção da sociedade e na materialização da identidade do Estado, bem como um instrumento de inclusão socioeconômico. Por esses motivos, é dever do Estado garantir a educação à população.

A educação é uma demanda recorrente na agenda do Governo, pois ainda se configura como um dos grandes gargalos sociais do país. De acordo com Rua (2009), as demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas que não foram resolvidos ou foram mal resolvidos e que estão reaparecendo no debate político e na agenda estatal.

Na Conferência Mundial sobre Educação Superior, ocorrida em 09 de outubro de 1998, em Paris, a UNESCO, em sua Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, preconizava que a educação superior tinha grande importância para o desenvolvimento econômico e sociocultural de uma nação, pois contribuía no preparo das novas gerações para o mercado de trabalho e tinha a capacidade de induzir mudanças e progressos na sociedade. A conferência conceitua a educação superior como aquela que comprehende:

“[...] todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado”. (UNESCO, 1998).

As Instituições de Ensino Superior pertencem à sociedade, logo é justo que suas ações sejam voltadas a atender as demandas sociais. A Declaração ainda estabelece as missões e funções do ensino superior. As missões são as relacionadas aos atos de educar, formar e realizar pesquisas e as funções são as relacionadas à ética, autonomia, responsabilidade e função preventiva (UNESCO, 1998).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96, define em seu Capítulo IV, Artigo nº. 43, Incisos I a VIII, as finalidades da educação superior, sendo elas:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

Outra definição apresentada na LDBEN é a de Universidade, conforme previsto em seu Artigo n.º 52: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

Nas Diretrizes Gerais do Reuni (BRASIL, 2007a, p. 56), as noções de Ensino Superior, Educação Superior e Sistema Nacional de Educação Superior são tratadas de forma genérica para se referir às universidades federais.

As análises acerca das políticas públicas de educação superior só podem ser entendidas pelo desvelamento dos instrumentos de reforma desse ensino em virtude de sua relação com o processo de reforma do país, sem esquecer de sua contextualização no cenário mundial. De acordo com Rocha (2004, p. 6), “[...] as políticas públicas implementadas no passado, seja recente ou não, são a base para as políticas públicas que vierem a ser implementadas no presente ou no futuro”.

As políticas de educação se enquadram no vetor das políticas sociais que garantem a oferta de bens e serviços sociais (CASTRO; OLIVEIRA, 2014). As políticas públicas educacionais transformam toda a sociedade e podem ser identificadas em diferentes segmentos dentro das escolas ou fora delas (SOUZA, 2013). De acordo com Dourado (2008), a educação, bem como o mundo do trabalho e da produção, são reconfigurados para atender as mudanças sociais estimuladas pela diferenciação dos ambientes geopolíticos e pelo avanço tecnológico expressivo e desigual.

A Constituição Federal é um dos ordenamentos legais que detalha os direitos à educação escolarizada, tanto no enunciado mais amplo do direito/dever, “[a] educação, direito de todos e dever

do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988, art. n.º 205), quanto no detalhamento das garantias a serem oferecidas pelo Estado, conforme prevê o Art. n.º 208 da Constituição Federal. De acordo com o artigo, a oferta da educação será oferecida de forma gratuita em diferentes níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 1998).

A Constituição Federal de 1988 também prevê, em seu Art. n.º 214, alterado pela Emenda Constitucional n.º 59/2009, o Sistema Nacional de Educação (SNE). O SNE deve ser articulado com o PNE, desdobrando-se daí os planos estaduais e municipais de educação que se interligam para promover uma educação nacional de qualidade (FERREIRA; DE BARROS NOGUEIRA, 2016).

A partir da década de 1970, a crise de acumulação do capitalismo mundial, combinada com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento, desencadearam novas configurações na base produtiva da sociedade burguesa. Essas reconfigurações incorporavam princípios do neoliberalismo aos projetos de desenvolvimento, redefinindo estratégias e mecanismos de estruturação do poder nas diversas formações sociais (NEVES, 2002).

De acordo com Neves (2002, p. 21), essa reestruturação produtiva criou “[...] um novonexo entre ciência e trabalho, pelo emprego diretamente produtivo da ciência e da tecnologia em grau mais aprofundado”. Depara-se, então, com um novo estágio da “civilização”, o qual requer novos tipos de profissionais e intelectuais aptos a se adaptarem à produção flexível.

Obter um diploma de curso superior passou a ser um diferencial no mundo capitalista, portanto, a educação superior passou a assumir, por um lado, “[...] um papel com uma opção técnica, voltada para o mundo do trabalho, atendendo às demandas do capital e, por outro, assumindo também um discurso de preocupação com a construção de uma modernidade que seja ética e humanista” (BORGES; AQUINO, 2012, p.119). Se considerarmos a segunda opção, as Instituições de Ensino Superior podem funcionar como agentes de mudança da sociedade capazes de contribuir de forma positiva em seu processo histórico.

As reformas dos sistemas educacionais no mundo inserem-se nessa mudança de sociedade sob os efeitos da nova forma de capital. No Brasil, o processo de reestruturação na educação superior inicia-se a partir da reforma universitária de 1968, Lei n.º 5.560/68. Essa reforma, de acordo com Romanelli (2000), citada por Teixeira (2013), buscava apresentar uma universidade mais eficiente, moderna, administrativamente flexível e com o objetivo de formar pessoas de alto nível para o desenvolvimento do capital.

O ensino superior passou por novas reconfigurações a partir da década de 1990. Essas reconfigurações foram promovidas por uma variedade de políticas neoliberais (MELO, 2011;

BORGES; AQUINO, 2012) e por propostas de Reforma do Estado centradas nas ideias da Nova Gestão Pública (NGP) (DUARTE DE ARAÚJO; PINHEIRO, 2010). As políticas públicas voltadas ao ensino superior também sofreram influências de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (UNESCO) e Banco internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (AZEVEDO, 2003; SILVA JR, 2003, apud DUTRA, 2012; ANDES, 2009; MELO, 2011; BORGES; AQUINO, 2012; ARRUDA; GOMES, 2014).

A partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e sob a influência do Banco Mundial, as políticas de educação superior passaram a priorizar o setor privado em detrimento do setor público, conforme verificado no documento intitulado “A educação superior: as lições derivadas da experiência” (BANCO MUNDIAL, 1995). O modelo tradicional das universidades públicas era considerado caro e pouco apropriado para o desenvolvimento mundial. Segue abaixo trecho que expressa adequadamente esse preterimento de políticas públicas da educação superior pública pela educação privada:

As instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de educação pós-secundária mais eficazes que existiam atualmente no mundo em desenvolvimento. Podem reagir de forma eficiente e flexível diante das transformações da demanda, e ampliam as oportunidades educacionais com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado. Os governos podem fomentar o desenvolvimento da educação superior privada a fim de complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento da matrícula na educação superior, incrementar a diversidade dos programas de educação e ampliar a participação social no nível superior. (BIRD/BM, 1994, p. 6 apud DUTRA, 2012, p. 3).

A Lei de Diretrizes e Bases, n.º 9.394/96, estabeleceu então a “brecha” institucional para o crescimento do setor privado e da diversificação das instituições preconizada pelo Banco Mundial, definindo, em seu Artigo n.º 45, que: “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996). Essa diferenciação e flexibilização institucional é autorizada oficialmente com o Decreto n.º 2.309/97, que preconizava, em seu Art. nº 4º, que as Instituições de Ensino Superior se classificam em: “I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades; V – institutos superiores ou escolas superiores” (BRASIL, 1997).

Essa diferenciação e a diversificação da educação superior se baseiam, de acordo com Oliveira (2000), em 5 pressupostos do neoliberalismo: a) o estímulo à concorrência e ao atendimento das

diversas demandas/clientes; b) a naturalização das diferenças individuais (criação de um sistema de ensino meritocrático); c) a valorização da forma de funcionamento em detrimento da função social; d) a subordinação do ensino ao mercado de trabalho e; e) a valorização da função do Estado como avaliador e regulador do sistema de ensino.

Para Silva Jr. (2002), a educação superior no Brasil foi também reconfigurada, considerando-se as particularidades da reforma do Estado, conforme estabelecido no Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado, em 1995, pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. As reformas do Estado nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2001) interferiram nas políticas públicas e “[...] engendram alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, consequentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais” (DOURADO, 2002, p. 4).

Os movimentos de reforma universitária do início do Século XXI ainda tiveram influências e inspirações do Processo de Bolonha, que se constituiu como uma:

[...] meta-política pública, de um meta-Estado, iniciada em 1999, de construção de um espaço de Educação Superior na Europa até o ano de 2010, cujo objetivo essencial é o ganho de competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior frente a países e blocos econômicos. Com tal finalidade, esse projeto pan-europeu objetiva harmonizar os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os Estados membros da União Europeia (LIMA; NEVES DE AZEVEDO; MENDES CATANI, 2008, p. 10).

De acordo com Dourado (2008), durante a década de 1990, o governo também teve preferência por estimular o ensino fundamental por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FUNDEF), o que ocasionou “[...] o rápido crescimento do número de alunos cursando e concluindo o ensino médio [somadas] com as constantes mudanças verificadas no mundo de trabalho [ocasionaram] a demanda pela oferta da educação pós-média superior ou não” (PARECER CNEa/CES 436/2001, p. 09).

O governo, diante dessas crescentes demandas, passa a promover adaptações de suas políticas educacionais, resultando, dessas adaptações, a criação de leis, decreto e emendas que favoreceram a expansão de cursos e vagas no ensino superior (DUTRA, 2012).

Baseadas nas garantias constitucionais e na Lei de Diretrizes e Bases, algumas políticas públicas educacionais voltadas para o ensino superior foram apresentadas no governo de FHC, tais

como: a criação do Conselho de Educação (CNE), Lei n.º 9.131/95 e o Exame Nacional de Cursos para alunos de Graduação.

Entre as ações do Governo Federal com vistas ao atendimento dessas demandas ocorre, em 2001, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2001-2010. As políticas para educação superior elencadas nesse dispositivo são as de: “[...] diversificação do sistema por meio de políticas de expansão da educação superior, não ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação, ênfase no papel da educação a distância” (DOURADO, 2011, p. 57).

A partir de 2003, já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, intensifica-se a concepção de políticas públicas para, dentre outros motivos, viabilizar o acesso e a permanência na educação terciária e democratizar o acesso às universidades públicas brasileiras (MELO, 2003).

A oferta do ensino superior brasileiro é baseada na gratuidade quando são oferecidas por universidades públicas estatais e paga quando ofertadas por universidades privadas ou não estatais. Dentro desse modelo, o Estado pode ofertar várias políticas públicas: política de expansão e oferta pública (REUNI); política de garantia da qualidade da oferta (ENADE); e política de regulamentação da oferta (diretrizes curriculares, regulamentação do Ensino a distância) (SECHI, 2012).

As políticas públicas de educação superior de abrangência nacional e de maior escopo são ilustradas neste trabalho como programas ou ações a nível nacional. Dessa forma, citam-se algumas ações para esse nível de ensino, como as elencadas nos trabalhos de Dourado (2011), Medeiros Rosa (2013), Farenzena e Luce (2014), que sintetizam as políticas de educação surgidas a partir do início do Século XXI:

- Quanto ao acesso à educação (ampliação de oferta): REUNI; Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC); Universidade Aberta Brasil (UAB); Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Permanência na educação (condições de frequentar e se manter na instituição): Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Equalização de oportunidades (reparação de injustiças sociais, culturais e políticas): Ações afirmativas de cunho social e ético-racial. Essas ações se destinam à reserva de vagas para cotas, tanto nas IFES, como nas IES privadas que participam do ProUni. As ações são voltadas para alunos que cursam o ensino médio público, têm baixa renda e são negros e indígenas (Lei n.º 12.711/2012).

- Atenção à diversidade (diferentes formas de manifestação cultural): Programa Incluir, que estabelece políticas de acessibilidade plena nas IES para pessoas deficientes.
- Condições de qualidade na educação (processos que interferem no currículo): Avaliações de larga escala, com diversas ações que buscam avaliar a produção do conhecimento com vistas a planejar e avaliar tanto as instituições quanto as políticas públicas. São exemplos dessa categoria, e que interferem no ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua reformulação proposta no Sistema de Seleção Unificada (SISU), bem como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SISU, conforme Portaria Normativa n.º 02/2010, modificado pela Portaria Normativa n.º 21 do MEC, de 05 de novembro de 2012, permite o acesso à educação superior com a utilização da nota obtida pelo aluno no ENEM, ou seja, além de aferir as condições da qualidade da educação, o SISU também permite o acesso do candidato a uma IES. A Instituição de ensino pode utilizar o ENEM como único critério de seleção de seus candidatos ou pode combinar o exame com a segunda fase de vestibular própria. A seleção ainda permite combinar políticas públicas de equalização das diversidades, pois os candidatos podem optar por modalidades de concorrência, dentre elas: ampla concorrência, vagas reservadas a negros e pardos (Lei n.º 12.711/2012) e demais ações afirmativas promovidas pela Instituição.

Dourado (2011) ainda cita ações como o Redimensionamento e fortalecimento da CAPES e do INEP e as ações e políticas de regulamentação da educação no âmbito do MERCOSUL como políticas para o setor de educação superior que interferem tanto no setor público, quanto no privado.

No âmbito das políticas públicas de educação superior, surgiu, no segundo semestre de 2006, uma campanha contra o atual formato humboldtiano de ensino ministrado na maioria das universidades, chamadas de “Universidade Nova”. Esse projeto foi apresentado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em setembro de 2006. Em outubro do mesmo ano, a proposta foi apresentada ao MEC, tendo como principal interlocutor o então reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor Naomar Monteiro de Almeida Filho. A ideia era alterar o modelo de estrutura acadêmica da Educação Superior, passando a ser composta por 3 ciclos: 1º ciclo – bacharelado interdisciplinar; 2º ciclo – formação profissional; e 3º ciclo – pós-graduação. O modelo coincide com os modelos propostos pelo Processo de Bolonha e com os norte-americanos (LEDA; MANCEBO, 2009; BORGES; AQUINO, 2012; ARRUDA;

GOMES, 2014). O modelo humboldtiano, ou modelo alemão, é organizado com base nos princípios de Von Humboldt, que apregoava o primado da pesquisa, da livre formação e da produção do saber.

Algumas universidades implantaram essa reestruturação, como UFBA, a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal do ABC (UFABC). (BORGES; AQUINO, 2012). Diversos autores, tais como, Léda e Mancebo (2009), Borges e Aquino (2012) e Predes e Predes Júnior (2014), citam que o Programa REUNI apresenta semelhanças e singularidades com o projeto Universidade Nova. Entendem esses autores que a quarta diretriz do Decreto nº 6.096/07, que previa a “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas” (BRASIL, 2007), relacionava-se com a formação em ciclos: bacharelado geral, bacharelado interdisciplinar e bacharelado específico.

Das 53 universidades federais que aderiram ao REUNI, 26 apresentaram projetos com elementos de inovação, os quais se sintetizam em formação em ciclos (geral, intermediário, profissional ou de pós-graduação), formação básica comum (grandes áreas ou ciclo básico), bacharelados interdisciplinares em uma ou mais áreas e bacharelados com dois ou mais itinerários formativos (BRASIL, 2009; BORGES; AQUINO, 2012).

Para Castro e Oliveira (2014), as ações políticas sociais de educação ganharam relevância a nível nacional e proporcionaram a inclusão, cada vez maior, de grupos populacionais em escolas e universidades que dispõem de melhores condições de acolhimento desses alunos. Dourado (2011, p. 62) ressalta que “[...] os desdobramentos e repercuções das reformas ou a adoção de novas políticas de educação superior nos diferentes países vem assumindo, também, contornos particulares, em que pesem uma agenda global e hegemônica que sinaliza elementos comuns”. O autor assevera ainda que o mesmo acontece no Brasil, onde se notam mudanças significativas nesse nível de ensino e clara expansão de cursos e vagas nas IFES.

Todavia, Farenzena e Luce (2014, p. 200) alertam que “[...] ainda não chegamos a uma proteção efetiva dos direitos à educação”. As autoras buscam em Bobbio (1992) para advertir que existe uma discrepância entre a posição das normas e sua efetiva aplicação. Segundo elas, “As desigualdades na escolaridade e nas condições de escolarização da população brasileira são uma das faces da desigualdade social”, estando as desigualdades mais abrangentes relacionadas à renda, raça e/ou etnia, sexo e pertencimento territorial (FARENZENA; LUCE, 2015, p. 201).

A compreensão das políticas de Educação Superior só se torna possível se considerarmos o seu contexto histórico e o entendimento dos vários mecanismos e instrumentos que preconizaram a reforma, bem como sua dependência às diretrizes dos organismos multilaterais.

2.1.3 Expansão do Ensino Superior Público no Século XXI e o REUNI

A expansão do ensino superior pode ser entendida como o crescimento tanto em número de IES quanto de vagas para acesso a esse nível de ensino, buscando essa expansão atender a demanda social por acesso ao ensino superior. Esse movimento de expansão conta com um conjunto de políticas que visam a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior a partir dos anos de 2001. Embora existam movimentos importantes de expansão do acesso à educação superior brasileira desde o seu surgimento, este trabalho discorrerá sobre a evolução desse crescimento a partir do início do Século XXI.

No Brasil, a expansão da educação se fundamentou em três momentos importantes: aprovação pelo Congresso Nacional da LDBEN, do PNE e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (MELO; DE MELO; DA SILVA NUNES, 2009). Ampliar o acesso ao ensino superior público é desafiar o quadro geral da educação superior nacional que, em 2003, de acordo com o Censo da Educação Superior do *World Education Indicators*, era considerado um dos mais privatizantes do mundo, estando atrás apenas de alguns países. As instituições públicas ofertavam 1.951.655 vagas na educação superior, sendo apenas 531.634 ofertadas por Universidades Federais, enquanto as instituições privadas (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas) ofertavam 2.428.258 vagas (BRASIL, 2004).

A expansão da educação superior é tida como uma ação de cunho político que busca atender as demandas sociais. O PNE 2001-2010 já alertava sobre a necessidade de se expandirem as universidades públicas, buscando o atendimento da demanda reprimida de alunos advindos do ensino básico, especialmente, os da camada mais pobre.

Construir uma agenda governamental que atendesse aos pontos reivindicatórios de ampliação de vagas na rede pública federal foi iniciada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Primeiramente, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que buscara levantar dados, debater as questões mais urgentes e apontar diretrizes que guiariam a Reforma Universitária. Esse grupo elaborou o documento “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003).

Entre os resultados apontados nesse trabalho, os membros concluíram que a crise da educação superior estava relacionada a uma crise mais profunda desencadeada pela crise fiscal do Estado, a qual provocou diversos danos às universidades federais, sobretudo, em relação à manutenção dos investimentos e reposição de recursos humanos (BRASIL, 2003).

A proposta de “Reforma Universitária”, materializada no Projeto de Lei n.º 7.200/06, recebeu diversas críticas por parte do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), o qual acreditava que as estratégias apontadas pelo documento inviabilizariam sua autonomia. Outro ponto criticado na Reforma é que o modelo proposto atenderia aos interesses dos organismos internacionais, como o BM, e incentivaria as parcerias público-privadas (MACIEL,2014). Diante das inúmeras polêmicas que o tema Reforma Universitária envolvia, o Governo resolveu retomar as metas propostas pelo PNE, Lei n.º 10.172, de 09 e janeiro de 2001, do decênio 2001-2010. O PNE 2001-2010 propunha metas e objetivos relacionados à expansão do ensino superior no país, dentre os quais, destacam-se:

- [...]1. prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; [...]
- 3. estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País;
- 4. estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada; [...]
- 10. diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral; [...]
- 13. diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino (BRASIL, 2001).

Entre as diretrizes encontradas no PNE (2001-2010), é identificada a necessidade de expansão da oferta de vagas na educação superior para suprir a demanda crescente de egressos da educação básica. O plano define que o setor público deveria assegurar uma “[...] uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha urna proporção nunca inferior a 40% do total” (BRASIL, 2001). A somatória das metas e diretrizes do PNE potencializaram a implementação do REUNI.

Em 2007, o MEC lançou o PDE, que é um documento sistemático de ações, metas e princípios da educação no país que contemplava todos os níveis de ensino. O Plano possuía 40 programas classificados em 4 eixos: alfabetização, educação básica, educação superior e profissional.

A educação superior, referenciada no PDE, deve ser analisada por meio de 5 princípios complementares: 1) expansão da oferta de vagas; 2) garantia de qualidade; 3) promoção de inclusão social pela educação; 4) distribuição territorial; e 5) desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2006).

O governo federal instituiu, a partir do PDE, 5 programas que podem ser considerados primordiais para a expansão e democratização do ensino superior (MELO; DE MELO; DA SILVA NUNES, 2009). Para as instituições privadas, houve a ampliação de dois programas já existentes, o PROUNI e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que passaram a trabalhar conjuntamente, combinando bolsas parciais do PROUNI com financiamento do FIES. A educação a distância foi alavancada por meio da UAB, tendo sido também criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Para as universidades federais, houve a criação de 14 novas universidades, no período de 2003 a 2010 (45 para 59), e expansão de novos cursos, bem como a reestruturação dos já existentes por meio do Programa REUNI (BRASIL, 2012). Dentro dos limites traçados para este estudo, os programas analisados foram os referentes à educação superior pública, mais especificamente, aquele relativo ao REUNI. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são também consideradas ações/programas relativos ao ensino superior brasileiro.

No cenário das políticas para a expansão do acesso à Educação Superior pública, é possível distinguir 3 ciclos dessa expansão, os quais são interligados. De acordo com o MEC, o REUNI é considerado a segunda fase do Projeto Expandir. A primeira etapa desse Programa foi implantada entre os anos de 2003 a 2006 e teve como principal objetivo promover a interiorização das IFES, construindo *campi* de universidades já existentes no interior dos estados e criando novas IFES, tendo sido criadas, nessa etapa, 10 novas IFES. A terceira etapa iniciou-se em 2012 e findou-se em 2014 e visava promover a integração e cooperação internacional.

Buscando atender ao item 4.3.1 do PNE (2001-2010), que previa que o Estado deveria prover, até o final da década, a oferta de ensino superior para, pelo menos, 30% da população de faixa etária de 18 a 24 anos, o Governo aprova o Programa REUNI, Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. O Programa foi apresentado como uma das ações que consubstanciavam o PD) de 24 de abril de 2007, o qual foi detalhado em um documento denominado “Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais”, de agosto de 2007, elaborado pelo MEC.

No documento “Diretrizes Gerais” do REUNI, elaborado pelo MEC, foi produzido um diagnóstico da Educação Superior Brasileira. Os elaboradores assinalaram que a educação superior brasileira conservava modelos de formação acadêmica com uma “[...] concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70” (BRASIL/MEC, 2007, p. 7). Nesse diagnóstico, foram elencadas algumas situações e aspectos problemáticos da estrutura e funcionamento das universidades federais, dentre as quais se destacam:

- Os atuais cursos de graduação são orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento.
- Os espaços físicos das unidades universitárias registram, não raramente, considerável ociosidade no período noturno.
- Os índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação atingem, em alguns casos, níveis alarmantes (BRASIL/MEC, 2007).

O Programa REUNI foi uma política pública educacional do Governo Federal cujo propósito era ampliar o acesso e a permanência na educação superior no nível de graduação, instituindo condições para que as Universidades Federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica. O REUNI foi considerado um dos destaques das políticas públicas do governo federal utilizando-se do discurso de expansão e democratização do ensino superior brasileiro. Em termos práticos, o REUNI foi um programa de ampliação física e reestruturação pedagógica que buscava ampliar a oferta de vagas públicas de ensino superior. O principal objetivo do Programa era o de “de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, art. 1º).

A criação do Programa foi pautada no diagnóstico da limitada participação das IFES públicas na oferta do ensino superior. Dados do Censo de Educação Superior do ano de 2008 do INEP, revelavam que, no ano de 2007, existiam no Brasil 2.281 instituições de ensino superior e, desse total, apenas 249 eram públicas, sendo 106 federais (centros, institutos e universidades). As matrículas no ensino superior estavam assim contabilizadas: do total de 4.880.396, encontravam-se 1.240.698 concentradas em instituições públicas (federal, estadual e municipal) e 3.639.413, em instituições privadas. Dessa forma, o Programa se apresenta como uma política nacional de expansão da educação superior pública, estando, portanto, em sintonia com as diretrizes emanadas do PNE e do PDE.

O Decreto tinha duração de 5 anos, de 2008 a 2012, e propôs duas principais metas: 1) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; e 2) aumentar a taxa de relação de alunos de graduação presenciais por professor para 18 (BRASIL, 2007). A elevação da taxa de conclusão seria, para o MEC, resultante de uma “[...] administração eficiente das vagas ociosas, facilitada pela flexibilidade curricular e um favorecimento da mobilidade estudantil entre cursos e instituições diferentes, com aproveitamento de créditos” (BRASIL/MEC, 2007, p. 12).

Para atender os objetivos e metas do Programa, foram determinadas as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, art. 2º).

As diretrizes do Programa REUNI foram estruturadas em seis dimensões, cada qual com o seu conjunto específico de aspectos. As dimensões deveriam ser combinadas com o plano de reestruturação das universidades federais de acordo com a opção particular de cada instituição, ou seja, em cada uma das dimensões, as universidades deveriam propor ações para os subitens. As dimensões e os subitens elencados nas Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL/MEC, 2007, p. 11 e 12) são os discriminados no Quadro 1:

Quadro 1: Estruturação das diretrizes do REUNI em dimensões e subitens

Dimensões	Subitens (aspectos relacionados as diretrizes do REUNI (artigo 2º do Decreto n.º 6.096/07)
1- Ampliação da oferta de educação superior pública	<ul style="list-style-type: none"> a) Aumento de vagas de ingresso, especialmente, no período noturno b) Redução das taxas de evasão c) Ocupação de vagas ociosas
2- Reestruturação Acadêmico-Curricular	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade b) Reorganização dos cursos de graduação c) Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente, com superação da profissionalização precoce e especializada d) Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos e) Previsão de modelos de transição, quando for o caso
3- Renovação Pedagógica da Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> a) Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica b) Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem

(Continua)

(Conclusão)

Dimensões	Subitens (aspectos relacionados as diretrizes do REUNI (artigo 2º do Decreto n.º 6.096/07)
3- Renovação Pedagógica da Educação Superior	c) Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente, quando for o caso de implementação de um novo modelo
4- Mobilidade Inter e Intrainstitucional	a) Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos, em como a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior
5- Compromisso Social da Instituição	a) Políticas de inclusão b) Programas de assistência estudantil c) Políticas de extensão universitária.
6- Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	a) Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior

Fonte: Adaptado de BRASIL/MEC, 2007, p. 11 e 12

Para cada uma das seis dimensões, cada IFE deveria descrever o diagnóstico da situação em que se encontrava, as metas que desejava alcançar e como iria alcançá-las, ou seja, suas estratégias, etapas e indicadores (BRASIL/MEC, 2007). Além das diretrizes do programa determinadas no Decreto n.º 6.096/07, as universidades federais deveriam contemplar em suas propostas de planos de reestruturação, de acordo com o documento de “Diretrizes Gerais”, o aumento mínimo de 20% das taxas de matrículas de graduação (BRASIL/MEC, 2007).

No PDE, de 24 de abril de 2007, o REUNI é referenciado como um instrumento “[...] que permite expandir e defender a universidade pública [...]”, além de proporcionar que “[...] cada instituição encontre, autonomamente, seu caminho de desenvolvimento.” (BRASIL, 2007, p. 27).

O REUNI, por ter sido apresentado como um Programa do Governo, não tem caráter universal, mas é parte integrante de uma política governamental cujo fim é a ampliação da oferta da educação superior brasileira. Nos parágrafos seguintes, serão detalhados alguns posicionamentos de autores que trabalharam o tema REUNI em suas Instituições.

Duarte de Araújo e Pinheiro (2010) e Silva e Castro (2014) acreditavam que os dispositivos do programa REUNI se articulavam de forma direta e indireta com o padrão de intervenção do Estado proposto nos discursos da NGP e concretizado no Brasil pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

De Melo Costa, Marino Costa e Vidal Barbosa (2013) apontam como ponto positivo do Programa REUNI a possibilidade de melhor organizar as universidades, pois essas instituições

tiveram de planejar e prever suas ações, bem como tiveram que se preocupar com o preenchimento de vagas ociosas e com a diminuição da evasão.

Esses mesmos autores detectaram em sua pesquisa que um dos pontos relevantes em todas as instituições pesquisadas é o impasse entre a criação de cursos novos e o aumento de vagas nos cursos já existentes. Eles observaram que houve uma tendência para a criação de novos cursos, entretanto, existiam cursos nessas instituições com grande demanda (números de candidatos por vaga) e que não foram contemplados pela expansão do REUNI.

Severino (2009) assegura que, do ponto de vista quantitativo, foi confirmada a expansão do Ensino Superior brasileiro, sendo esse fato um aspecto positivo das políticas de Educação Superior, uma vez que o Brasil dobrou a sua população universitária. Esteves Lima e de Souza Machado (2016), em seu trabalho sobre o REUNI na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também concluíram que, de fato, o REUNI contemplou o aumento da oferta de vagas na instituição, mas as autoras chamam a atenção para o fato de que a evasão estudantil é um dos vários problemas gerados e acentuados por essa expansão.

Para Duarte de Araújo e Pinheiro (2010), uma das grandes preocupações quanto ao futuro do Programa REUNI é o fato de:

Após este período, as universidades ver-se-ão com estruturas novas e reformuladas, muitas vezes desempenhando funções diferentes, as quais terão de manter. Neste processo, os ganhos de eficiência obtidos com a eliminação da ociosidade e dos processos de reestruturação nas atuais unidades ou com a implementação de outras mais eficientes pode gerar uma nova inflexibilidade, dado que as estratégias definidas por cada universidade produzirão resultados diferenciados, os quais deverão ser alvo de nova rodada de análise de eficiência. Ocorre que neste ponto, comprometimentos de receitas e eliminação dos espaços ociosos de hoje restringirão correções posteriores (DUARTE DE ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 662).

De acordo com os dados do INEP, o número de matrículas em educação superior cresceu em torno de 76%, entre o decênio 2004 a 2013, passando de 4.163.733 para 7.305.977. Nesse período, foram criadas 18 novas universidades públicas federais. Já o número de *campi* passou de 148, em 2002, para 321, em 2014. O percentual de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos que se encontravam matriculados em algum curso superior estava em torno de 16,5% no ano de 2013 (MEC/INEP, 2014), sendo esse um percentual bem abaixo do esperado pelo PNE (2001-2010), que era de 30% de escolarização líquida. Esse quadro influenciou o PNE vigente (2014-2023) que manteve a meta de alcançar 33% de escolarização líquida e 50% de escolarização bruta (BRASIL, 2014).

Em 2010, ano final do PNE decênio 2001-2010, o percentual de jovens entre 18 a 24 anos matriculados no ensino superior era de apenas 12,1%, estando 74,1% dessas matrículas relacionadas ao setor privado e 25,9%, ao setor público. Os cursos de graduação do período noturno representavam 68% das matrículas do ensino privado e 36%, do ensino público (MEC/INEP, 2010).

Embora o Ministério da Educação continue desenvolvendo novas políticas para o ensino superior, o REUNI foi um grande instrumento de reestruturação das universidades em implementação, constituindo-se no grande responsável pela expansão das IFES.

2.2 Evasão Universitária

O estudo da evasão no ensino superior brasileiro surge como parte integrante dos procedimentos de avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior, principalmente, em se tratando das públicas (RISTOFF, 1999; POLYDORO, 2000; MENDES CATANI E OLIVEIRA, 2001). Oportuno ressaltar que esse fenômeno é um dos indicadores analisados no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

O marco formal no Brasil que abordou o tema é o Seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras, promovido em fevereiro de 1995 pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu/MEC). Foi criada, nessa época, uma Comissão Especial de Estudo sobre Evasão que tinha como objetivo principal definir um conceito de evasão e analisar com profundidade suas causas e índices, buscando propor a sua diminuição (POLYDORO, 2000).

A evasão no ensino superior já vinha sendo tema de diversos estudos isolados [...] como os trabalhos de Rosa (1977), Costa (1979), Maia (1984), Moysés (1985), Hamburger (1986), entre outros. Segundo Braga, Miranda-Pinto e Cardeal (1996), esse tema configurava-se como preocupação das universidades públicas e do MEC desde 1972 (POLYDORO, 2000, p. 45).

Destaca-se que o estudo relativo à evasão é considerado um campo vasto e complexo que envolve assuntos não somente de cunho pedagógico, mas também psicológicos, sociais, políticos, econômicos, administrativos e tantos outros (BAGGI; LOPES, 2011). Não existe consenso quanto à conceituação e mensuração da evasão no ensino superior, fato que pode prejudicar os estudos relacionados ao tema, tanto pela dificuldade de interpretação de dados pelos pesquisadores, quanto por levá-los a tecer interpretações duvidosas.

A definição de evasão nos cursos de graduação é definida pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras como a “[...] saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluir-lo” (BRASIL/MEC, 1996, p. 15). Essa Comissão foi nomeada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e construída em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES) e a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM).

A Comissão Especial estabelece a distinção entre evasão de curso, da instituição e do sistema. Como evasão do curso, entende-se como sendo o desligamento do aluno do curso superior, podendo ocorrer por motivos diversos: a) abandono (deixa de matricular-se); b) desistência (oficial); c) transferência ou reopção (mudança de curso); e d) exclusão por norma institucional. Já a evasão da instituição é aquela relacionada ao desligamento da IES na qual o estudante estava matriculado e a evasão do sistema é aquela que ocorre quando o estudante abandona o ensino superior, de forma definitiva ou temporária (BRASIL/MEC, 1996).

Seguindo os parâmetros de tipificação da evasão, Gaioso (2005) considera que a evasão é a interrupção no ciclo de estudos e o consequente abandono da instituição na qual o estudante desenvolvia suas atividades educacionais. Kira (1998), citada em Morosini e outros (2011), explica que, no ensino superior, os termos “perda” ou “fuga” de alunos são comumente utilizados para se referirem à evasão universitária. Lobo (2012) também contribui com o conceito de evasão de curso. Segundo o autor:

É aquela em que o aluno deixa um curso por qualquer razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários. No caso do estudante mudar de curso, mas permanecer na IES, por mais estranho que possa parecer, muitas IES não consideram isso uma Evasão propriamente dita, assim como não consideram Evasão se a vaga deixada por um aluno que mudou de curso, ou de IES, for preenchida por outro aluno que venha por transferência, ou como matrícula de graduado (Lobo, 2012, p. 8).

Por sua vez, Ristoff (1999) aponta que parte da evasão comumente contabilizada pode representar apenas mobilidade estudantil e se dá quando o aluno se movimenta de um curso para o outro, ou seja, não deixou efetivamente o ensino superior. A mobilidade estudantil também pode ser representada, embora de forma mais eventual, pelo discente que se matricula e estuda em dois cursos distintos e, destarte, solicita a desistência de um deles.

Para Bueno (1993), evasão e exclusão são coisas distintas. A primeira compreende a postura de forma ativa por parte do aluno de se desligar, ou seja, o aluno tem a total responsabilidade de sua

escolha; já a segunda admite que tanto a instituição quanto todo o meio que a cerca são responsáveis por não comportar formas de aproveitamento e direcionamento dos estudantes.

A evasão, para Lobo e outros (2007), deve ser entendida por dois aspectos que se assemelham, mas não são idênticos, sendo eles: a evasão anual média e a evasão total. A evasão anual média refere-se à percentagem de estudantes que estavam matriculados em um curso superior, mas não se formaram e nem se matricularam no ano/semestre seguinte. Já a evasão total se refere ao número de discentes que, ingressando em um determinado curso de uma IES, não obteve seu diploma no final de determinado número de anos (o estabelecido como duração de cada curso).

A evasão estudantil no ensino superior é um tema relevante, pois afeta o resultado dos sistemas educacionais no mundo todo. Lobo e colaboradores (2007) asseveram que os danos não se limitam apenas aos discentes que iniciaram mas não concluíram os seus cursos, mas representam, também, prejuízos acadêmicos, sociais, e econômicos. Para os autores, no serviço público, essas perdas são representadas pelo investimento dos recursos públicos sem a devida contrapartida.

Kruger Júnior e outros (2011, p. 1) estabelecem que “[...] os estudantes não abandonam o ensino superior por grandes e únicas razões, mas por um acúmulo de vários motivos”. Constata-se, em todo mundo, a tendência de os alunos se evadirem ao longo do primeiro ano do curso. Essa evasão chega a ser de duas a três vezes superior que a apresentada nos anos seguintes dos cursos de graduação (LOBO, et al., 2007).

Os principais fatores para desestímulo do estudante e da consequente decisão de abandonar o curso incluem questões, tais como: suas expectativas em relação à sua formação; problemas de ordem acadêmica; carência de recursos financeiros para prosseguir os estudos; deficiência na integração com a instituição de ensino. Em suma, o estudante acredita que o custo benefício de seu “sacrifício” em conseguir um diploma não vale a pena (LOBO et al., 2007).

Mendes Braga, Peixoto e Bogutchi (2003) garantem que o fenômeno evasão apresenta duas faces distintas, sendo consequência ou de uma decisão do próprio aluno ou do resultado de uma combinação de fatores, como os de ordem socioeconômica, escolar e pessoal. Para os autores, quando predominam os fatores socioeconômicos e escolares, a decisão de se evadir deve ser considerada mais como uma exclusão do sistema do que evasão. Isso significa que essa decisão é resultante da necessidade do discente de ingressar de forma precoce no mercado de trabalho e, ainda, das dificuldades nas condições escolares com que ele se depara (currículo, professores, organização da instituição).

Gaioso (2005) apresenta reflexões sobre a evasão por meio da visão do discente. Essa autora aponta problemas como: falta de orientação vocacional, imaturidade, sucessivas reprovações, dificuldades de cunho financeiro, ausência de perspectiva de trabalho, falta de conexões com a Universidade, ingresso por imposição da família, casamento não planejado e nascimento de filhos.

O relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Federais apresenta um estudo com 53 instituições de ensino superior públicas e classifica em três fatores que contribuem para que os estudantes desistam de seus cursos, sendo eles: relacionados ao próprio estudante; relacionados ao curso ou à Instituição; e socioculturais e econômicos externos (BRASIL, 1996).

Os fatores relacionados ao próprio estudante são: a) habilidade de estudo; b) personalidade; c) formação escolar anterior; d) escolha precoce da profissão; e) dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; f) incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; g) desencanto ou desmotivação com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; h) dificuldades na relação ensino-aprendizagem, que são traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; i) desinformação a respeito dos cursos; e j) descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular (BRASIL, 1996).

Quanto aos fatores relacionados ao curso e às Instituições, o Relatório apresenta os seguintes aspectos que contribuem para a evasão dos alunos: a) currículos desatualizados e alongados; b) rígida cadeia de pré-requisitos e falta de clareza sobre o projeto pedagógico; c) critérios impróprios de avaliação do desempenho; d) falta de formação pedagógica ou desinteresse do docente; e) ausência ou pequeno número de programas institucionais para o estudante, como iniciação científica, monitoria, Programa Especial de Treinamento (PET); f) cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; g) estrutura precária de laboratórios e equipamentos; h) inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, o que afasta a possibilidade da matrícula em duas universidades (BRASIL, 1996).

Já os fatores externos que influenciam a evasão do aluno são: a) mercado de trabalho; b) reconhecimento social da carreira escolhida; c) qualidade da escola de primeiro e de segundo grau; d) conjunturas econômicas específicas; e) desvalorização da profissão; f) dificuldades financeiras; g) dificuldades de se atualizar frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; h) ausência de políticas governamentais consistentes, continuadas e voltadas ao ensino de graduação (BRASIL, 1996).

A mensuração da evasão em uma IES pode ser obtida pela “[...] simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico” (LOBO et al, 2007). Os autores citam ainda que uma das formas que pode ser utilizada para medir a evasão de uma turma é comparar o número de alunos que ingressaram no ano de formação dessa turma e o número de alunos desse grupo que concluíram o curso.

No estudo desses autores, foi identificado que, no período de 2000 a 2005, as taxas de evasão anual das IES públicas brasileiras apresentaram média de 12%, variando entre 9 a 15% no período. As IFES apresentavam padrão de comportamento bem próximo ao da IES públicas (somatório dos padrões das IES federais, estaduais e municipais), com média de 11%, expondo variações que iam de 9 a 14% anuais, enquanto as IES privadas exibiram taxa média de evasão de 26%, sendo 9% o menor índice e 31%, o maior. Nesse mesmo estudo, a taxa média brasileira de todas as IES (públicas e privadas) foi de 22% para o período.

O comparativo por forma de organização acadêmica apresentado por Lobo e outros (2007) demonstraram que as Universidades e os Centros Universitários apresentaram taxa de evasão média de 19%; já as Faculdades apresentaram índice de evasão médio de 29%. Quanto às áreas de conhecimento, os autores detectaram que os cursos da área de Serviços eram os que apresentaram maior evasão média no período, 29%, seguidos pelos cursos da área de Ciências, Matemática e Computação, com 28%. Já os cursos da área de Agricultura e Veterinária, bem como da área da Educação, foram os que apresentaram menor taxa de evasão média, 17 e 18%, respectivamente.

O fenômeno da evasão, considerando a variável curso, pode ser analisado por várias vertentes: analisando os cursos isoladamente ou os cursos agrupados por área de conhecimento, por demanda de procura no ingresso, por opção de ingresso atendida e de acordo com sua natureza (POLYDORO, 2000). Nas análises de evasão, considerando a demanda ao ingressar, é possível veicular a hipótese de que os cursos com alta demanda apresentam os menores índices de evasão. Os estudos de Moysés (1995), Paredes (1994), Pereira (1997) e Teixeira (1986), apresentados em Polydoro (2000), corroboram essa hipótese. Importa destacar as taxas de evasão entre os cursos de baixa demanda, como os de licenciatura, sendo essa uma constatação encontrada nos trabalhos de Delgado (1995) e Kira (1999), citados em Polydoro (2000), e no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (1997). Entretanto, Prado (1990) não obteve a mesma relação linear em seu estudo. O autor identificou que existiam cursos de baixa demanda com altos índices de concluintes e cursos de grande procura com taxas consideráveis de evasão.

Os cursos com maior destaque em evasão, no período de 2000 a 2005, eram o de Matemática (média de 30%, índice de 44% no ano de 2005), Marketing e Publicidade (média de 35%, índice de 39% no ano de 2002), Educação Física (média de 31%, índice de 34% em 2005). Já os cursos que apresentavam menores índices médios de evasão eram os de Medicina (4%), Odontologia (11%) e Agronomia (13%) (LOBO et al, 2007).

Na mesma linha de pesquisa de cunho quantitativo, os autores Mendes Braga, Peixoto e Bogutchi (2003) buscaram diagnosticar a ocorrência da evasão no ciclo básico da UFMG. Esses autores identificaram que as variáveis socioeconômicas, embora sejam determinantes para o sucesso no vestibular, parecem não influenciar os percentuais de evasão. As taxas de evasão são altas na área de conhecimento das ciências exatas e baixa, nas de ciências biológicas. O rendimento do estudante no curso é fator determinante para a evasão, ou seja, os alunos que evadiram apresentaram percentual de retenção expressivamente maior que os alunos que se graduaram. Nesse sentido, se o desempenho do estudante é ruim, especialmente, nos primeiros períodos do curso, as taxas de evasão serão, consequentemente, maiores do que as demais.

A criação de cursos noturnos parece contribuir para a redução das taxas de evasão dos cursos que antes eram oferecidos apenas no período diurno, sendo esse o entendimento encontrado na pesquisa de Mendes Braga; Peitoxo e Boguchi (2003). Já Paredes (1993) encontrou em sua pesquisa em cursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que são disponibilizados tanto no período diurno quanto no noturno, que existe uma tendência à evasão no turno noturno, que é o período mais procurado e que apresenta menor rendimento escolar que o diurno. Por sua vez, Santos e colaboradores (1992), citados em Polydoro (2000), apresentam a conclusão, sobre 9 cursos da Universidade de São Paulo (USP) oferecidos em turnos diferentes, que o que evidencia, de fato, a ocorrência da evasão não é o turno de seu funcionamento e, sim, o curso em si.

Com relação à questão de gênero, os autores Lobo e outros (2007) identificaram que as mulheres buscam mais as áreas de ciências biológicas e os homens, a de ciências exatas, e que, apesar de o desempenho masculino no vestibular ser melhor, são as mulheres que apresentam melhores performances nas disciplinas e se evadem menos que seus colegas homens.

Em relação aos alunos que ingressam pelo sistema de cotas, conforme Lei n.º 12.711/2012, é importante destacar um estudo realizado pelos autores Gandolfi e outros (2016). Esses autores identificaram que, no período de 2013 a 2015, os alunos cotistas apresentaram taxa de evasão menor que os não cotistas, 35,3% e 36%, respectivamente. Essa relação cotistas e não cotistas ficou mais evidente nos cursos das áreas das Ciências Biológicas, nos quais o percentual de desistentes cotistas

ficou em torno de 29,6% e dos alunos não cotistas, em 45%. Entretanto, na grande área de Ciências Exatas e da Terra, área que apresenta desistência geral de 56,2%, os alunos cotistas apresentam percentual de evasão superior aos não cotistas, 56,6% e 50%, respectivamente.

Polydoro (2000, p. 61) afirma que os estudos acerca da evasão geram dados mais confiáveis se existir o cuidado de não se pesquisarem “[...] diferentes modalidades de evasão indiscriminadamente, seja com o objetivo de obter o dimensionamento do fenômeno ou de seus determinantes”. Assim, delimitar as diferentes formas de apresentação desse fenômeno é uma dificuldade a ser superada nas pesquisas. A autora enumera alguns critérios para classificar a evasão, sendo eles: a) instância da qual o aluno se evade (curso, instituição e sistema); b) autoria da decisão (voluntária ou pela instituição); c) forma de evasão do aluno (abandono, cancelamento pelo aluno e pela instituição, transferência interna e externa); d) período em que o aluno permanece evadido (temporário ou permanente); e e) momento que em a evasão ocorre (início, intermediário ou final).

Atualmente, o PNE para o período 2014 a 2024, promulgado pela Lei nº 13.005, publicada em 25 de junho de 2014, prevê 10 diretrizes e 20 metas para a educação no Brasil. Dentre as metas, a de número 12, que se refere, especificamente, à educação superior, prevê “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014).

O Plano estabelece como estratégia para alcançar essa meta “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%” (BRASIL, 2014), que é uma meta idêntica à proposta no Programa REUNI. Diante de tais previsões, é de se supor que o Governo acompanhe e solicite o cumprimento, por parte das IFES, das metas do PNE para a educação superior, logo o combate à evasão universitária deve estar no rol das atividades universitárias na busca de elevar essa taxa de conclusão média.

A evasão do ensino superior passou a ser objeto de políticas públicas educacionais, sendo incluída nos indicadores das planilhas de alocações de recursos das universidades federais (MENDES BRAGA, PEIXOTO, BOGUTHI, 2003). De acordo com os autores, os parâmetros dessas políticas educacionais não têm demonstrado eficiência, pois buscam apenas indicar a baixa eficiência do ensino superior público federal, deixando de lado “[...] uma análise interna desse sistema ou à implementação de mecanismos que contribuam para reduzir seu impacto (MENDES BRAGA, PEIXOTO, BOGUTHI, 2003, p. 163).

Os estudos sobre a evasão podem ser vistos por duas perspectivas: a primeira considera a evasão como um fenômeno que influencia a eficiência das IES, ocasionando tanto perda de investimento quanto de recursos humanos para o futuro, enquanto a segunda busca aprofundar o fenômeno, levando em conta o ponto de vista do universitário (POLYDORO, 2000).

É possível afirmar que, do ponto de vista quantitativo, foi confirmada a expansão da educação superior brasileira, fato que é um aspecto positivo das políticas de Educação Superior. Entretanto, algumas distorções podem ser percebidas em relação à expansão universitária, podendo ser uma delas a problemática que envolve o alto índice de evasão (SEVERINO, 2009). O autor avalia que, se levarmos em conta a quantidade de vagas que não são preenchidas e os egressos que não atuam no ramo de sua formação, o quadro é ainda mais complexo e desafiante.

A igualdade de oportunidades de acesso proposta por meio de implementação de políticas públicas educacionais (como o REUNI) é condição indispensável, mas não exclusiva, para que, de fato, ocorra a democratização efetiva nas IES do combate à evasão (MENDES BRAGA; PEIXOTO; BOGUTCHI, 2003; BAGGI; LOPES, 2011).

A interiorização das universidades também pode acarretar em dificuldade de ocupação das vagas disponibilizadas, pois muitas universidades novas estão inseridas em regiões historicamente excluídas do direito ao ensino superior, o que acarreta a necessidade de um grande esforço por meio de várias chamadas para que sejam ocupadas as vagas existentes (COSTA et al, 2011).

Embora o fenômeno evasão tenha variadas causas, Mendes Braga, Peixoto e Boguchi (2003) acreditam que as universidades podem reduzir sensivelmente suas dimensões se intervirem nos seus currículos, adequarem as metodologias de ensino e processos de avaliação, além de introduzirem mecanismos de acompanhamento dos discentes. Essas intervenções devem ser orientadas, especialmente, para os primeiros períodos dos cursos nos quais o rendimento escolar parece ser fator determinante para a decisão de evadir. Estudos como os do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (1997) também identificaram que os índices de evasão nos primeiros semestres letivos são superiores aos índices dos demais semestres, tanto em cursos diferentes, quanto nos vários tipos de instituição.

O Quadro 2 traz uma síntese das pesquisas anteriormente realizadas sobre os temas evasão no ensino superior e REUNI. Os trabalhos selecionados foram encontrados nos sites das plataformas *SciELO*; *Spell* e *Google scholar*, tendo sido utilizados conectores como: evasão e educação superior, evasão discente, evasão e REUNI.

Quadro 2: Trabalhos sobre evasão universitária

Autores	Objetivos	Aspectos Metodológicos	Principais Resultados
Paredes, 1994	Estudar o fenômeno da evasão na cidade de Curitiba, nas Universidades UFPR e PUC-PR	Pesquisa quantitativa e qualitativa. Questionário não estruturado com alunos que se evadiram dos cursos da PUC e da UFPR. Análise dos rendimentos e de evasão por cursos e entre as universidades	Descobriu-se que as evasões nos cursos é muito maior que a percepção geral que se tem dela. A avaliação inadequada dos índices de evasão nas instituições levam a decisões incorretas, como a redução pela metade de vagas do curso de Psicologia da PUC e oferta excessiva de vagas nos cursos noturnos da UFPR.
Kyra, 1998	Identificar as principais causas da evasão escolar no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (1992-1996).	Estudo de caso. Após um estudo teórico e estatístico do assunto, levanta os dados de documentos escolares da própria UEM e de entrevistas com ex-alunos.	A análise dos resultados leva a concluir que as principais causas são: não identificação com o curso, a própria profissão docente e poucas perspectivas de trabalho e emprego.
Polydoro, 2000	Pesquisar o trancamento de matrícula e as condições envolvidas na saída e no retorno do estudante à instituição para entender a sua trajetória acadêmica.	Coleta de dados em duas etapas (trancamento e destrancamento de matrícula) envolvendo análise de dados documentais e entrevistas com estudantes.	Apenas uma minoria de estudantes consegue se reintegrar à graduação depois do trancamento, cancelamento ou abandono do curso.
Mendes Braga; Peitoxo; Gogutchi, 2003	Abordar o problema da evasão no ensino superior por meio de um diagnóstico de sua ocorrência no ciclo básico da UFMG.	Pesquisa quantitativa. Utilização de métodos, como o modelo de correlação de Spearman e regressão logística. A pesquisa aborda cursos das três áreas de conhecimento do ciclo básico da UFMG. O diagnóstico foi realizado, tendo como base a análise do perfil socioeconômico dos estudantes e do seu desempenho escolar.	As variáveis socioeconômicas parecem ter pouca interferência sobre os percentuais de evasão. As taxas de evasão, nas décadas de 80 e 90, são elevadas nas ciências exatas e baixas, nas ciências biológicas. A evasão é muito influenciada pelo desempenho do estudante nos primeiros períodos dos cursos. Muitas reprovações nessa fase implicam em taxas maiores de evasão.
Lobo et al., 2007	Estudar a evasão nas IFES com base nos dados oficiais. Mostrar a evolução da evasão brasileira dentro dos agrupamentos: conjunto de todas as IES, forma de organização acadêmica, categoria administrativa, região geográfica, área de conhecimento e por curso.	Estudo quantitativo. Dados secundários adquiridos no INEP. Período de 2001 a 2005.	Verificou-se uma correlação negativa entre índices de evasão e a demanda por curso. Os índices de evasão brasileiros variam por: região, curso e dependência administrativa (pública ou privada). A taxa de evasão média brasileira ficou em torno de 22% no período. As IES públicas apresentaram taxa média de 12% e as privadas, de 26%. A Região Norte tem a menor taxa de evasão anual. O curso de medicina é o que tem menor taxa média de evasão anual, 4 %.

(Continua)

(Conclusão)

Cardoso, 2008	Analisar a demanda de candidatos cotistas e não cotistas da UNB. Caracterizar e analisar o desempenho e o rendimento dos dois grupos nos cursos em que foram aprovados e, ainda, levantar a evasão desse universo.	Pesquisa quantitativa. As informações provêm de bancos de dados da UNB, do processo seletivo e do rendimento acadêmico relativo ao segundo semestre de 2004 a 2006.	Os alunos cotistas evadem menos que os alunos não cotistas. O rendimento do curso é um fator condicionante para a evasão. As licenciaturas têm maiores taxas de evasão que os bacharelados.
Baggi; Lopes, 2011	Analisar a produção teórica que aborda a evasão e a sua relação com a avaliação a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre 2008-2009.	A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica, denominada estado da arte ou estado do conhecimento, que contribui para a discussão e o mapeamento da produção acadêmica tanto em termos de análise qualitativa, quanto quantitativa.	Detetaram que a relação entre avaliação institucional e evasão é pouco estudada, sendo mais restrita que os reflexos da evasão no ensino superior.
Azevedo, 2017	Investigar o desempenho do PROAES na UFES para a permanência dos alunos de baixa renda na universidade, com redução dos percentuais de evasão.	Pesquisa quantitativa. Compara os índices percentuais de evasão entre os anos de 2012 e 2013 (com PROAES) e os anos de 2010 e 2011 (sem PROAES).	Apesar de a UFES contar com um programa de assistência estudantil, o grande aumento do número de evasões em 2012, que mais que triplicou em relação aos dois anos anteriores, revela que, embora os estudantes que recebem assistência da universidade têm maiores chances de concluir com sucesso a graduação, tal auxílio pode ser insuficiente, pois, além de sustentar os seus estudos, muitos jovens precisam arcar com outras obrigações financeiras em casa e com o sustento da família.

Fonte: elaborado pela autora a partir de publicações

Analizando as oito pesquisas elencadas, constata-se que, com relação aos métodos de abordagem utilizados, ocorreram, predominantemente, investigações com o emprego de pesquisa de natureza quantitativa e estudos de caso. Em relação às fontes e instrumentos de coleta de dados, foram utilizados pesquisa documental e bibliográfica, majoritariamente, e aplicação de questionários.

Concluída a apresentação do referencial teórico do presente estudo, são expostas, no próximo capítulo, as escolhas metodológicas que serão utilizadas para a realização da pesquisa.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os métodos e os procedimentos que foram utilizados na busca de responder a questão problema e atender os objetivos deste estudo, que são os de: analisar a relação entre a adesão ao REUNI e a evasão discente na UFU no período de 2000 a 2017; analisar o contexto e o processo de implantação do REUNI na UFU; evidenciar a relação entre formas de ingresso e evasão; e avaliar a relação entre cursos e áreas de conhecimento e evasão. Na primeira seção, encontram-se a classificação da pesquisa quanto aos seus objetivos, a natureza da pesquisa, a escolha do objeto de estudo, a técnica de coleta e a técnica de análise de dados, enquanto a segunda seção traz os procedimentos empregados, bem como a descrição das técnicas de análises utilizadas.

3.1 Métodos

Esta pesquisa se caracteriza, quanto à sua finalidade, como pesquisa aplicada, uma vez que tem como principal objetivo o de “[...] contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade” (DE BARROS; DE SOUZA LEHFELD, 2000, p. 78) e buscar, por meio de fatos e dados, manifestar uma realidade objetiva (GANGA, 2012).

Gil (2010, p. 27) define pesquisas aplicadas como aquelas “[...] voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. Dessa forma, este estudo tratou de analisar a implantação do REUNI e o seu impacto na evasão discente.

Quanto aos objetivos da pesquisa, percebe-se que se trata de uma pesquisa descritiva, pois ela se restringe a analisar dados pré-existentes sem interferência por parte do pesquisador. A pesquisa científica do tipo descritiva busca, de acordo com Vergara (2000, p. 47), apresentar características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza, mas ela “[...] não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

A pesquisa do tipo descritiva fundamenta-se na análise do objeto de estudo e busca elucidar a situação atual. Segundo Gil (2010, p. 28), a característica mais significativa dos estudos do tipo descritivo é a utilização de “[...] técnicas padronizadas de coleta de dados”. Para Andrade (2004, p. 19), esse tipo de pesquisa apresenta como os “[...] fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados [...]” sem sofrerem a interferência do pesquisador. Nos estudos de cunho

descritivo, é realizada uma triagem de informações com o intuito de se analisar um fenômeno, um processo ou um fato (SANTOS, 2002).

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa pode ser classificada como mista, pois, em função dos dados utilizados, abordou análises de cunho qualitativo e quantitativo. O estudo emprega quantificações tanto na coleta de informações quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas. As autoras Lakatos e Marconi (2010, p. 269) relatam que, nesse tipo de método, “[...] os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas [...].” Segundo Cooper e Schindler (2011, p.147), a pesquisa quantitativa em administração tenta responder a questões “relacionadas a quanto, com que frequência, quantos, quando e quem”.

São competências da pesquisa do tipo quantitativa: classificar, ordenar, medir variáveis, apresentar estatísticas, compor grupos e estabelecer associações (VIEIRA, 2009). Ainda de acordo com a autora, as pesquisas quantitativas permitem a generalização do conhecimento e admitem estender seus resultados para a população que forneceu a amostra.

Os dados qualitativos simulam descrições de fatos/objetos que não possuem os números representando as suas propriedades (HAIR JR. et al., 2005). O método qualitativo, por sua vez, objetiva resolver situações complexas, possibilitando compreender e rotular processos de determinados grupos, bem como o entendimento de alguns fatores do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999).

No desenvolvimento da pesquisa, na etapa qualitativa, a coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental. A pesquisa documental priorizou textos disponíveis em meio eletrônico de órgãos do Governo Federal, como Ministério da Educação, tendo sido consultados documentos oficiais e publicações administrativas. No âmbito da UFU, foram realizadas consulta e análise de dados disponíveis em estatutos, regimentos internos, atas, resoluções, relatórios anuais de Prestações de Contas e da Comissão REUNI/UFU.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental consiste na obtenção dos dados por meio de fontes primárias (arquivos públicos, particulares e fontes estatísticas). Para Gil (2010), esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador utilize dados que não tiveram nenhum tipo de tratamento analítico, sendo possível manuseá-los de acordo com o objeto de pesquisa. São classificados como documentos os relatórios, os projetos, os documentos informativos arquivados, entre outros (SANTOS, 2002).

Os principais documentos analisados foram: legislações que tratam do tema REUNI, como o Decreto nº 6096/2007, Constituição Federal de 1988, LDBEN, Leis dos PNE's (2001-2010 e 2014-

2024) além de artigos científicos, teses, dissertações sobre os temas REUNI e sobre evasão discente universitária.

Na etapa quantitativa, o processo de coleta de dados se deu pelo uso de dados secundários, os quais foram obtidos a partir das bases de dados de ingresso e registro acadêmicos disponibilizados pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DIRAC) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFU.

De acordo com a dimensão temporal, o corte é longitudinal, já que os dados foram coletados em um período de tempo pré-determinado, que compreende os anos de 2000 a 2017. Esse período abrange oito anos antes (2000-2007), cinco anos de implantação do Programa REUNI (2008 a 2012) e 5 anos após implantação do Programa (2013-2017). A adesão da Universidade Federal de Uberlândia ao Programa REUNI ocorreu em 17 de dezembro de 2007, na segunda chamada do Programa, com previsão de implantação a partir do segundo semestre de 2008.

Cabe destacar que, neste trabalho, a evasão está sendo analisada pelo ano de ingresso do aluno. Portanto, apesar de a base dados conter informações até o ano de 2017, considera-se como ano completo para análise o ano de 2012 por se considerar que todos os ingressantes naquele ano já deveriam ter concluído os cursos. Os dados de evasão a partir do ano de 2013 são importantes e ilustram tendências e relacionamentos entre as categorias analisadas, mas ainda não são índices anuais finais. No decorrer dos próximos anos, os índices de evasão desse período poderão aumentar.

Nesse sentido, os resultados encontrados nessa dissertação envolveram períodos específicos, alguns trataram do período que compreende os anos de 2000 a 2012, outros trataram de comparativos do período anterior ao programa REUNI, anos de 2000 a 2007, e ainda o período de implantação do REUNI, que se inicia no ano de 2008 e finda no ano de 2012.

Ainda, esta pesquisa pode ser classificada como de observação não participante, uma vez que o convívio da pesquisadora nesta Instituição, na qual ingressou como servidora pública no final do ano de 2005, lhe permitiu acompanhar desde um período anterior à implantação do Programa REUNI e seus impactos até os dias atuais. De acordo com Lakatos e Marconi (1992), a observação na vida real é a observação da realidade, ocorrendo a coleta de dados à medida que vai acontecendo o fenômeno, ou seja, de modo natural. O Quadro 3 sintetiza o percurso metodológico desta pesquisa.

Quadro 3 – Protocolo da Pesquisa

Problema de Pesquisa: Como e com que intensidade a adesão ao REUNI afetou a evasão discente na UFU?			
Objetivo Geral: analisar a relação entre a adesão ao REUNI e a evasão discente na UFU.			
Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Instrumentos de Coleta de Dados	Técnica de Análise de Dados
Analizar o contexto e o processo de implantação do REUNI na UFU	Pesquisa Documental;	Relatórios Comissão REUNI/UFU, atas de conselhos, relatórios de gestão. Observação não participante.	Análise documental.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Procedimentos

Nesta seção, serão detalhados os procedimentos empregados na condução deste estudo, desde o processo de coleta de dados até os métodos estatísticos empregados na interpretação dos dados.

3.2.1 Coleta e Preparação dos Dados

A população ou universo de uma pesquisa é composta por elementos que partilham características em comum (HAIR JR et al., 2005). Esse entendimento é ratificado por Cooper e Schindler (2011, p. 150), que definem a população de um trabalho científico como um “[...] conjunto completo de elementos sobre os quais desejamos fazer algumas interferências”. Nesse sentido, na busca de atingir o objetivo estabelecido nesta pesquisa, foram delimitados como população desta pesquisa os cursos de graduação presenciais da Universidade Federal de Uberlândia. Quanto a esses cursos, foram avaliados ingresso, concluintes, evasão e alunos com vínculo no período de 2000 a 2017 dessa IFES.

A DIRAC da UFU disponibilizou um banco de dados composto por informações de ano/ingresso do aluno, forma do ingresso do aluno no curso, ano/evasão do aluno, curso, código do curso, *campus* curso, identificador numérico do aluno. Após o recebimento da base de dados, iniciou-se o tratamento, transformação, higienização e integração das informações, buscando, assim,

construir um arquivo final que contemplasse todas as informações necessárias para a realização das devidas análises.

Da base de dados disponibilizada pela DIRAC, acrescentaram-se outros dados necessários para o atingimento dos objetivos deste trabalho, tais como: área de conhecimento à qual o curso pertence, nomenclatura geral e mais atual utilizada pelo curso, turno em que o curso é oferecido, identificação se o curso pertence ou não ao REUNI, ano em que o curso foi criado e ou teve acréscimo de vagas pelo REUNI e quantitativo de vagas oferecidas antes e depois do REUNI.

As áreas de conhecimento foram definidas a partir do quadro de cursos afins e respectivas áreas que a UFU utiliza para seus processos de Transferência Interna e Externa e seleção de Portadores de Diplomas (ANEXO A). Esse quadro separa os cursos em 9 grandes áreas e utiliza as definições estabelecidas pelos órgãos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CAPES e FINEP. Os turnos que a instituição oferece seus cursos são matutino, noturno e integral, sendo que o último envolve o período matutino e vespertino.

A evasão contabilizada neste trabalho envolve os tipos de abandono, desistência oficial, jubilamento e transferências. As transferências englobam as situações de transferência interna e transferido. Outras situações encontradas na base de dados foram aglomeradas no tipo “outros evasão”. Esse tipo de evasão também foi considerado para os cálculos de evasão utilizados neste trabalho e agrupa os tipos de: desistente, desligamento e ingressante/não compareceu.

3.2.2 Análise dos Dados

De posse desses dados, e utilizando a planilha eletrônica Microsoft Excel® e o pacote estatístico IBM SPSS Statistics 25.0, iniciou-se a etapa de análise estatística dos dados como forma de atender aos objetivos deste trabalho.

Assim, foi utilizada a técnica de estatística descritiva, que é uma técnica que permite ao pesquisador compreender os dados utilizados por meio de gráficos, tabelas e medidas-resumo. A técnica permite identificar tendências, variabilidade e valores atípicos e seu principal objetivo é o de estudar com profundidade o comportamento de uma determinada variável de cada vez em relação a valores centrais, à dispersão ou às formas de seus valores em torno da média (FAVERO et al., 2009).

Para a realização dos cálculos de evasão dos cursos, considerou-se, primeiramente, a variável aluno, a qual está identificada no banco de dados por um numerador único que utiliza um número aleatório e o código do curso. Para a identificação da quantidade de alunos evadidos de seus cursos,

utilizou-se, como ponto de partida, o ano de ingresso do aluno do curso e, a partir desse ano de ingresso, identificou-se e contabilizou-se o ano de evasão do aluno do curso, se fosse o caso, ou seja, este trabalho utilizou a metodologia da evasão total proposta por Lobo e Colaboradores (2007).

A evasão total mede o número de discentes que, ingressando em um determinado curso de uma IES, não obteve seu diploma ao final de determinado número de anos (o estabelecido como duração de cada curso).

A condução desta pesquisa considerou que todas suas operações e fases estavam relacionadas diretamente à teoria estudada, atribuindo sentido ao estudo e delimitando suas potencialidades explicativas, contribuição que vai ao encontro das argumentações dos autores Almeida e Pinto (1995).

É necessário destacar que não houve necessidade de utilização de testes estatísticos e avaliação de pressupostos, uma vez que se tratou de um estudo populacional (censo) e os resultados encontrados representam a realidade resultados da população.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, são descritos os resultados encontrados nesta pesquisa. O ponto de partida é entender e descrever o contexto histórico da instituição e o processo de implantação do REUNI na UFU (objetivo 1). Feito isso, caminhou-se para encontrar os resultados dos demais objetivos do trabalho.

4.1 Contexto Histórico, Percepções sobre a Evasão e Processo de Implantação do REUNI na UFU

Neste tópico, são apresentados, de forma breve, o contexto histórico da UFU, os principais dados e assuntos relacionados à evasão discente e, ainda, o processo de implantação do REUNI na UFU.

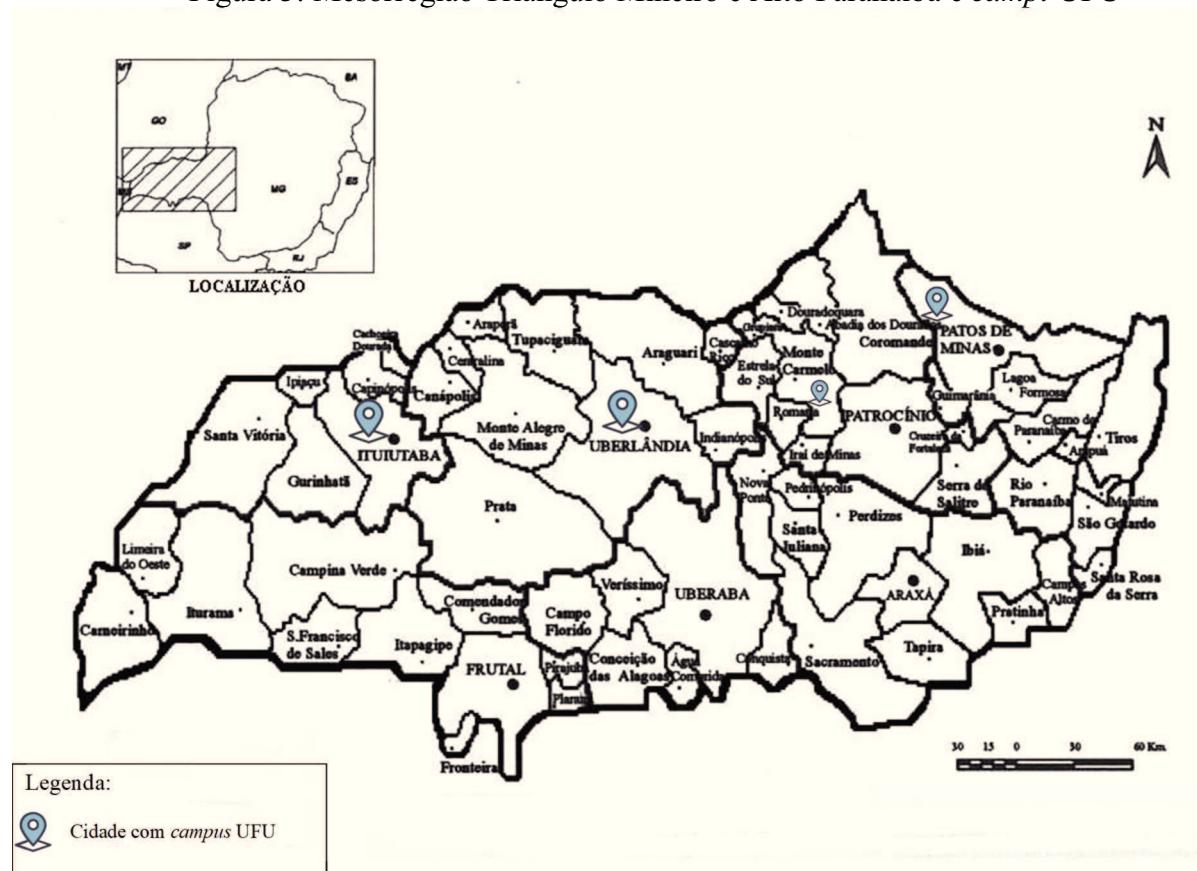
4.1.1 História e Processos de Ampliação Anteriores ao REUNI

Neste item, é apresentada uma breve história da Universidade Federal de Uberlândia desde sua criação até o momento atual, detalhando os episódios mais significativos. Serão também descritos alguns processos de expansão dessa Instituição que são anteriores ao programa REUNI.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é uma instituição de ensino superior pública brasileira situada no Triângulo Mineiro. É uma fundação pública, integrante da Administração Federal Indireta, vinculada MEC. Tem como sede o município de Uberlândia – MG, local onde possui quatro *campi* (Santa Mônica, Umuarama, Educação Física, Glória), além de mais três *campi* em outras cidades: Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba. A UFU ainda abriga três hospitais (Hospital de Clínicas, Hospital Odontológico e Hospital Veterinário), três fazendas experimentais e uma reserva ecológica (Panga) (UFU, 2017).

Os *campi* avançados da UFU estão todos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do estado de Minas Gerais. A figura 3 ilustra esta mesorregião e a localização dos *campi*.

Figura 3: Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e *campi* UFU



Fonte: adaptado de *Google imagens*

A UFU também atua na educação infantil, fundamental e de jovens adultos, estando as vagas disponibilizadas na Escola de Educação Básica (ESEBA) e, na Escola Técnica de Saúde (ESTES), estão disponibilizados cursos técnicos de saúde e meio ambiente (UFU, 2017). Sua missão institucional é a de “[...] desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social” (UFU, 2017a).

Criada na década de 1950 (UFU, 2017), a instituição adquiriu autorização de funcionamento como Universidade de Uberlândia (UnU) em 1969, pelo Decreto-lei nº. 762, de 14 de agosto de 1969 (UFU, 2017a), tendo sido formada pela união de cinco faculdades isoladas que já atuavam na cidade de Uberlândia: Faculdade de Artes (1957); Faculdade de Direito (1959); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1960); Faculdade de Ciências Econômicas (1963); e Faculdade de Engenharia (1961) (UFU/PIDE, 2010). A Escola de Medicina começou a funcionar em 1968 e foi incorporada à

UnU, obtendo, em pouco tempo, seu reconhecimento oficial. Seu Conselho Universitário reuniu-se pela primeira vez no ano de 1970.

A partir de então, a instituição começa a consolidar suas políticas de expansão do ensino superior na cidade de Uberlândia. Em 1972, os cursos de Odontologia, Medicina Veterinária e Educação Física, que pertenciam ao Governo do Estado de Minas Gerais, foram incorporados ao patrimônio da UnU (UFU/PIDE, 2010). Neste ano, iniciou-se o movimento de pró-federalização, que viria a se concretizar em 1978 (SOUZA, 2013). Em 24 de maio de 1978, o então Presidente Ernesto Geisel assinou a Lei nº. 6.532 que transformava a UnU em UFU, federalizando-a afinal. A organização da instituição passou a ser abarcada em três centros acadêmicos após a federalização: Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Ciências Humanas, Letras e Artes (CEHAR); e Ciências Biomédicas (CEBIM), vigorando essa estrutura até o ano de 2000 (UFU/PIDE, 2010).

No ano de 1998, o Conselho Universitário (CONSUN) encaminhou a proposta aprovada do novo estatuto da UFU para o MEC, sendo o mesmo aprovado no ano de 2.000 (UFU, 2.000). A estrutura organizacional foi reorganizada pela aprovação do estatuto e, em 1999, do regimento geral, passando a ser composta por 27 unidades acadêmicas, sendo 18 faculdades e 9 institutos (UFU, 1998).

A expansão de cursos e a ampliação da oferta de vagas não é assunto oriundo exclusivamente do Programa REUNI. Desde a sua federalização, em 1978, a UFU agrega novos cursos à instituição e, desde 2003, a UFU vem trabalhando no sentido de expandir sua oferta de vagas, tanto pela criação de novos cursos quanto pela ampliação de vagas em cursos existentes (UFU, 2007).

Em decorrência dessa nova perspectiva, os Conselhos da Universidade passaram a planejar e a agir. O Conselho de Graduação, por exemplo, regularizou a publicação de editais para preenchimento de vagas ociosas por meio de processos seletivos de transferência (UFU, 2007). Já o Conselho de Pesquisa trabalhou na reorganização dos currículos e nos processos de formação de pesquisadores. A tarefa do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis foi o de estabelecer políticas que têm em vista o amadurecimento do estudante como sujeito político. E, por sua vez, o Conselho Diretor definiu os critérios de distribuição de recursos, de vagas docentes, de seleção e acompanhamento do desempenho dos servidores (UFU, 2007).

A partir de 2003, a Universidade Federal de Uberlândia aprovou, por meio do Conselho Universitário, a criação de 4 novos cursos de Graduação: Engenharia Mecatrônica (2003), Física de Materiais (2005), Engenharia Biomédica (2006) e Biomedicina (2007). Além disso, a UFU ampliou, no ano de 2007, 10 vagas no curso de Teatro e ainda aprovou a criação, em 2006, do Campus Avançado na cidade de Ituiutaba – MG - Faculdade Integrada do Pontal (FACIP), campus que

comportou 9 cursos: Física, Geografia, História, Matemática, Química, Ciências Biológicas, Pedagogia, Ciências Contábeis e Administração. Vale ressaltar que o índice de expansão de vagas na graduação, em 2007, era de 31,4% (UFU,2007). O Quadro 4 detalha a ampliação de vagas e cursos na UFU no período de 2003 a 2006.

Quadro 4: Ampliação de vagas e cursos na UFU no período de 2003 a 2006

Novos cursos	Vagas/ano	Turno	Modalidade	Ano de Criação
Uberlândia				
Eng. Mecatrônica	40	Integral	Bacharelado	2003
Física de Materiais	30	Integral	Bacharelado	2005
Eng. Biomédica	40	Integral	Bacharelado	2006
Biomedicina	25	Integral	Bacharelado	2006
Subtotal	135			
Ampliação de vagas de cursos já existentes				
Teatro	10	Integral	Licenciatura e bacharelado	2006
Pontal				
Física	80	Matutino/Noturno	Licenciatura e bacharelado	2006
Geografia	80	Matutino/Noturno	Licenciatura e bacharelado	2006
História	80	Matutino/Noturno	Licenciatura e bacharelado	2006
Matemática	80	Matutino/Noturno	Licenciatura e bacharelado	2006
Química	80	Integral/Noturno	Licenciatura e bacharelado	2006
Ciências Biológicas	80	Integral/Noturno	Licenciatura	2006
Pedagogia	80	Integral/Noturno	Licenciatura	2006
Ciências Contábeis	40	Noturno	Bacharelado	2006
Administração	40	Matutino	Bacharelado	2006
Subtotal	640			
Total	785 vagas			

Fonte: adaptado de UFU, 2007.

Importa destacar que os cursos de Física e História do *campus* Pontal não mais são ofertados no período matutino, mantendo-se apenas os do período noturno. Para o curso de Física noturno, é ofertado apenas o grau de licenciatura.

No ano de 2006, a UFU ofertava 2.245 vagas na graduação, sendo 480 vagas para cursos noturnos. Em 2007, o número passou a ser de 2910 vagas (aumento de 29,6%), disponibilizando-se 920 dessas vagas para cursos noturnos. Essa ampliação de 440 vagas em cursos noturnos (aumento de 91,7%) já demonstrava esforços da Instituição em expandir suas vagas (UFU, 2007).

O *campus* Pontal foi inaugurado em 2007 e disponibilizava 640 vagas distribuídas semestralmente em 9 cursos de graduação (UFU, 2007). Esse *campus* pode ser considerado o primeiro

processo de interiorização da Instituição, estando esse processo determinado no Projeto Expansão do Governo Federal, Fase 1, que contemplou os anos de 2003 a 2007.

Em 2005, iniciou-se o processo de discussão e elaboração do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE) que contemplaria, em princípio, os anos de 2008 a 2012. Dentro dos objetivos declarados à época, estava “a clara intenção de expandir a oferta de cursos e de vagas” (UFU, 2007, p. 7).

4.1.2 Contexto e Percepções a Respeito da Evasão na UFU

Este tópico apresenta a definição, as legislações e as principais temáticas relacionadas à evasão discente na UFU.

No âmbito da UFU, o discente perde o direito a sua vaga pelos motivos enumerados no Art. nº 206 da Resolução n.º 15/2011 do Conselho de Graduação (CONGRAD).

Art. 206. O discente perde o direito à sua vaga na UFU quando ocorrer:
 I – abandono de curso;
 II – desistência;
 III – desligamento; ou
 IV – jubilamento (UFU, 2011).

Já os Artigos 207 a 213 da referida Resolução descrevem as características de cada modalidade de evasão discente:

Art. 207. Será considerado abandono de curso a situação em que o discente atingir o limite permitido de trancamentos gerais e deixar de matricular-se no período letivo imediatamente subsequente. (*Redação dada pela Resolução no 02/2013/CONGRAD, de 15/2/2013*).

Art. 208. Será considerado desistente oficial o discente que comunicar formalmente a desistência de sua vaga no curso.

Art. 209. Será considerado desistente o discente que não frequentar, no mínimo, 75% da carga horária total dos componentes curriculares nos quais estiver matriculado, ou de outras atividades acadêmicas promovidas pelo curso, ministrada durante os dez primeiros dias letivos do semestre ou ano letivos de seu ingresso, ou formalizar sua desistência dentro desse prazo.

Art. 210. Será considerado desligado o discente que incorrer em atos disciplinares nos casos previstos no Estatuto ou no Regimento Geral da UFU.

Art. 211. Será considerado passível de jubilamento:

I – o discente que não concluir o curso no tempo máximo previsto no Projeto Pedagógico do curso; e
 II – o discente que tiver rendimento insuficiente.
 § 1º O rendimento insuficiente fica caracterizado:

I – quando, decorridos 70% de tempo máximo para a integralização, previsto no Projeto Pedagógico, o discente não tiver obtido aproveitamento em pelo menos 50% do número de componentes curriculares necessários para a integralização curricular; II – quando o discente não obtiver aproveitamento em nenhum componente curricular em que tiver se matriculado em três semestres ou dois anos letivos, consecutivos ou não, nos casos de curso semestral ou anual, respectivamente; III – quando o discente for reprovado em um mesmo componente curricular por quatro vezes, consecutivas ou não; e

IV – quando o discente obtiver CRA inferior a trinta em três semestres letivos ou dois anos letivos, consecutivos ou não, nos casos de curso semestral ou anual, respectivamente.

Art. 212. Para contagem do tempo de integralização, não serão contados os períodos de trancamento geral de matrícula.

Art. 213. O discente perderá o direito à sua vaga, nas situações previstas nos incisos I e IV do art. 206 destas Normas, após o encerramento de Processo Administrativo conduzido pela DIRAC, nos moldes de resolução específica, editada para este fim. (*Redação dada pela Resolução no 02/2013/CONGRAD, de 15/2/2013*).

§ 1º A perda de vaga prevista no inciso III do art. 206 (desligamento), dar-se-á mediante Processo Administrativo Disciplinar próprio. (*Redação dada pela Resolução no 02/2013/CONGRAD, de 15/2/2013*).

§ 2º A perda de vaga por desistência, nos termos do art. 209, independe de Processo Administrativo, produzindo efeitos imediatos. (*Redação dada pela Resolução no 02/2013/CONGRAD, de 15/2/2013*). (UFU, 2011).

É possível identificar no Inciso I do Artigo 1º, da Resolução 15/2011, uma descrição mais detalhada para abandono de curso, qual seja, “abandono de curso: não renovação de matrícula pelo discente em componentes curriculares depois de esgotados os períodos de trancamento de matrícula;” (UFU, 2011).

No Projeto de Plano de Expansão da UFU – Período 2008-2012 – apresentado ao MEC para adesão ao REUNI, a Instituição já se mostrava sensível ao problema das taxas de evasão escolar: “[...] entendendo que, além da ampliação de oportunidades de acesso ao ensino superior, outro desafio ao processo de democratização da educação superior está em garantir a permanência e a terminalidade neste nível de ensino” (UFU, 2007).

O diagnóstico da época apontou que os recursos governamentais eram insuficientes para manutenção e ampliação de programas e ações dirigidas à permanência e apoio psicopedagógico dos estudantes. Outros aspectos relacionados ao problema da evasão discente na instituição são: a diversificação do perfil sociocultural e a “cultura da reprovação” em determinados cursos (UFU, 2007).

Reducir as taxas de evasão tem relacionamento direto com o aumento das taxas de conclusão de curso. Na busca de reduzir as taxas de evasão e de atender as metas do Programa REUNI, foi

estabelecida a meta de aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para, pelo menos, 90% desde o primeiro ano da vigência do Decreto.

Outros fatores também foram considerados na busca de reduzir as taxas de evasão da UFU. Dessa forma, foram traçadas seis estratégias para o alcance da referida meta:

- Concluir a implantação do controle acadêmico por meio do SIE – Sistema Integrado de Ensino de modo a garantir um acompanhamento sistemático e permanente do aluno na universidade, inclusive no que se refere ao controle de frequência.
- Realizar estudos sobre a evasão existente na UFU, detectando causas específicas para encaminhar soluções para sua superação.
- Implantar o sistema de diário eletrônico para agilizar a identificação dos casos de alunos faltosos.
- Fortalecer e ampliar o Programa de Monitoria, de modo que os alunos que apresentam maiores dificuldades possam ter apoio adequado à aprendizagem.
- Implantar programas de tutoria, com a participação de discentes da pós-graduação, de modo que esses venham contribuir na melhoria do desempenho dos colegas da graduação.
- Incentivar a oferta de cursos e atividades de apoio à aprendizagem, organizados por alunos e sob a supervisão de docentes, de modo a superar dificuldades enfrentadas (UFU, 2007, p. 22).

Ao final do ano de 2012, a Instituição informou que seus índices de evasão de alunos de graduação apresentaram queda de 10% para 6,6% entre os anos de 2010 e 2011. A queda na evasão foi relacionada à época, conforme comentou o então reitor em exercício, com as “[...] ações tomadas pela gestão universitária durante os últimos anos no sentido de resolver os principais motivadores da desistência” (BOENTE, 2012, p. 1). Entre os principais fatores que contribuíram para a melhoria das taxas de evasão estavam a ampliação das bolsas de assistência estudantil (de 2.978 para 4.182) e as possibilidades de pesquisa durante a graduação. Foram também pontuados como fatores que contribuíram para essa queda no índice da evasão a ampliação do processo de transferência externa e a implantação do processo de portador de diploma (BOENTE, 2012).

Os cursos de licenciaturas já eram apontados como os que mais sofriam com a evasão estudantil e acreditava-se que o problema estaria relacionado, especialmente, com a “[...] desvalorização da carreira de professor” (BOENTE, 2012, p. 2).

Os índices de evasão não permaneceram baixos, ao contrário, apresentaram crescentes aumentos nos anos que se seguiram. No ano de 2013, contabilizaram-se 563 abandonos e 701 jubilamentos. Já em 2014, ocorreram 1.599 abandonos e 220 jubilamentos e, em 2015, foram 553 abandonos e 1.765 jubilamentos. O alto índice de jubilamentos ocorridos no ano de 2015 estava

relacionado com a atualização do sistema utilizado na instituição, de acordo com a então Diretora de Ensino (G1, 2015).

No ano de 2015, a instituição identificou que as disciplinas com maiores índices de evasão eram as de:

- Ciências Exatas: Cálculos, Geometria Analítica, Introdução a Computação, Física Experimental e Teórica, Química Experimental e Teórica, Bioquímica, Farmacologia e Estatística;
- Ciências Humanas: Português (produção de textos acadêmicos) (NOGUEIRA, 2015).

O Programa Institucional de Graduação Assistida (PROSSIGA) é uma das iniciativas que a instituição encontrou para reduzir o problema da evasão discente. O programa é um conjunto de subprogramas que têm como foco o combate assertivo à retenção e à evasão nos cursos de graduação UFU. O PROSSIGA foi aprovado em 2015 em reunião do Conselho Diretor (CONDIR) e está vinculado à PROGRAD (UFU/DIREN, 2015).

No primeiro edital do Programa, foram aprovados 20 projetos que visavam à melhoria de ensino nas disciplinas com baixo índice de aprovação e teve como orçamento anual, em 2017, aproximadamente, R\$ 125 mil. Foi criado um Comitê Prossiga de Acompanhamento e Avaliação (CPAA) que tem como responsabilidade: acompanhar o desenvolvimento das ações propostas e aprovadas nos projetos PROSSIGA e ainda avaliar esses projetos e os resultados dos estudantes contemplados por eles (UFU/PROGRAD, 2016).

Em 2017, os números apontavam que, aproximadamente, 40% dos alunos de graduação da UFU deixaram seus cursos em andamento (evasão) e, aproximadamente, 38% prolongaram sua permanência (retenção). De acordo com o Pró-Reitor de Graduação, combater a evasão e a retenção discente é primordial, pois “[...] o dinheiro que vem para a manutenção da universidade é em cima dos alunos que se formam. Estamos com 80% de insucesso” (COMUNICA UFU;2018). Os 80% de insucesso a que o Pró-Reitor de Graduação se refere diz respeito ao somatório dos alunos que evadem ou prolongam sua permanência em seus cursos, sendo esses os dois acontecimentos que geram maiores custos à Instituição. No caso desta dissertação, o foco de estudo recairá apenas nos alunos que evadem de seus cursos.

A UFU, de acordo com o Pró-Reitor de Planejamento, realiza estudos para entender os motivos que levam os alunos a deixarem a instituição e/ou permanecerem retidos por muito tempo, pois esses fatos acarretam em prejuízos para a instituição e para a sociedade. O custo anual por aluno da UFU era de, aproximadamente, R\$ 23 mil no ano de 2017 e, assim, preocupada com as taxas de

evasão e retenção discente, a instituição decidiu por investir para manter o estudante (ALMEIDA, 2018).

No ano de 2017, o PROSSIGA investiu R\$ 123 mil em execuções de projetos que contemplavam, entre outras, as unidades acadêmicas como o Instituto de Física, Faculdade de Engenharia Mecânica, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Instituto de Ciências Agrárias, Instituto de Química, Instituto de Genética e Bioquímica e a Faculdade de Educação em parceria com a Faculdade de Matemática (PISSOLATO, 2017).

O combate à evasão e à retenção discente é uma das ações institucionais elencadas no PIDE da UFU, período 2016-2021. A meta estabelecida para o período é de reduzir a 9% o índice de evasão dos cursos de graduação (UFU/PIDE, 2015).

4.1.3 Implantação do REUNI na UFU

Neste item, são descritos dados da implantação do REUNI na UFU. Como o foco deste estudo é analisar se os cursos criados e/ou expandidos pela implementação do Programa REUNI apresentam maior ou menor índice de evasão que os cursos que já existiam na Instituição, foram priorizados apenas os itens que se referem à ampliação da oferta de vagas na Educação Superior na UFU. A expansão física, compra de equipamentos, aumento do quantitativo de servidores, reestruturação acadêmica e demais assuntos tratados pelo Decreto REUNI e implementados na UFU não serão detalhados neste trabalho.

A aprovação do Programa REUNI/UFU pelo Conselho Universitário (CONSUN) ocorreu em 07 de dezembro de 2007 por meio da Resolução nº 13 do CONSUN. Naquele ano, a UFU contava com 28 Unidades Acadêmicas que ofereciam 57 cursos de Graduação, 24 cursos de Mestrado, 12 de Doutorado e, aproximadamente, 40 cursos de Especialização. O corpo de servidores era composto de 1.334 docentes (efetivos e substitutos) e 3.289 técnicos administrativos (UFU, 2007).

O corpo discente era composto por 13.450 alunos de graduação presencial, 500 em graduação a distância, 1.429 de pós-graduação *stricto-sensu*, 407 de pós-graduação *lato-sensu*, 145 de residência médica, 261 de educação profissional técnica de Nível Médio na área de saúde, 225 de Educação Infantil, 599 do Ensino Fundamental, 150 da Educação de Jovens e Adultos e 1.006 de línguas estrangeiras, totalizando 18.172 alunos (UFU, 2007).

A UFU, considerando a proposta de reestruturação e expansão do Programa REUNI, propôs-se a:

- Expandir, sob critérios de qualidade, a oferta de vagas e de cursos.
- Intensificar e aprimorar a produção da pesquisa em suas diferentes modalidades.
- Intensificar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão integrados com a comunidade local e regional.
- Democratizar o acesso ao ensino superior e promover a inclusão social.
- Promover a permanência do estudante e reduzir a defasagem ingresso/conclusão dos cursos de graduação.
- Ampliar e otimizar o uso dos recursos infra-estruturais.
- Preservar e revitalizar o ambiente biofísico e social para o bem-estar individual e coletivo.
- Aprimorar o sistema de gestão de pessoas para o bom desempenho institucional e satisfação profissional dos servidores.
- Aprimorar os sistemas de planejamento, desenvolvimento e gestão institucional qualificando o atendimento e os processos de trabalho (UFU, 2007, p. 8-9).

Para acompanhar a execução do REUNI na UFU, foi instituída pela Portaria R. nº 619, de 29 de abril de 2009, uma Comissão REUNI/UFU que deveria acompanhar os processos de expansão e definir os melhores caminhos para que esses processos se concretizassem.

O Plano de metas do REUNI na UFU foi composto por 6 (seis) itens, sendo eles: Meta 1: Ampliação da oferta de Educação Superior na UFU; Meta 2: Reestruturação Acadêmico Curricular dos cursos; Meta 3: Renovação pedagógica da Educação Superior; Meta 4: Mobilidade Inter e Intrainstitucional; Meta 5: Compromisso social da Instituição; e Meta 6: Articulação da graduação com a pós-graduação. Para cada meta, foram estipulados indicadores visando a monitorar o seu atendimento (UFU, 2012).

O PIDE foi revisado pelo CONSUN, que decidiu por ampliar seu intervalo de duração, passando para o intervalo de 2010 a 2015. Nessa revisão, visando a atender as demandas das ações do REUNI, ocorreu a inserção de novas metas, contabilizando-se, ao final, 27 metas.

De acordo com o PIDE da UFU, o REUNI pode ser interpretado em, pelo menos, 4 aspectos: 1) expressão de um processo diferenciado de gestão e financiamento das IES pelo MEC com grande repercussão no planejamento interno das universidades; 2) ampliação do acesso discente à universidade devido à expansão quantitativa da oferta de vagas originadas da criação de cursos e vagas, principalmente, com a oferta em novos turnos; 3) reestruturação acadêmico-curricular da graduação com vistas à permanência dos estudantes nas instituições e a mobilidade inter e intrainstitucional desses discentes com a consequente conclusão dos cursos; e 4) mudança política e cultural nas instituições quanto a uma cultura de cooperação permanente (UFU, 2010).

A implantação do REUNI na UFU se iniciou no mês de fevereiro do ano seguinte, ou seja, em 2008. Em termos de ampliação de vagas para ingressantes nos cursos de graduação, a UFU participou do REUNI em três modalidades: 1) criação de novos cursos de graduação; 2) Criação de novos turnos para cursos já existentes; e 3) ampliação de vagas em cursos já existentes. A proposta da UFU era de aumentar 1.350 vagas anuais e distribuídas conforme consta no Quadro 5 (UFU, 2007).

Quadro 5: Quantitativos de novas vagas

Oferta	Quantitativo anual
Ampliação de cursos já existentes (aumento de vagas)	160
Ampliação de cursos já existentes (novos turnos)	260
Criação de novos cursos	930
Total	1.350

Fonte: UFU, 2007

O detalhamento da ampliação das 160 vagas em cursos de graduação já existentes encontra-se no Quadro 6.

Quadro 6: Ampliação de vagas em cursos já existentes

Curso	Turno	Modalidade	Vagas Atuais	Novas Vagas	Ano/semestre
Ciência da Computação	Integral	Bacharelado	60	20	2008/01
Engenharia Civil	Integral	Bacharelado	70	10	2008/02
Filosofia	Noturno	Lic./Bach.	40	10	2009/01
Música	Integral	Lic./Bach.	40	10	2009/01
Arquitetura e Urbanismo	Integral	Bacharelado	25	10	2009/01
Design de Interiores	Integral	Bacharelado	25	10	2009/01
Engenharia Química	Integral	Bacharelado	60	30	2009/01
Engenharia Elétrica	Integral	Bacharelado	80	40	2010
Engenharia Biomédica	Integral	Bacharelado	40	20	2011
Total				160	

Fonte: UFU, 2007, atualizado por UFU, 2012.

Destaca-se que curso de Engenharia Biomédica oferece apenas 50 vagas anuais, distribuídas semestralmente, ou seja, das 20 vagas de ampliação propostas pelo REUNI, apenas 10 são disponibilizadas nos processos de seleção atualmente.

Devido à complexidade das reformas e reestruturações ocorridas durante todo o período de estudo no curso de Engenharia Elétrica, optou-se por enquadrá-lo de forma específica neste estudo. O curso de Engenharia Elétrica era oferecido na instituição com oferta, até o ano de 2009, de 80 vagas

anuais distribuídas semestralmente em seus processos seletivos. A partir de 2010, com a ampliação de vagas proposta no REUNI, a instituição ofertou 120 vagas anuais até o ano de 2012 e, a partir de 2013, voltou a oferecer as 80 vagas. No ano de 2012, o curso de Engenharia Elétrica passou por uma ampla reforma curricular e dividiu-se em quatro cursos distintos: Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Computação e Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações. Os quatro cursos passaram a ser ofertados separadamente a partir dos processos seletivos do ano de 2013.

Dessa forma, nas análises deste estudo, considerou-se que o curso de Engenharia Elétrica não sofreu interferência do REUNI, pois a oferta de 120 vagas anuais ocorreu apenas no período de 2010 a 2012 e, ainda, por se tratar de um dos cursos mais antigos da instituição, datando seu primeiro processo de seleção de candidato da década de 70. Já os 3 cursos originados da reestruturação da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEELT) foram tratados neste estudo como cursos novos criados sem a interferência do REUNI, tendo em vista tanto a decisão de transformá-los em cursos independentes foi de origem diversa daquelas determinadas no REUNI, quanto por se tratarem de cursos que tinham certificados emitidos anteriormente pelo Curso de Engenharia Elétrica.

Os Quadros 7 e 8 sintetizam a ampliação de vagas em novos turnos dos cursos já existentes e a criação de novos cursos na UFU, respectivamente.

Quadro 7: Oferta de novos turnos em cursos de graduação já existentes

Curso	Turno Novo	Modalidade	Novas Vagas	Ano
Ciências Biológicas	Noturno	Licenciatura	50	2009
Ciências Contábeis	Integral	Bacharelado	80	2009
Administração	Integral	Bacharelado	80	2009
Teatro	Noturno	Lic./Bach.	20	2010
Filosofia	Matutino	Lic./Bach.	30	2010
Total			160	

Fonte: UFU, 2007, atualizado por UFU, 2012.

Quadro 8: Criação de novos cursos

Curso	Turno Novo	Modalidade	Novas Vagas	Ano
Química	Noturno	Licenciatura	30	2008
Sistemas de Informação	Noturno	Bacharelado	120	2009
Letras (Ling.Espanhola)	Matutino	Bacharelado	30	2009
Comunicação Social: Jornalismo	Integral	Bacharelado	40	2009

(Continua)

(Conclusão)				
Curso	Turno Novo	Modalidade	Novas Vagas	Ano
Relações Internacionais	Integral	Bacharelado	80	2009
Nutrição	Integral	Bacharelado	60	2009
Fisioterapia	Integral	Bacharelado	60	2009
Biotecnologia	Integral	Bacharelado	40	2009/2
Engenharia Aeronáutica	Integral	Bacharelado	40	2010
Tradução	Noturno	Bacharelado	20	2010
Estatística	Noturno	Bacharelado	60	2010
Gestão da Informação	Integral	Bacharelado	80	2010
Física Médica	Integral	Bacharelado	70	2010
Engenharia Ambiental	Integral	Bacharelado	80	2010
Zootecnia	Integral	Bacharelado	80	2010
Dança	Integral	Bacharelado	20	2011
Total			930	

Fonte: UFU, 2007; adaptado UFU, 2012.

O curso de Letras oferta 60 vagas anuais no turno matutino distribuídas em 2 semestres, com habilitações em Língua Espanhola, Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Percebe-se que também houve readaptação da disponibilidade de vagas no curso após a adesão ao REUNI, pois o curso com Habilitação em Português e Inglês oferecia 40 vagas anuais e, somando-se a habilitação em Língua Espanhola, conforme proposta no REUNI, deveria ter hoje disponibilidade de 70 vagas anuais. O mesmo ocorre com o curso de Física Médica que disponibiliza apenas 40 vagas anuais, que significa 30 vagas a menos que a proposta no período REUNI.

No ano de 2011, a oferta de novos cursos de graduação ocorreu concomitantemente com a criação de dois novos *Campi*: Monte Carmelo e Patos de Minas. A ampliação desses cursos é a discriminada no Quadro 9.

Os *Campi* Monte Carmelo e Patos de Minas foram criados em 2010, ou seja, dentro do período de vigência do REUNI, o que pode ser considerado como o segundo passo da Instituição para a interiorização do ensino superior. O *campus* Monte Carmelo foi criado pela Resolução n.º 9 do CONSUN e o *campus* Patos de Minas foi criado pela Resolução n.º 10 do CONSUN.

Quadro 9: Criação de novos cursos em *Campi* fora da sede

Curso	Turno	Modalidade	Novas Vagas	Ano
<i>Campus Monte Carmelo</i>				
Agronomia	Integral	Bacharelado	60	2011
Sistema de Informação	Integral	Bacharelado	60	2011
Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Integral	Bacharelado	60	2011
<i>Campus Patos de Minas</i>				
Engenharia Eletrônica e de telecomunicação	Integral	Bacharelado	60	2011
Engenharia de Alimentos	Integral	Bacharelado	60	2011
Biotecnologia	Integral	Bacharelado	60	2011
Total			360	

Fonte: UFU, 2007; adaptado UFU, 2012.

A ampliação da oferta de vagas foi gradativa. Em 2008, houve aumento de 60 vagas. Em 2009, a graduação expandiu em 100 novas vagas em cursos existentes, 210 em turnos novos e 440 em 7 novos cursos, totalizando 4.150 novas vagas. No ano de 2010, a UFU disponibilizou 4.047 vagas, tendo sido criadas, nesse ano, 70 novas vagas em cursos já existentes, 50 em turnos novos e 420 em 8 novos cursos. Em 2011, com a criação de dois novos *campis* fora de sede, houve a criação de 180 vagas em 3 novos cursos do *campus* Monte Carmelo e 180, no *campus* Patos de Minas (UFU, 2012). Os cursos de Agronomia, Sistemas de Informação e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura ofertam quantidade de vagas diferentemente do que ocorria no período inicial, sendo ofertadas, atualmente, 80, 70 e 70 vagas anuais, respectivamente.

Cabe ressaltar que essa interiorização e expansão ocorrida com a criação dos *campi* Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas foram financiadas pelo Governo Federal, todavia as fontes de financiamento são distintas das do REUNI, mesmo coincidindo com o período de vigência do Programa, no caso das duas últimas (SOUZA, 2013). Entretanto, neste estudo, optou-se por enquadrar os cursos desses *campi*, Patos de Minas e Monte Carmelo, criados no ano de 2010, juntamente com os cursos criados pelo REUNI.

Compreender que a história da UFU foi e continua sendo marcada por fatos e acontecimentos importantes e expressivos permite visualizar seu papel como instituição de excelência em ensino, pesquisa e extensão, sendo considerada centro de referência nos contextos local, regional e nacional. No ano de 2016, a população acadêmica da UFU era composta de, aproximadamente, 30.000 pessoas, com oferta de 90 cursos de graduação e 64 programas de pós-graduação, sendo eles: 20 cursos de doutorado, 37 cursos de mestrado acadêmico e 7 cursos de mestrado profissional. Seu quadro de

servidores contava, naquele ano, com 3.256 servidores técnicos administrativos e 1.870 servidores docentes (UFU, 2017).

4.2 Dados gerais da evasão

Considerando que o período de análise dos dados compreende os anos de 2000 a 2017, ao final de 2017, conforme ilustrado na Tabela 3, encontravam-se vinculados à UFU 20.490 alunos. Em todo o período do estudo, 31.144 alunos se formaram e, considerando a transferência como uma forma de evasão, nesse período, 21.977 alunos evadiram da Universidade Federal de Uberlândia, o que equivale a 29,6% de evasão no período.

Tabela 3: Dados gerais dos alunos de graduação presencial da UFU – período: 2000 a 2017

Status do Aluno	Frequência	Porcentagem
Aluno com Vínculo	20.490	27,6
Formado	31.144	42,0
Desistente Oficial	9.688	13,0
Abandono	7.839	10,6
Jubilamento	2.100	2,8
Outros Evasão	989	1,3
Transferência	1.361	1,8
Outros	629	0,8
Total	74.240	100,0

O *status* Transferência inclui: transferência interna; transferido; transferência interna – migração

O *status* Outros Evasão inclui: desistente; desligamento; ingressante/não compareceu

O *status* Outros inclui: cancelado por indeferimento; cancelamento convênio; cancelamento de matrícula – mandado segurança; cancelamento por indeferimento de renda; desistente: mudança de IES; desligamento convênio;

desligamento decisão judicial; falecimento; mobilidade acadêmica; opção de curso

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Realizou-se uma análise estatística do provável montante de recursos financeiros gastos com alunos que não concluíram seus cursos na instituição. Nesta perspectiva estatística considerou-se o valor apurado pelo Pró-Reitor de Planejamento da UFU, de R\$ 23 mil. Este valor havia sido identificado como o custo anual do aluno da UFU para o ano de 2017. Desta forma, considerando o custo suprarreferenciado e desprezando a variação deste custo ao longo dos anos temos um prejuízo acumulado com evasão de alunos em torno de R\$ 1,756 bilhões ao longo dos 18 anos deste estudo. A Tabela 4 ilustra a evolução do custo por aluno e o ano letivo em que ocorreu a sua evasão.

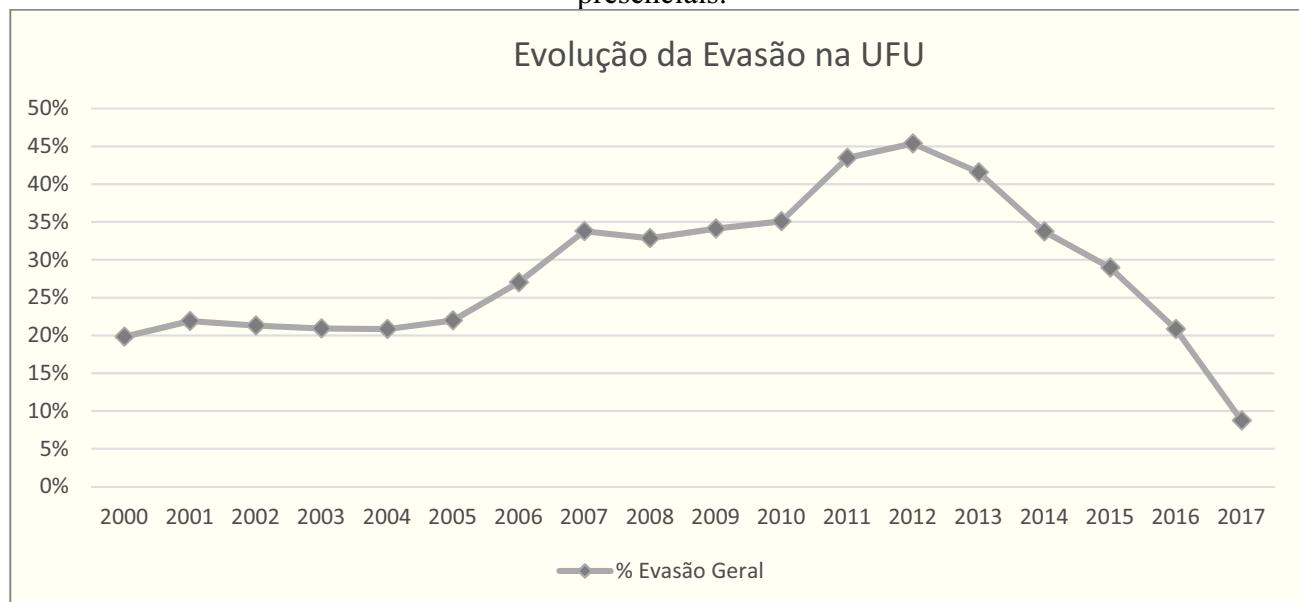
Tabela 4: Evolução do custo do aluno no período de 2000 a 2017

Tempo de permanência do aluno no curso (em anos)	Quantidade de alunos evadidos	Custo anual aluno (R\$ 23 mil)
1	4892	R\$ 112.516.000,00
2	3128	R\$ 143.888.000,00
3	5079	R\$ 350.451.000,00
4	3306	R\$ 304.152.000,00
5	1797	R\$ 206.655.000,00
6	1365	R\$ 188.370.000,00
7	944	R\$ 151.984.000,00
8	736	R\$ 135.424.000,00
9	385	R\$ 79.695.000,00
10	199	R\$ 45.770.000,00
11	90	R\$ 22.770.000,00
12	32	R\$ 8.832.000,00
13	11	R\$ 3.289.000,00
14	5	R\$ 1.610.000,00
15	4	R\$ 1.380.000,00
Total		R\$ 1.756.786.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Na tentativa de identificar o percurso da evasão na instituição em todo o período de estudo, construiu-se o Gráfico 3, o qual evidencia a relação percentual da evasão geral na UFU no período de 2000 a 2017.

Gráfico 3: Percentual de evasão em relação ao ano de ingresso do aluno nos cursos de graduação presenciais.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

É possível notar que, no período de 2000 a 2005, a evasão média da Instituição era de 21% e, a partir do ano de 2006 até 2012, a evasão cresce até alcançar o patamar de 45,38%. De 2012 até 2017, inicia-se então a queda da evasão da Instituição e, no final do ano de 2017, a evasão geral anual era de 8,74%. Vale destacar que, neste estudo, a evasão está sendo calculada a partir do ano de ingresso do aluno na instituição. Portanto, valendo-se desse critério, é correto afirmar que o índice de evasão, a partir de 2013, irá aumentar, pois, com certeza, ainda existem alunos que ingressaram nesses anos e que ainda não têm as suas situações definidas.

A evasão média total para o período de 18 anos é de 28,46%. No período de 2000 a 2012, período que todos os cursos da instituição já estão concluídos, a evasão média foi de 29,11% e a evasão do período a partir do ano de 2013 até 2017 já é de 26,77%. Essa taxa de evasão média encontrada na instituição se mostra superior à taxa de evasão encontrada pelos autores Lobo e colaboradores (2007) que, para o período de 2000 a 2005, identificaram que as Universidades e Centros Universitários apresentavam evasão média de 19%.

Se considerarmos que a meta do PIDE (2016-2021) é a de reduzir o índice de evasão dos cursos de graduação a 9% (UFU/PIDE, 2015), é inegável a constatação de que esforços e ações terão que ser realizadas de forma a mitigar a evasão para o atingimento da referida meta até o ano de 2021.

A relação percentual entre tipos de evasão e ano de ingresso no curso está evidenciada na Tabela 5.

Tabela 5: Tipos de evasão e relação percentual por ano e total – período: 2000 a 2017

Ano Ingresso	Ingresso Geral	Evasão Geral	%	Abandono	%	Desist. Oficial	%	Jubilamento	%	Outros Evasão	%	Transferência	%
2000	2.794	554	19,83	316	57,04	112	20,22	66	11,91	0	0,00	60	10,83
2001	2.733	599	21,92	356	59,43	137	22,87	66	11,02	1	0,17	39	6,51
2002	2.903	619	21,32	374	60,42	166	26,82	41	6,62	0	0,00	38	6,14
2003	2.998	627	20,91	360	57,42	170	27,11	61	9,73	1	0,16	35	5,58
2004	3.210	669	20,84	398	59,49	164	24,51	72	10,76	7	1,05	28	4,19
2005	3.136	689	21,97	381	55,30	202	29,32	68	9,87	3	0,44	35	5,08
2006	3.117	842	27,01	297	35,27	280	33,25	81	9,62	145	17,22	39	4,63
2007	3.600	1.216	33,78	417	34,29	417	34,29	122	10,03	179	14,72	81	6,66
2008	3.256	1.069	32,83	375	35,08	462	43,22	152	14,22	22	2,06	58	5,43
2009	4.151	1.417	34,14	434	30,63	646	45,59	213	15,03	66	4,66	58	4,09
2010	4.487	1.575	35,10	427	27,11	727	46,16	243	15,43	58	3,68	120	7,62
2011	5.439	2.364	43,46	825	34,90	998	42,22	336	14,21	58	2,45	147	6,22
2012	5.644	2.561	45,38	735	28,70	1.324	51,70	265	10,35	83	3,24	154	6,01
2013	5.327	2.214	41,56	670	30,26	1.098	49,59	194	8,76	104	4,70	148	6,68
2014	5.199	1.755	33,76	678	38,63	771	43,93	115	6,55	80	4,56	111	6,32
2015	5.574	1.614	28,96	588	36,43	850	52,66	5	0,31	72	4,46	99	6,13
2016	5.457	1.137	20,84	207	18,21	790	69,48	0	0,00	66	5,80	74	6,51
2017	5.215	456	8,74	1	0,22	374	82,02	0	0,00	44	9,65	37	8,11
Total	74.240	21.977	29,60	7.839	35,67	9.688	44,08	2.100	9,56	989	4,50	1.361	6,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

É possível apontar que as desistências oficiais e o abandono do curso são os tipos de evasão que mais ocorrem na instituição. Do total de alunos evadidos, 44,08% desistiram oficialmente do seu curso, enquanto 35,67% dos discentes, simplesmente, abandonaram seus cursos em andamento. Os dados encontrados neste estudo divergem dos apresentados pela instituição. No ano de 2012, o então Reitor em exercício, havia apurado queda das taxas de evasão entre os anos de 2010 e 2011 (BOENTE, 2012), enquanto o estudo mostrou que a evasão geral subiu em 8,36 pontos percentuais neste período, de 35,1% em 2010 para 43,46% em 2011.

Os dados de evasão dos anos de 2013, 2014 e 2015 apresentados pela então Diretora de Ensino (G1, 2015) também se mostraram divergentes dos encontrados neste estudo. Enquanto a Diretora contabilizou 563 abandonos e 701 jubilamentos para o ano de 2013, identificou-se 670 abandonos e 194 jubilamentos. Já no ano de 2014, havia ocorrido, segundo a Diretora, 1.599 abandonos e 220 jubilamentos, mas o estudo mostrou que ocorreram 678 abandonos e 115 jubilamentos e, por fim, no ano de 2015, foram contabilizados pela instituição 553 abandonos e 1.765 jubilamentos, mas os dados demonstraram que foram 588 abandonos e 72 jubilamentos.

É importante destacar que os dados podem ser agrupados de diversos formatos e esses agrupamentos podem influenciar tanto os estudos de evasão apresentados pela instituição quanto o estudo de evasão proposto por este trabalho. A instituição pode, ainda, ter utilizado outro método para cálculo da evasão que diverge do modelo de evasão total utilizado neste trabalho, tendo sido esse método já detalhado na seção metodológica.

Se analisarmos as taxas de conclusão de curso, para o período de 2000 a 2012, nota-se que a instituição não obteve sucesso em cumprir as metas do REUNI e a estratégia do PNE, que eram de “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%” (BRASIL, 2007, 2014). A evolução dos alunos que concluíram seus cursos na instituição está discriminada na Tabela 6.

Tabela 6: Percentual de alunos concluintes por ano de ingresso do período de 2000 a 2012

Ano Ingresso	Ingresso Geral	Conclusão Geral	% Concluintes e ano ingresso
2000	2.794	2.234	79,96
2001	2.733	2.132	78,01
2002	2.903	2.276	78,40
2003	2.998	2.356	78,59
2004	3.210	2.467	76,85
2005	3.136	2.364	75,38
2006	3.117	2.148	68,91
2007	3.600	2.315	64,31

(Continua)

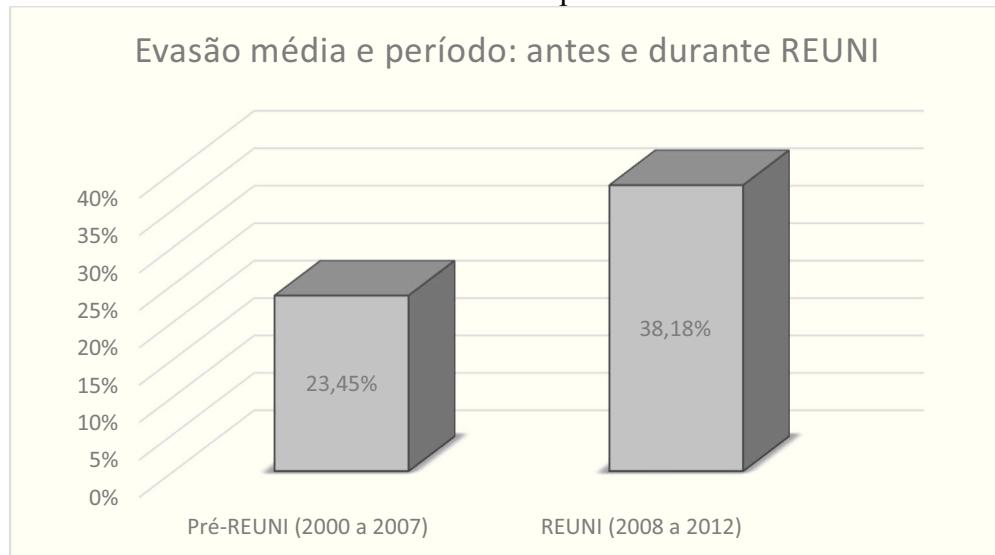
(Conclusão)			
Ano Ingresso	Ingresso Geral	Conclusão Geral	% Concluintes e ano ingresso
2008	3.256	2.158	66,28
2009	4.151	2.629	63,33
2010	4.487	2.665	59,39
2011	5.439	2.386	43,87
2012	5.644	1.785	31,63
Totais	47.468	29.915	63,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Como se percebe, os percentuais de alunos concluintes ficaram bem abaixo da meta governamental de 90% de conclusão média nos cursos de graduação (BRASIL, 2007, 2014), ou seja, as taxas de evasão interferem diretamente no atingimento dessa meta, devendo, portanto, serem analisadas e, consequentemente, devem existir ações que busquem mitigar o problema, pois, conforme já identificado pelo Pró-Reitor de Planejamento, o custo do aluno é alto e reduzir a evasão é evitar o desperdício de recursos governamentais. Se considerarmos ainda que a disponibilização dos recursos governamentais é baseada no percentual de alunos concluintes, conforme declarado pelo Pró-Reitor de Graduação, temos que os índices de evasão ocasionam duplamente desperdícios financeiros por parte da instituição.

Ao analisar o período pré-REUNI e REUNI, identificamos que as taxas de evasão média dos cursos de graduação presencial da UFU foram superiores no período de duração da implantação do Programa na Instituição. O Gráfico 4 representa essa relação percentual.

Gráfico 4: Percentual de evasão média nos períodos antes e durante REUNI



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Consta-se que o aumento das taxas de evasão na instituição contradiz os pressupostos do Programa REUNI e dos PNE's. O REUNI, em sua primeira diretriz, estabelecia que deveria haver redução das taxas de evasão para que os objetivos do Programa fossem efetivamente cumpridos; já os PNE's (2001-2010 e 2014-2024) propunham que se elevassem as taxas de conclusão média nos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%. Logo, constata-se que, nesse aspecto, evasão discente, a UFU não conseguiu cumprir as determinações impostas pelo Programa.

A relação entre o quantitativo de alunos que evadem dos seus cursos e o ano/semestre que essa decisão ocorre é a representada no Gráfico 5. O gráfico apresenta a relação da evasão geral, que considera todos os tipos de evasão da instituição, ou seja: desistência, abandono, jubilamento e transferência.

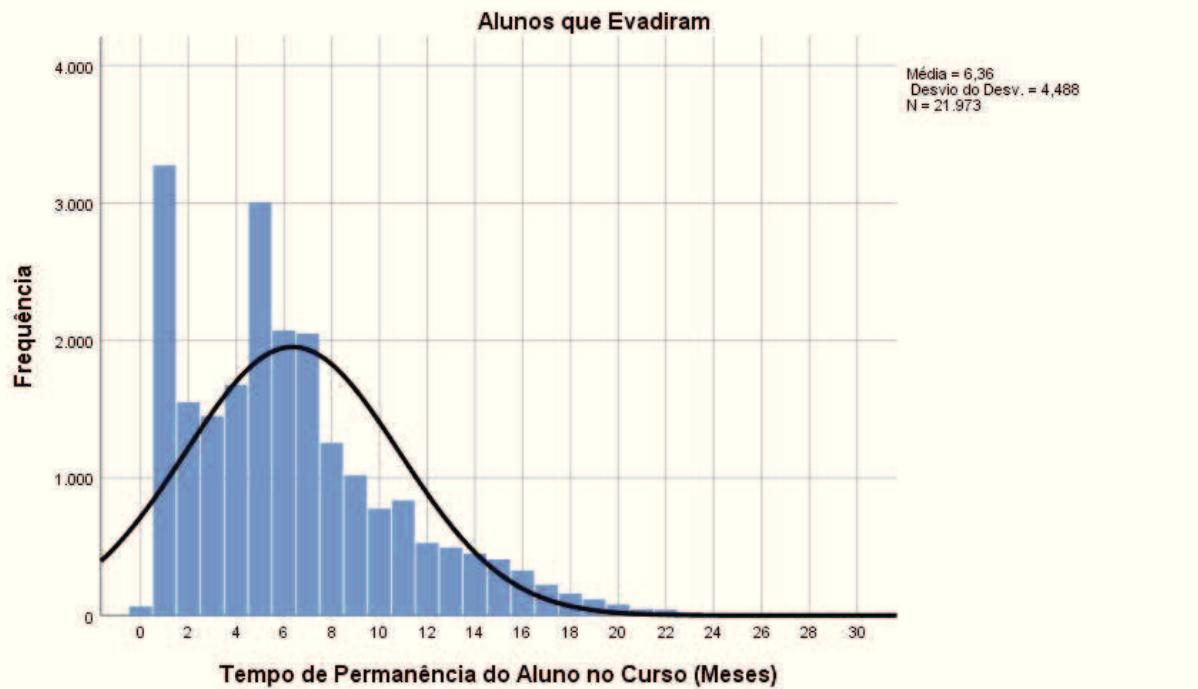
A partir da leitura dos Gráficos 5 e 6, é possível assegurar que mais da metade da evasão discente na UFU acontece até o 3º ano letivo ou em até seis semestres de estudo. Ainda conforme dados do Gráfico 5, é possível notar que, no primeiro ano de curso ou em até dois semestres de estudo, acontecem 22,30% do montante de evasão da Instituição e, no 2º ano, aproximadamente, 14,23% dos alunos evadem dos seus cursos, além de 23,11%, no terceiro ano.

Gráfico 5: Relação entre evasão e os 3 primeiros anos letivos de sua ocorrência. Período:2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Gráfico 6: Frequência de evasão e o tempo de permanência do aluno no curso. Período: 2000-2017



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Conforme Lobo e outros (2007), a tendência mundial dos alunos evadirem ao longo do primeiro ano de curso é bem maior e tende a ser até três vezes superior do que a apresentada nos anos seguintes. Contudo, os dados observados na UFU, no período analisado, apresentam resultados diferentes, visto que a evasão do período, no primeiro ano, foi de 22,3%, no segundo ano, foi de 14,23% e, no terceiro ano, foi de 23,11%. Em 40,4% dos casos, a evasão se deu após quatro anos de curso.

4.3 Relação entre formas de ingresso e evasão discente

Este tópico buscou responder ao segundo objetivo específico proposto neste estudo, portanto procurou identificar se existe diferença nos índices de evasão em relação às formas de ingresso escolhidas pelo discente.

A Instituição, nesse período de 18 anos, passou por diversos tipos de processos de seleção de candidatos para ingresso nos cursos de graduação presencial. Em ordem cronológica, serão descritas as principais características desses processos:

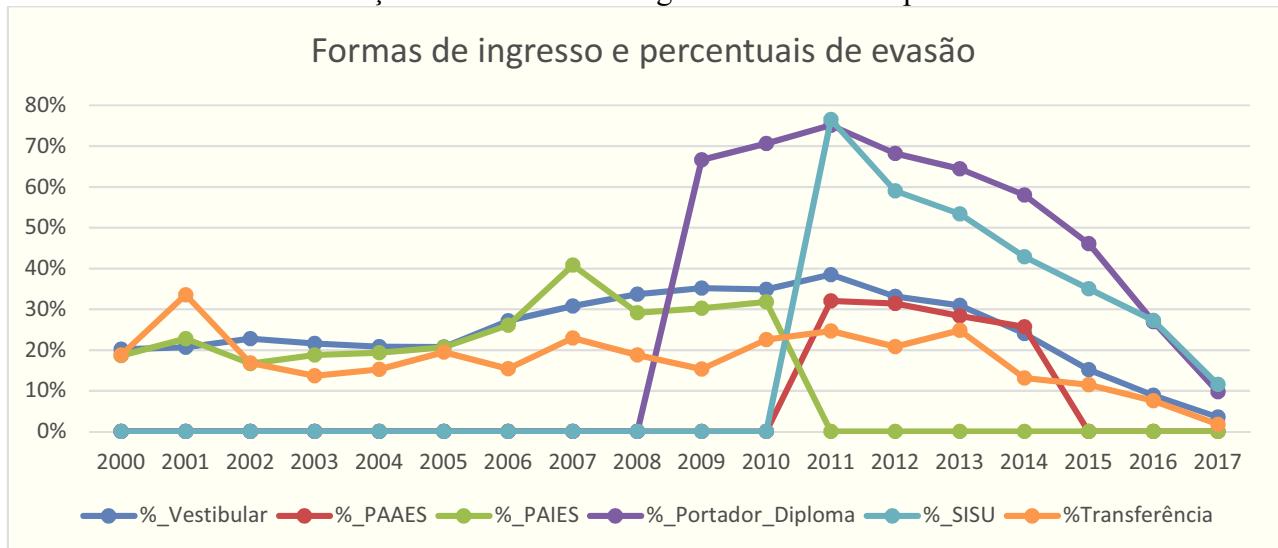
- Vestibular: destinado aos candidatos que terminaram o ensino médio, com processo seletivo em 2 fases: 1^a fase, com questões de múltipla escolha e 2^a, com questões discursivas e

redação. Ocorrência: em todo o período. Após o início do processo seletivo pelo SISU, o vestibular é utilizado como seleção para ingresso no meio do ano.

- Transferência: engloba os processos seletivos de transferência interna e externa. Ocorrência: em todo o período
- PAIES - Processo Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior. Esse é um processo seriado oferecido aos alunos do ensino médio, ocorrendo da seguinte forma: no final de cada série, o candidato passava por avaliação oferecida pela UFU. A implantação se deu em 1997 com vigência até 2010.
- PAAES - Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior. É um programa seriado destinado aos estudantes do ensino médio e tinha como etapas a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos 2 primeiros anos do ensino médio, e vestibular, no último ano do ensino médio. O período de implantação se deu de 2008 a 2012 para ingressantes no período de 2011 a 2014
- Portador de Diploma: admissão de diplomados para obtenção de novos títulos. Ocorrência: a partir de 2008.
- SISU - Sistema de Seleção Unificada. O processo utiliza a nota obtida pelo candidato no ENEM como uma fase do processo seletivo. Período: 2011 até hoje. É um programa utilizado como seleção para ingresso no início de cada ano.

O Gráfico 7 ilustra a relação entre a forma de ingresso escolhida pelo candidato e o percentual de alunos que decidem abandonar seus cursos.

Gráfico 7: Relação entre formas de ingresso e evasão do período de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Percebe-se, que o maior percentual de evasão encontrado nos processos de seleção de ingressantes está vinculado ao SISU, enquanto, no preenchimento de vagas ociosas, o processo que apresenta maior índice de evasão é o de portador de diploma. O SISU apresenta taxa de evasão média para o período de 2010 a 2017 de 43,65% e, quanto aos Portadores de diploma, a taxa é de 54%. Se considerarmos os ingressantes até o ano de 2012, os dois processos apresentam taxas médias de alunos evadidos ainda mais altas, 67,77%, e 70,18% e respectivamente.

O ingresso para portadores de diplomas se apresenta como uma boa alternativa para o preenchimento de vagas ociosas. Contudo, os ingressantes por essa modalidade, contribuem de forma significativa para os altos índices de evasão. Essa descoberta se contrapõe ao ponto de vista do Reitor em exercício no ano de 2012, que pontuou como fator que contribuía para a queda do índice de evasão a implantação do processo de portador de diploma (BOENTE, 2012).

Quanto ao SISU, vale ressaltar que, devido ao fato de existirem várias chamadas, o estudante pode ser levado a trocar de curso mesmo que já matriculado em outro, além do que, devido à nota obtida no exame, o aluno opta por um curso que não era o qual tinha afinidade. Esses fatos podem ter influenciado as altas taxas de evasão entre os candidatos que optam pelo SISU como forma de seleção. A partir de 2015, o SISU optou por oferecer apenas uma chamada, sendo, nas convocações seguintes, utilizadas as listas de espera próprias de cada instituição.

O processo seriado PAIES e a seleção pelo Vestibular apresentam índices médios de evasão menores que a evasão geral da instituição. Enquanto a evasão média da UFU esteve em torno de 29,11% no período de 2000 a 2012, o Vestibular apresenta evasão média de 27,72%, e o PAIES apresentou 25% de evasão média no período em que esteve vigente.

Quanto ao preenchimento de vagas ociosas é evidenciado que o processo de transferência apresenta taxa de evasão média inferior a evasão média geral, enquanto a taxa de evasão geral era de 29,11% para o período de 2000 a 2012, os candidatos que ingressam por transferência evadem em média 19,86%. Se considerarmos os dois tipos de processos para preenchimento de vagas ociosas, transferência e portador de diploma, constata-se que os candidatos que escolhem o primeiro tipo evadem menos dos seus cursos que os que escolhem o segundo tipo (70,18%). Assim, a instituição poderia, a partir dessas análises, reavaliar o quantitativo de vagas disponibilizados para os dois tipos de processo, priorizando os candidatos por transferência.

Ressalta-se que, mesmo que a representação gráfica demonstre quedas das taxas de evasão a partir do ano de 2012, já foi destacado neste trabalho que a contabilização dos alunos evadidos ainda pode sofrer reajustes ao longo dos anos seguintes, aumentando o percentual de evasão. A título de

informação, na base de dados utilizada neste estudo, constam que existem 1.266 alunos que ingressaram na instituição no ano 2012 e que ainda mantêm vínculo com a instituição, além de 2.196 ingressantes no ano de 2013 e 3.176, no ano de 2014.

4.4 Relação entre cursos, áreas de conhecimento e evasão

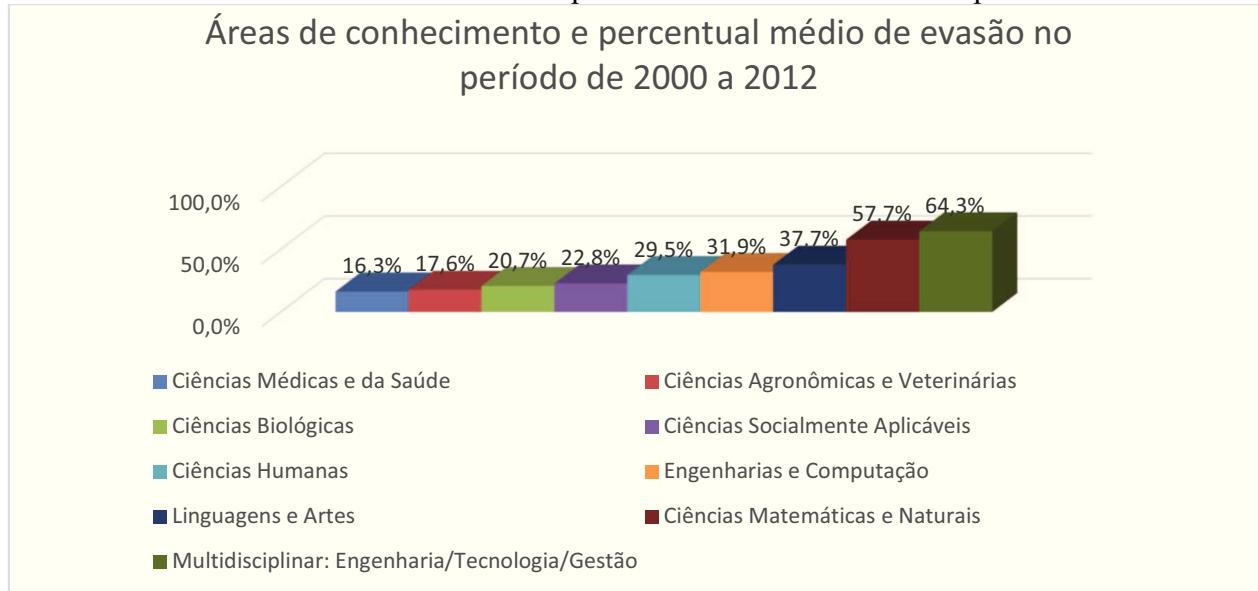
Este tópico busca responder ao terceiro objetivo específico deste trabalho, identificando as áreas de conhecimento e os cursos que se destacam com maior e menor número de evasão, bem como se existe relação entre os cursos criados ou expandidos durante o REUNI, além das taxas de evasão. Para as primeiras análises, considerou-se o período antes da implantação do REUNI e os anos de implantação do REUNI na UFU, ou seja, os anos que compreendem ao período de 2000 a 2012, uma vez que os dados de concluintes e evadidos dos anos de 2013 em diante ainda não estão totalmente contabilizados.

Para se conseguir a média de evasão em grandes áreas de conhecimento, foram considerados o número de ingressantes por ano em cada grande área e o número equivalentes de alunos que desistiram dos seus cursos por ano de ingresso. Destaca-se que a classificação em grandes áreas de conhecimento utilizada neste trabalho considerou a estabelecida na UFU para definir as áreas afins em processos seletivos de transferências internas e externa e ingresso de portadores de diplomas. Segundo a instituição, essa classificação obedeceu às definições estabelecidas pelos órgãos CNPq, CAPES e FINEP (ANEXO A). O Gráfico 8 ilustra todas as áreas de conhecimento e o percentual de evasão no período de 2000 a 2012.

As grandes áreas de conhecimento de maior destaque em número médio de alunos evadidos são: a) Multidisciplinar, com 64,33%; b) Ciências Matemáticas e Naturais, com 57,70%; e c) Linguagens e Artes, com 37,65%. Em contrapartida, as áreas de conhecimento com menor percentual médio de evasão são: a) Ciências Médicas e de Saúde, com 16,31%; b) Ciências Agronômicas e Veterinárias, com 17,63%; e c) Ciências Biológicas, com 20,73%. As altas taxas de evasão relacionadas aos cursos das Ciências Matemáticas e Naturais também já haviam sido identificadas em outros trabalhos, como os de Braga, Peixoto e Boguthi (2003) e Lobo e Colaboradores (2007).

A UFU classifica apenas um curso na área Multidisciplinar Engenharia/Tecnologia/Gestão, que é o de Gestão da Informação, tendo sido esse curso criado em 2010 por meio do REUNI.

Gráfico 8: Grandes áreas de conhecimento e percentual médio de evasão no período de 2000 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

A Tabela 7 exibe os dados da evasão média nas grandes áreas no período de 2000 a 2012, bem como a evasão média no período anterior à implantação do REUNI, que engloba os anos de 2000 a 2007, o período de implantação do REUNI, de 2008 a 2012, e o percentual médio já levantado do período de 2013 em diante.

Tabela 7: Percentual médio de evasão nas áreas de conhecimento no período de 2000 a 2012 e projeção 2013 a 2017

Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	% médio antes do REUNI 2000-2007	% médio REUNI 2008-2012	% médio pós-REUNI 2013-2017
Ciências Agronômicas e Veterinárias	17,63%	13,47%	24,30%	21,39%
Ciências Biológicas	20,73%	14,13%	31,27%	27,07%
Ciências Humanas	29,45%	22,51%	40,56%	29,54%
Ciências Matemáticas e Naturais	57,70%	48,22%	72,86%	48,33%
Ciências Médicas e da Saúde	16,31%	11,69%	23,72%	18,02%
Ciências Socialmente Aplicáveis	22,77%	18,78%	29,15%	21,09%
Engenharias e Computação	31,87%	27,16%	39,41%	26,98%
Linguagens e Artes	37,65%	32,98%	45,13%	26,95%
Multidisciplinar: Engenharia/Tecnologia/Gestão	64,33%	-----	64,33%	35,50%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

É possível verificar que todas as áreas de conhecimento apresentaram evasão média maior no período do REUNI se comparadas com a evasão no período anterior. Dessa forma, pela análise dos dados de evasão agrupados em grandes áreas, observa-se que a implantação do REUNI na UFU interferiu negativamente no percentual de evasão da instituição, contribuindo com o aumento das taxas de evasão nos cursos aglomerados nas oito áreas de conhecimento. Ressalta-se que a nona área, multidisciplinar, só passou a existir a partir de 2010.

Identifica-se também uma tendência de aumento nas taxas de evasão no período pós-REUNI, visto que, das nove áreas de conhecimento, seis já apresentam evasão média superior ao período de 2000 a 2007 (pré-REUNI).

Dentro dessa perspectiva de análises estatísticas nas grandes áreas de conhecimento, foi também apreciado se existiam diferenças significativas entre a evasão média nos cursos que já existiam na UFU e nos que passaram a existir, expandiram o número de vagas existentes ou passaram a ser oferecidos em outro turno com o advento do REUNI.

Para tanto, elaborou-se o Quadro 10 que contém o comparativo das oito áreas de conhecimento, assim como o enquadramento dos cursos da instituição em cursos sem interferência do REUNI e cursos que foram impactados pelo REUNI e, ainda, os percentuais médios de evasão antes e durante o período de implantação do REUNI, 2000-2007 e 2008-2012, respectivamente.

Considerou-se como cursos criados no período REUNI os cursos dos *campi* Patos de Minas e Monte Carmelo, pois, mesmo que a expansão para esses *campi* fora da sede tenha ocorrido por decisão do CONSUN, o período de criação de seus cursos iniciais, 2011, é concomitante com o período de implantação do REUNI na UFU.

As áreas que apresentam valores percentuais dos cursos REUNI no período de 2000 a 2007 são aquelas cujos cursos ampliaram suas vagas com o advento do REUNI, logo disponibilizam vagas anteriormente, enquanto as áreas que não apresentam valores para o período de 2000 a 2007 são áreas que apenas criaram novos cursos devido à implementação do Programa na instituição.

Das oito áreas de conhecimento, constata-se que seis áreas apresentam taxas de evasão nos cursos criados e ou que tiveram expansão de vagas no REUNI com números superiores aos dos demais cursos da instituição, sendo elas: Ciências Agronômicas e da Terra; Ciências Biológicas; Ciências Humanas; Ciências Médicas e da Saúde; Ciências Socialmente Aplicáveis e Engenharias e Computação, enquanto as áreas de Ciências Matemáticas e Naturais e de Linguagens e Artes são as únicas cujos cursos REUNI apresentam melhores resultados que os cursos já existentes na instituição.

Quadro 10: Áreas de conhecimento, cursos REUNI e não-REUNI e percentual médio de evasão. Período 2000-2007 e 2008-2012

Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	Cursos existentes que não tiveram interferência do REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012	Curso criado/expandido/novo turno REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012
Ciências Agronômicas e Veterinárias	17,63%	Grad. em Agronomia: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Florestal: Bacharelado - Int. - Monte Carmelo Grad. em Medicina Veterinária: Bacharelado - Int.	13,47%	18,40%	Grad. em Agronomia: Bacharelado - Int. - Monte Carmelo Grad. em Engenharia Ambiental e Sanitária: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia de Alimentos: Bacharelado - Int. - Patos de Minas Grad. em Zootecnia: Bacharelado - Int.	---	22,22%
Ciências Biológicas	20,73%	Grad. em Ciências Biológicas: Bacharelado - Int. Grad. em Ciências Biológicas: Bacharelado - Pontal -Int. Grad. em Ciências Biológicas: Licenciatura - Int. Grad. em Ciências Biológicas: Licenciatura - Noturno - Pontal	14,10%	28,13%	Grad. em Ciências Biológicas: Licenciatura - Noturno	-----	48,63%
Ciências Humanas	29,45%	Grad. em Ciências Sociais: Bacharelado e Licenciatura- Matutino Grad. em Geografia: Licenciatura e Bacharelado- Matutino Grad. em Geografia: Bacharelado e Licenciatura- Noturno Grad. em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Matutino - Pontal Grad. em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal Grad. em História: Licenciatura e Bacharelado – Matutino Grad. em História: Licenciatura e Bacharelado - Matutino - Pontal Grad. em História: Licenciatura e Bacharelado – Noturno	21,34%	40,44%	Grad. em Filosofia: Bacharelado e Licenciatura – Matutino Grad. em Filosofia: Bacharelado e Licenciatura – Noturno Grad. em Relações Internacionais: Bacharelado - Int.	36,25%	42,23%

(Continua)

(Continuação)

Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	Cursos existentes que não tiveram interferência do REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012	Curso criado/expandido/novo turno REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012
Ciências Humanas		Grad. em História: Licenciatura e Bacharelado - Noturno – Pontal Grad. em Pedagogia: Licenciatura - Int. – Pontal Grad. em Pedagogia: Licenciatura – Matutino Grad. em Pedagogia: Licenciatura – Noturno Grad. em Pedagogia: Licenciatura - Noturno – Pontal Grad. em Psicologia: Bacharelado - Int.					
Ciências Matemáticas e Naturais	57,70%	Grad. em Física de Materiais: Bacharelado - Int. Grad. em Física: Licenciatura – Noturno Grad. em Física: Licenciatura e Bacharelado - Int. – Pontal Grad. em Física: Licenciatura - Noturno – Pontal Grad. em Geologia: Bacharelado - Int. - Monte Carmelo Grad. em Matemática: Bacharelado e Licenciatura- Int. Grad. em Matemática: Bacharelado - Int. – Pontal Grad. em Matemática: Licenciatura - Noturno – Pontal Grad. em Química Industrial : Bacharelado - Int. Grad. em Química - Bacharelado Grad. em Química: Bacharelado - Int. – Pontal	51,90%	73,58%	Grad. em Estatística: Bacharelado - Noturno Grad. em Física Médica: Bacharelado - Int. Grad. em Química - Licenciatura- Noturno	32,55%	68,21%

(Continua)

(Continuação)

Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	Cursos existentes que não tiveram interferência do REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012	Curso criado/expandido/novo turno REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012
Ciências Matemáticas e Naturais		Grad. em Química: Licenciatura - Noturno – Pontal					
Ciências Médicas e da Saúde	16,31%	Grad. em Biomedicina: Bacharelado - Int. Grad. em Educação Física: Licenciatura e Bacharelado - Int. Grad. em Enfermagem: Licenciatura e Bacharelado - Int. Grad. em Gestão em Saúde Ambiental – Bacharelado Grad. em Medicina: Bacharelado - Int. Grad. em Odontologia: Bacharelado - Int.	11,69%	21,81%	Grad. em Biotecnologia: Bacharelado - Int. Grad. em Biotecnologia: Bacharelado - Int. - Patos de Minas Grad. em Fisioterapia: Bacharelado - Int. Grad. em Nutrição: Bacharelado - Int.	-----	24,06%
Ciências Socialmente Aplicáveis	22,77%	Grad. em Administração: Bacharelado - Matutino – Pontal Grad. em Administração: Bacharelado – Noturno Grad. em Ciências Contábeis: Bacharelado – Noturno Grad. em Ciências Contábeis: Bacharelado - Noturno – Pontal Grad. em Ciências Econômicas: Bacharelado - Int. Grad. em Direito: Bacharelado – Matutino Grad. em Direito: Bacharelado – Noturno Grad. em Serviço Social: Bacharelado - Int. – Pontal	18,67%	28,96%	Grad. em Administração: Bacharelado - Int. Grad. em Arquitetura e Urbanismo: Bacharelado - Int. Grad. em Ciências Contábeis: Bacharelado - Int. Grad. em Jornalismo: Bacharelado - Int.	20,62%	29,53%

(Continua)

(Conclusão)

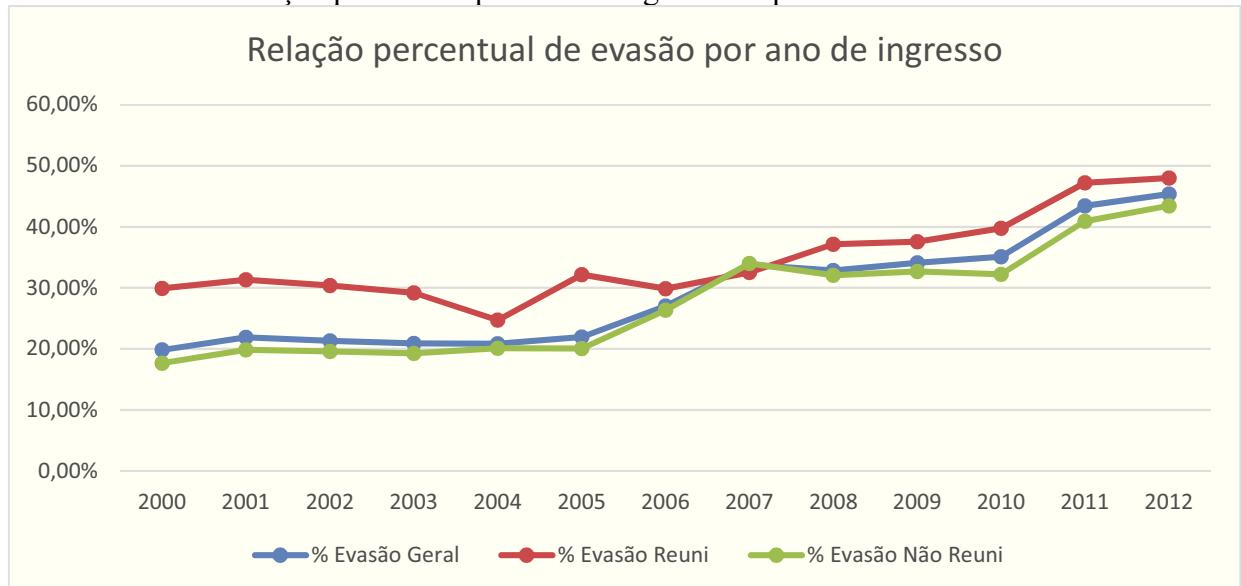
Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	Cursos existentes que não tiveram interferência do REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012	Curso criado/expandido/novo turno REUNI	% médio 2000-2007	% médio 2008-2012
Engenharias e Computação	31,87%	Grad. em Engenharia de Computação: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia de Controle e Automação: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia de Produção: Bacharelado - Int. – Pontal Grad. em Engenharia Elétrica: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Mecânica: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Mecatrônica: Bacharelado - Int.	24,31%	31,83%	Grad. em Ciência da Computação: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Aeronáutica: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Biomédica: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia Civil: Bacharelado - Int. Grad. em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica: Bacharelado - Int. - Monte Carmelo Grad. em Engenharia Química: Bacharelado - Int. Grad. em Sistemas de Informação: Bacharelado - Int. - Monte Carmelo Grad. em Sistemas de Informação: Bacharelado - Noturno Grad. em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações: Bacharelado - Int. - Patos de Minas	29,82%	44,26%
Linguagens e Artes	37,65%	Grad. em Artes Visuais: Bacharelado e Licenciatura- Int. Grad. em Artes Visuais: Bacharelado e Licenciatura- Noturno Grad. em Teatro: Bacharelado e Licenciatura- Int. Grad. em Letras - Língua Portuguesa com domínio de Libras: Licenciatura – Matutino Graduacao em Letras: Licenciatura - Noturno	36,05%	46,74%	Grad. em Design: Bacharelado - Int. Graduacao em Letras: Licenciatura - Matutino Grad. em Música: Bacharelado e Licenciatura Grad. em Teatro: Licenciatura - Noturno Grad. em Tradução: Bacharelado - Noturno Grad. em Dança: Bacharelado - Int.	29,09%	44,13%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

As análises por grandes áreas de conhecimento mostram que a evasão média do período 2008 a 2012 foi superior à evasão média do período 2000 a 2007, fato que permite assegurar que não somente os cursos criados e ou expandidos pelo REUNI impactaram a evasão da instituição, mas que, de fato, existiu no período uma tendência de a evasão se elevar.

Ao analisar apenas os cursos que tiveram interferência em virtude do REUNI e os que não sofreram impacto, no período de 2000 a 2012, temos novamente uma evasão discente superior nos cursos REUNI. O Gráfico 8 representa essa relação. A taxa média de evasão nos cursos REUNI ficaram em torno de 34,60% para o período; já a evasão geral ficou em torno de 29,11% e a evasão dos cursos não impactados pelo REUNI esteve em torno de 27,56% no período.

Gráfico 8: Relação percentual por ano de ingresso do período de 2000 a 2012

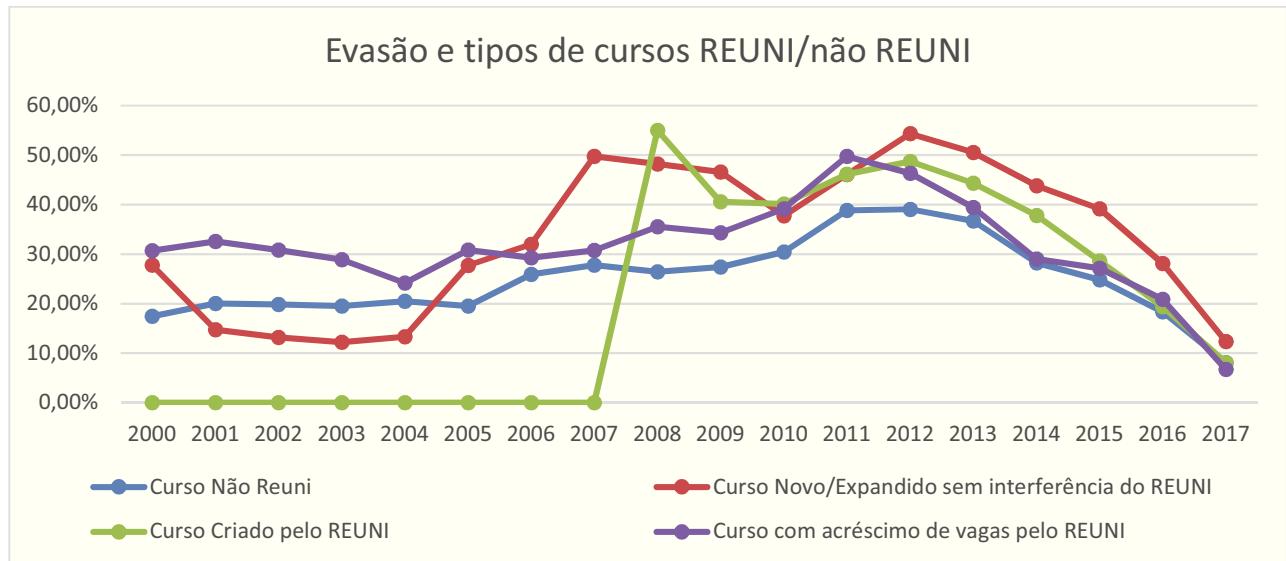


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Buscou-se, ainda, separar os cursos da instituição, com vistas a identificar o impacto dos cursos REUNI/Não Reuni na instituição. Nessas apreciações, avaliou-se todo o período de estudo, ou seja, de 2000 a 2017, mas o período de 2013 a 2017 é tratado aqui apenas como tendência/projeção. Assim, foram aglomerados todos os cursos da UFU em quatro grupos: a) Cursos existentes na instituição antes de 2000 e que não sofreram interferência em virtude da implantação do REUNI, que são denominados de “Curso Não REUNI”; b) Cursos que foram criados e/ou tiveram acréscimos de vagas no período de 2000 a 2017 por motivos institucionais diferentes do REUNI, chamados “Curso Novo/Expandido sem interferência do REUNI”; c) Cursos criados pela adesão da UFU ao REUNI, denominados de “Curso criado pelo REUNI”; e d) Cursos que já existiam na instituição, mas que passaram a oferecer mais vagas pelo advento da implantação do REUNI na UFU, chamados de “Curso

com acréscimo de vagas pelo REUNI". O Gráfico 9 evidencia o resultado da evasão na instituição a partir dessa outra forma de análise dos cursos REUNI e não REUNI:

Gráfico 9: Relação percentual por agrupamento de cursos REUNI e não REUNI no período de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Dessa forma, avaliando os dados dos percentuais de evasão nos cursos em quatro grupos específicos, é possível identificar que os cursos criados pelo REUNI apresentam percentuais de evasão superior aos cursos não REUNI por todo período que se estende desde a implantação do programa, em 2008, até o ano de 2017. A evasão média nos cursos REUNI, no período de 2008 a 2012, foi de 46,06%, enquanto os cursos não-REUNI, nesse mesmo período, apresentaram média de evasão de 32,42%.

O Gráfico 9 também evidencia que os cursos que já existiam na instituição e que tiveram acréscimo de vagas pelo REUNI, eram cursos que já apresentavam evasão superior àquela apresentada nos cursos não REUNI, evasão esta que continuou superior no período de implantação do Programa, ou seja, nesses casos, não há evidências de que o REUNI tenha impactado na elevação do índice de evasão. Esses cursos apresentavam evasão média, no período de 2000 a 2007, de 29,76%, ou seja, acima da média dos cursos não REUNI, que era de 21,31%. Para o período seguinte, de 2008 a 2012, esses cursos apresentaram taxa média de evasão de 41,01% e os cursos não REUNI, de 32,42%.

Considerando os dados apresentados no Gráfico 9, é possível observar que o acréscimo do número de vagas, de uma forma geral, parece ter impacto na elevação da evasão. Esse fato pode levar

a reflexões acerca da demanda e da oferta por cursos superiores. Alguns cursos que foram criados ou que tiveram acréscimo de vagas estão relacionados a cursos com histórico de baixa demanda e com altos índices de evasão. Foi constatado ainda que, de fato, existiu uma tendência de elevação das taxas de evasão em todos os quatro tipos de cursos analisados neste estudo, o que leva a crer que existem outros fatores que, concomitantemente com a expansão ocasionada pelo REUNI, afetaram os índices, tais como, as modalidades de ingresso, que se modificaram durante todo o período de estudo, greves longas de servidores públicos e ou outros motivos não analisados neste estudo.

Considerando ainda esse agrupamento em quatro tipos de curso, buscou-se identificar se existem diferenças significativas entre a evasão e os *campi* onde os cursos são oferecidos, ou seja, se algum *campus* apresenta maior evasão que outro. Assim, elaborou-se a Tabela 8 que exibe os dados da evasão por ano, tipo de curso REUNI ou não REUNI, *campus* a que os cursos pertencem.

Nota-se que o *campus* Patos de Minas é o que apresenta maior taxa de evasão média, no período de 2008 a 2012, 54,85%, seguida do *campus* Pontal, com 54,08%. O *campus* Patos de Minas iniciou suas atividades no mesmo período de vigência do REUNI, tendo sido abertos 3 cursos no período: Biotecnologia – Bacharelado/Integral/; Engenharia de Alimentos – Bacharelado/Integral e; Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação – Bacharelado/Integral. Enquanto o *campus* Patos de Minas possui apenas cursos de turno integral e com grau de titulação Bacharel, o *campus* Pontal oferece quase todos os cursos no turno noturno e com grau de Licenciatura.

Importa destacar que o *campus* Pontal iniciou suas atividades em 2007 e oferecia: Administração – Bacharelado/Matutino; Ciências Biológicas – Licenciatura/Noturno e Bacharelado/Integral; Ciências Contábeis – Bacharelado/Noturno; Física – Licenciatura/Noturno; Geografia – Licenciatura e Bacharelado/Noturno e Matutino; História – Bacharelado e Licenciatura/Noturno; Matemática – Bacharelado/Integral e Licenciatura/Noturno; Pedagogia – Licenciatura/Noturno e Integral; Química – Bacharelado/Integral e Licenciatura/Noturno. Percebe-se uma convergência da Instituição para criar cursos neste *campus* ligados ao atendimento da demanda de docência (licenciaturas) e do mercado de trabalho (Administração e Contábeis), entretanto, aparentemente, não houve um estudo por parte da instituição para análise da demanda na região. O *campus* Pontal apresenta o maior índice de percentual médio de evasão, ou seja, 75,29% de evasão nos cursos durante o período REUNI, de 2008 a 2012.

Tabela 8: Relação entre *campi* e evasão – Período 2000 a 2012

Campus e tipos de cursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	% médio de evasão até 2007	% médio de evasão 2008 a 2012	% médio de evasão período 2000 a 2012
Campus EDUCA/ESEBA	8,91%	16,47%	14,46%	24,14%	8,89%	6,67%	16,67%	22,83%	32,97%	33,33%	29,81%	31,90%	27,43%	14,88%	31,09%	21,11%
Curso Não Reuni	8,91%	16,47%	14,46%	24,14%	8,89%	6,67%	16,67%	22,83%	32,97%	37,78%	37,76%	33,68%	34,29%	14,88%	35,29%	22,73%
Curso Criado pelo REUNI										26,98%	17,46%	29,41%	17,14%		22,75%	22,75%
Campus Monte Carmelo														51,25%	48,77%	50,01%
Curso Criado pelo REUNI														51,25%	48,77%	50,01%
Campus Patos de Minas														51,63%	58,06%	54,85%
Curso Criado pelo REUNI														51,63%	58,06%	54,85%
Campus Pontal														56,13%	55,93%	54,12%
Curso Não REUNI														40,00%	25,00%	66,67%
Curso Novo/Expandido sem REUNI														56,26%	56,18%	53,98%
														43,10%	51,04%	57,89%
														56,26%	56,26%	52,44%
Campus Santa Mônica	24,65%	26,31%	25,36%	24,59%	24,37%	28,04%	32,77%	34,60%	34,65%	35,85%	39,44%	47,46%	48,14%	27,59%	41,11%	32,79%
Curso Não REUNI	22,75%	24,63%	23,63%	22,97%	24,47%	25,86%	32,46%	34,88%	33,08%	32,24%	35,90%	45,40%	45,40%	26,46%	38,40%	31,05%
Curso Novo/Expandido sem REUNI	31,25%	20,00%	43,75%	40,00%	18,18%	43,48%	52,29%	40,60%	40,52%	44,87%	37,01%	46,07%	61,54%	36,19%	46,00%	39,97%
Curso Criado pelo REUNI														53,85%	45,62%	46,75%
Curso com vagas pelo REUNI	30,72%	32,59%	30,82%	28,88%	24,18%	30,82%	29,30%	30,74%	35,52%	34,30%	39,15%	49,72%	46,34%	29,76%	41,01%	34,08%
Campus Umuarama	9,14%	11,29%	12,18%	11,66%	13,33%	8,70%	14,25%	15,61%	13,57%	18,15%	20,39%	24,82%	29,37%	12,02%	21,26%	15,57%
Curso Não Reuni	8,24%	11,14%	12,73%	12,15%	13,66%	8,58%	15,18%	14,64%	12,84%	15,82%	16,22%	20,61%	23,33%	12,04%	17,76%	14,24%
Curso Novo/Expandido sem REUNI	26,32%	13,21%	6,67%	5,97%	10,00%	9,88%	5,88%	21,57%	18,18%	17,97%	18,18%	18,69%	17,65%	12,44%	18,13%	14,63%
Curso Criado pelo REUNI														30,08%	29,47%	35,03%
															34,72%	34,72%

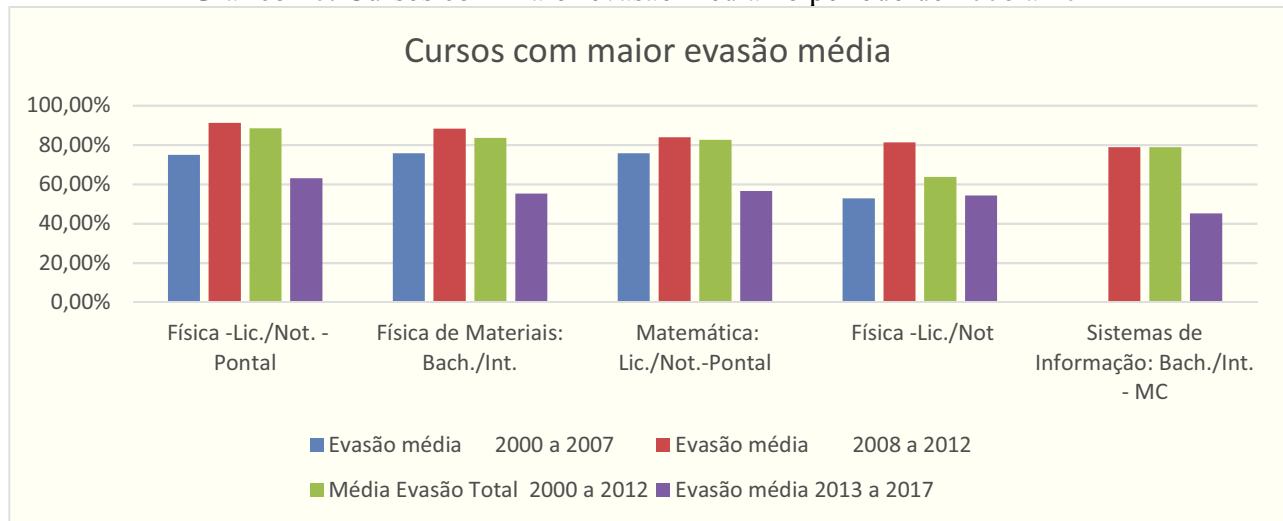
Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Pode-se verificar, além disso, que os *campi* Umuarama e Educação Física detêm os menores percentuais de evasão média. No *campus* Umuarama, são oferecidos cursos das áreas Médicas e da Saúde; Ciências Biológicas e Agronômicas e Veterinárias e, no *campus* Educação Física, são oferecidos dois cursos na área Médica e da Saúde que são os de Educação Física e o de Fisioterapia. O curso de Fisioterapia foi criado no período do REUNI e apresenta evasão média menor que o curso de Educação Física para o período de 2008 a 2012.

Considerando as análises dos cursos agrupados em quatro blocos e seis *campi*, é possível assegurar que todos os cursos criados ou que passaram por ampliação de vagas pelo REUNI apresentaram evasão média para o período de 2000 a 2012 superior à evasão nos cursos que não tiveram nenhum tipo de interferência do Programa. Ainda, com exceção do *Campus* Umuarama, todos os outros *campi* apresentaram evasão média superior a 30% no período de 2008 a 2012. Ademais, em todos os *campi*, o percentual de evasão média do período de 2008 a 2012 foi superior à do período de 2000 a 2007, o que corrobora a hipótese de que não somente o REUNI impactou as taxas de evasão da instituição, mas que a combinação de outros fatores está influenciando a elevação dessas taxas.

Foram analisados ainda o percentual de evasão média nos 91 cursos de graduação presencial oferecidos pela Instituição. Utilizou-se como parâmetro o maior percentual médio do período de 2008 a 2012, que é o período de implantação do Programa REUNI. No Gráfico 10, é possível visualizar os cinco cursos com maior evasão média no período referenciado, podendo-se também identificar a evolução da evasão no período anterior, de 2000 a 2007, bem como a evasão média do período de 2000 a 2012 e, ainda, a projeção da evasão no período pós-reuni, 2013 a 2017.

Gráfico 10: Cursos com maior evasão média no período de 2008 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Dos cinco cursos que apresentam maior evasão média, quatro são da área de Ciências Matemáticas e Naturais, ressaltando-se que o curso de Sistemas de Informação pertence à área de Engenharia e Computação. Com exceção do curso de Sistemas de Informação, *campus* Monte Carmelo, que, neste trabalho, foi enquadrado como curso REUNI, todos os demais são cursos que a instituição já ofertava e que não sofreram nenhuma interferência do Programa.

O curso de Física do *Campus* Pontal, oferecido no período noturno, apresentou taxa de média de evasão no período de 99,21%, seguido do curso de Física de Materiais, com 88,26%. O terceiro lugar em maior evasão média também pertence ao *campus* Pontal, curso de Matemática, que é ofertado no período noturno e apresenta evasão média de 83,91%; já o curso de Física, turno noturno, ofertado no *campus* Santa Mônica, contabilizou 81,33% de evasão média e o curso de Sistemas de Informação exibiu 78,77% de evasão média. O curso de matemática já havia sido destaque em índices de evasão, como no caso do estudo de Lobo e colaboradores (2007).

É possível identificar que todos os cursos que existiam no período antes do REUNI também apresentam tendência de aumento nas taxas de evasão no período de implantação do REUNI, convergindo para os achados anteriores apresentados neste trabalho, inclusive, em relação ao período de 2013 a 2017, em que a maioria dos cursos ainda estão em andamentos, os cinco cursos já apresentam evasão superior a 40%.

Além do curso de Sistemas de Informação, os cursos REUNI que se destacam em evasão média durante o período de 2008 a 2012 são os de:

- Graduação em Estatística – Bach/Not/Santa Mônica – 76,50%. Curso criado em 2010;
- Graduação em Física Médica - Bach/Int/Santa Mônica – 69,54%. Curso Criado em 2010;
- Graduação em Química – Lic/Noturno/Santa Mônica – 66,79%. Curso criado em 2008.

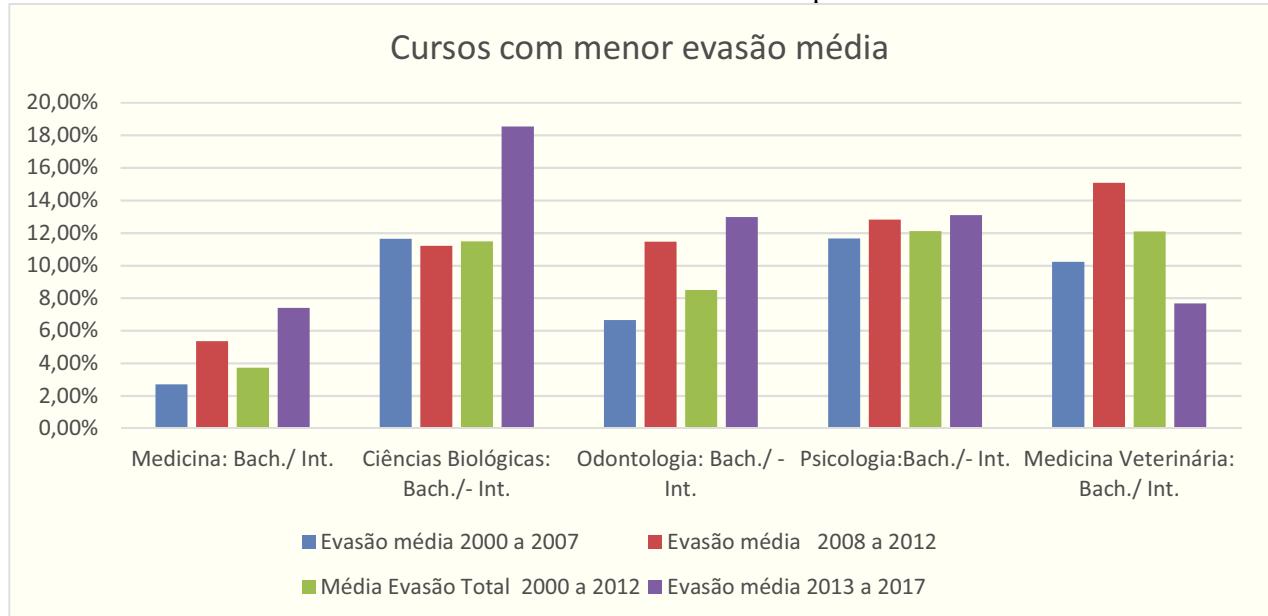
Todos os 3 cursos REUNI são também da área de Ciências Matemáticas e Naturais, o que reforça a suposição de que, ao criar ou expandir os cursos devido à implementação do REUNI na instituição, foi realizada pouca ou nenhuma análise da demanda dos cursos ou mesmo cogitado as altas taxas de evasão relacionadas aos cursos de exatas.

Logo, os cursos que apresentam tendência inversa, ou seja, apresentam menor evasão média no período de implantação do programa REUNI, são os ilustrados no Gráfico 11.

É possível verificar que todos os cinco cursos que apresentam menor evasão média para o período de 2008 a 2012 são cursos que a instituição já oferecia. O curso de Medicina é um dos cursos que mais oferece vagas anualmente, 120 vagas anuais e, simultaneamente, é o curso de maior demanda da instituição, sendo 5,36% seu percentual médio de evasão para o período de 2008 a 2012,

seguido dos cursos de Ciências Biológicas, com 11,22%, Odontologia, com 11,46%, Psicologia, com 12,82% e Medicina Veterinária, com 15,07%.

Gráfico 11: Cursos com menor evasão média no período de 2008 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Todos os cursos que possuem menor evasão média são oferecidos de forma integral e com grau de formação bacharelado. Destaca-se que todos os cinco cursos são oferecidos no *campus* Umuarama. Os pequenos índices de evasão relacionados aos cursos de Medicina, Odontologia e Veterinária já haviam sido evidenciados no trabalho de Lobo e Colaboradores (2007).

Os cursos criados pelo REUNI e que apresentam menor evasão média para o período de 2008 a 2012 são:

- Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado/Integral - *campus* Santa Mônica: 19,24%. Curso com aumento de oferta de 10 vagas; já ofertava 25 anualmente;
- Graduação em Fisioterapia – Bacharelado/Integral – *campus* Educação Física: 22,75%. Curso criado em 2010;
- Graduação em Biotecnologia – Bacharelado/Integral – *campus* Umuarama: 26,62%. Curso criado em 2009.

Importante destacar que os cursos que tiveram a interferência na sua oferta de vagas ou foram criados pelo REUNI e que apresentam índices de evasão menores são também cursos de bacharelado e oferecidos no período integral.

A fato de as taxas de evasão média apresentarem índices mais altos no período de 2008 a 2012 do que no período de 2000 a 2007 se repete nos cursos que exibem menor evasão média. Outro destaque quanto a esses cursos é o fato de quatro deles (Medicina, Ciências Biológicas, Odontologia e Psicologia) apresentarem taxa de evasão média no período de 2013 a 2017 mais alta que em períodos anteriores. Esse é um fato que robustece a presunção de que o aumento percentual das taxas de evasão nos cursos não está ligado diretamente à implantação do Programa REUNI na UFU.

Dos 91 cursos existentes na instituição, 26 deles, ou seja, 26,57%, apresentam evasão média no período de 2008 a 2012 superior a 50%. Já 39 deles, ou seja, 42,85%, exibiram índices de evasão médio entre 30 a 50% e 21,97%, ou seja, 20 cursos, tiveram taxa média de evasão inferior a 30%. Desses 91 cursos, seis foram criados entre os anos de 2013 a 2015, logo não foi possível calcular a média de evasão para o período de 2008 a 2012. Conforme já identificado por Zago Pereira e Paixão (2015), a exclusão da vida acadêmica que, antes, ocorria pela pouca disponibilidade de acesso, hoje, ocorre no interior do sistema de ensino.

Ao final deste estudo, no Apêndice A, consta tabela com todos os cursos da instituição e seus percentuais de evasão média nos períodos de 2000 a 2007, 2008 a 2012, 2000 a 2012 e 2013 a 2017. Os cursos estão dispostos em ordem decrescente de evasão média, sendo o período de implantação do REUNI (2008-2012) o estabelecido como parâmetro.

Seguindo a perspectiva de identificação dos cursos que apresentam maior e menor evasão, realizou-se um estudo dentro das áreas de conhecimento reconhecidas pela instituição, dando destaque para os cursos não REUNI e REUNI, conforme detalhado na Tabela 9.

Dentro das áreas de conhecimento, é possível notar que todos os cursos que não tiveram interferência do REUNI apresentaram, no período do 2008 a 2012, menor índice de evasão médio que os cursos REUNI, sendo a única exceção o curso de Engenharia Civil, área de Engenharia e Computação, o qual teve ampliada a oferta de vagas no REUNI, de 70 vagas anuais para 80 vagas anuais.

Quanto aos percentuais mais elevados de evasão dentro das grandes áreas, os cursos REUNI que demonstraram menores índices médios de evasão do que os cursos não impactados pelo REUNI são os das áreas de: a) Ciências humanas: Filosofia; b) Matemáticas e Naturais: Estatística; c) Socialmente Aplicáveis: Contábeis e; d) Linguagem e artes: Letras. Nestes casos os índices mais altos de evasão dentro das áreas de conhecimento são cursos que já existiam na instituição e não sofreram nenhum tipo de interferência do REUNI.

Tabela 9: Cursos com maior e menor percentual de evasão média em cada área de conhecimento no período de 2000 a 2017

		Cursos sem interferência do REUNI				Cursos Criados e/ou com ampliação de vagas pelo REUNI				
Área de Conhecimento	Nome Curso Geral	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Média Evasão Total 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	Nome Curso Geral	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Média Evasão Total 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017
Ciências Agronômicas e Veterinárias	Medicina Veterinária: Bach./ Int.	10,23%	15,07%	12,09%	7,68%	Engenharia Ambiental e Sanitária: Bach./ Int.		32,65%	32,65%	25,32%
	Agronomia: Bach./ Int.	16,68%	21,74%	18,63%	13,66%	Engenharia de Alimentos: Bach./ Int. Patos de Minas		53,23%	53,23%	42,76%
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas: Bach./ Int.	11,65%	11,22%	11,48%	18,53%	Ciências Biológicas: Lic./ Not.		48,63%	48,63%	27,30%
	Ciências Biológicas: Lic./ Not. Pontal	56,82%	41,07%	43,70%	34,85%					
Ciências Humanas	Psicologia: Bach./ Int.	11,67%	12,82%	12,11%	13,10%	Relações Internacionais: Bach./ Int.		27,67%	27,67%	16,88%
	Geografia: Lic./ e Bach./ Mat. Pontal	61,54%	63,62%	63,27%	41,47%	Filosofia: Bach./ e Lic./ Mat.		57,62%	57,62%	44,67%
Ciências Matemáticas e Naturais	Química Industrial: Bach./ Int.		44,30%	23,07%	32,07%	Química Lic./ Not.		66,79%	45,72%	48,64%
	Física: Lic./ Not. Pontal	75,00%	91,21%	88,51%	63,14%	Estatística: Bach./ Not.		76,50%	76,50%	45,94%
Ciências Médicas e da Saúde	Medicina: Bach./ Int.	2,71%	5,36%	3,73%	7,40%	Fisioterapia: Bach./ Int.		22,75%	22,75%	16,42%
	Gestão em Saúde Ambiental Bach./		36,55%	36,55%	38,57%	Biotecnologia: Bach./ Int. Patos de Minas		58,01%	58,01%	19,99%
Ciências Socialmente Aplicáveis	Direito: Bach./ Not.	12,18%	15,36%	13,40%	12,61%	Arquitetura e Urbanismo: Bach./ Int.	20,62%	19,24%	20,09%	9,65%
	Ciências Contábeis: Bach./ Not. Pontal	50,00%	46,95%	47,45%	36,12%	Ciências Contábeis: Bach./ Int.		35,62%	35,62%	18,78%
Engenharias e Computação	Engenharia Mecatrônica: Bach./ Int.	28,14%	27,62%	27,85%	18,22%	Engenharia Civil: Bach./ Int.	35,01%	27,34%	32,06%	19,26%
	Engenharia de Produção: Bach./ Int. Pontal		42,19%	42,19%	29,68%	Sistemas de Informação: Bach./ Int. Monte Carmelo		78,77%	78,77%	45,13%
Linguagens e Artes	Teatro: Bach./ e Lic./ Int.	34,96%	34,74%	34,87%	6,15%	Música: Bach./ e Lic./	33,04%	39,64%	35,58%	16,07%
	Artes Visuais: Bach./ e Lic./ Not.	48,38%	52,67%	50,03%	30,90%	Graduação em Letras: Lic./ Mat.	26,96%	46,83%	34,60%	27,10%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Importante ainda esclarecer que a área de conhecimento Multidisciplinar: Engenharia/Tecnologia/Gestão, por contar com apenas um curso, Gestão da Informação, foi desconsiderada nessa representação gráfica. Esse curso exibiu taxa de evasão média de 64,33% para o período de 2008 a 2017 e já apresenta taxa média de evasão de 35,50% para o período de 2012 a 2013.

Construiu-se, ainda, na busca de apresentar resultados para o terceiro objetivo específico deste trabalho, analisar os cursos iguais, mas que são oferecidos em turnos diferentes, na tentativa de identificar se existe maior ou menor evasão entre os cursos ofertados nos turnos noturnos ou integrais/matutinos. A Instituição oferece 12 cursos nessa situação, sendo eles:

- a) Administração (Bacharelado);
- b) Artes Visuais (Bacharelado e Licenciatura);
- c) Ciências Biológicas (Licenciatura);
- d) Ciências Contábeis (Bacharelado);
- e) Direito (Bacharelado);
- f) Filosofia (Bacharelado e Licenciatura);
- g) Geografia – Pontal (Bacharelado e Licenciatura);
- h) Geografia – Santa Mônica (Bacharelado e Licenciatura);
- i) História (Bacharelado e Licenciatura);
- j) Letras (Licenciatura);
- k) Pedagogia (Licenciatura);
- l) Sistemas de Informação – Santa Mônica e Monte Carmelo (Bacharelado).

Da análise, constatou-se que cinco dos cursos oferecidos no turno noturno apresentam evasão total maior que o seu correspondente integral/matutino e sete apresentam evasão total maior inversa, ou seja, o curso integral/matutino apresenta maior evasão total que seu correspondente noturno. Abaixo, as Tabelas 10 e 11 detalham os cursos analisados e a evasão total média correspondente.

Tabela 10: Cursos oferecidos nos turnos noturno com percentual total de evasão superior ao seu correspondente integral/matutino – período 2008 a 2012

Cursos noturno com evasão total maior que integral/matutino						
Curso	Grau	Turno	2000-2007	2008-2012	2000-2012	2013-2017
Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno		48,63%	48,63%	27,30%
		Integral	14,58%	31,59%	21,12%	22,85%
Artes Visuais:	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	48,38%	52,67%	50,03%	30,90%
		Integral	38,98%	41,10%	39,80%	21,38%

(Continua)

(Conclusão)

Cursos noturno com evasão total maior que integral/matutino						
Curso	Grau	Turno	2000-2007	2008-2012	2000-2012	2013-2017
História	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	30,72%	56,42%	40,61%	36,27%
		Matutino	26,94%	52,91%	36,93%	33,54%
Letras	Licenciatura	Noturno	29,70%	49,44%	37,29%	43,07%
		Matutino	26,96%	46,83%	34,60%	27,10%
Geografia:	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	28,20%	44,03%	34,29%	38,80%
		Matutino	24,63%	41,42%	31,09%	26,47%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Tabela 11: Cursos oferecidos nos turnos integral/matutino com percentual total de evasão superior ao seu correspondente noturno – período 2008 a 2012

Cursos integrais/matutinos com evasão total maior que noturno						
Curso	Grau	Turno	2000-2007	2008-2012	2000-2012	2013-2017
Sistemas de Informação: Monte Carmelo e Uberlândia	Bacharelado	Integral		78,77%	78,77%	45,13%
		Noturno		65,57%	65,57%	30,63%
Geografia: Pontal	Bacharelado/Licenciatura	Matutino	61,54%	63,62%	63,27%	41,47%
		Noturno	56,10%	56,93%	56,79%	34,42%
Filosofia:	Bacharelado/Licenciatura	Matutino		57,62%	57,62%	44,67%
		Noturno	36,25%	56,42%	44,01%	37,71%
Administração	Bacharelado	Integral		32,04%	32,04%	20,87%
		Noturno	25,63%	30,13%	27,36%	18,51%
Ciências Contábeis	Bacharelado	Integral		35,62%	35,62%	18,78%
		Noturno	16,26%	21,92%	18,44%	16,83%
Pedagogia	Licenciatura	Matutino	11,26%	26,60%	17,16%	24,14%
		Noturno	9,81%	23,77%	15,18%	21,86%
Direito	Bacharelado	Matutino	9,13%	16,03%	11,78%	14,44%
		Noturno	12,18%	15,36%	13,40%	12,61%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Em relação aos cursos de Administração e Ciências Contábeis, por se tratarem de cursos relacionados diretamente ao mercado de trabalho, é possível inferir que o fato de cursos oferecidos no turno integral apresentarem maiores taxas de evasão que o noturno pode estar relacionado com as transferências internas em virtude de o aluno ter que conciliar trabalho e faculdade. Para testar essa hipótese, realizou-se uma análise estatística, descartando o número de alunos transferidos no período. Da análise, pode-se constatar que os índices de evasão média dos turnos integrais continuaram superiores aos seus equivalentes noturnos. Isso significa que outros motivos de evasão, além dos relacionados ao mercado de trabalho, levam os discentes a se evadirem do curso matutino mais que o aluno do curso noturno.

Quanto aos cursos de licenciatura: Geografia, Filosofia e Pedagogia, pode-se presumir que, por serem cursos voltados para a docência, os discentes podem ser influenciados a desistir dos cursos devido à desvalorização da carreira de professor, conforme já constatado pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Federais (BRASIL, 1996) e por um professor da instituição em BOENTE (2012).

Entre os cursos oferecidos nos turnos integral/matutino que possuem maior evasão total média de seu curso equivalente do turno noturno, estão os de: Ciências Contábeis, que apresenta uma diferença de 13,70 pontos percentuais em relação a seu curso equivalente noturno, seguido do curso de Sistema de Informação, oferecido no *campus* Monte Carmelo, que apresenta diferença de 13,20 pontos percentuais em relação ao curso oferecido no *campus* Santa Mônica.

O curso noturno que se sobressai em evasão total média em relação a seu respectivo curso oferecido no turno integral/matutino é o de Ciências Biológicas, turno noturno, que apresentou 17,04 pontos percentuais a mais que seu equivalente do turno integral, enquanto o curso de Artes Visuais apresenta 11,58 pontos percentuais de evasão superior que o integral.

Enquanto os estudos como os de Mendes Braga; Peixoto e Boguchi (2003), que identificaram que os cursos noturnos contribuíram para a redução das taxas de evasão dos cursos que antes eram oferecidos apenas no período diurno, e o de Paredes (1993), que encontrou evasão inversa, este trabalho apresenta conclusão semelhante à de Polydoro (2000), que não identificou evidências que comprovem que é o turno de oferecimento do curso que influencia as taxas de evasão, mas, sim, o próprio curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar se a evasão na UFU foi ou não impactada após a implantação do Programa REUNI. A adesão ao Programa REUNI aconteceu em 07 de dezembro de 2007 e a expansão e criação de novos cursos começou a ocorrer de forma gradativa a partir do ano de 2008, prolongando-se até o ano de 2012.

Consequentemente, esforços foram direcionados para compreender o contexto da implantação de uma política pública educacional como o REUNI, bem como os aspectos relacionados à evasão no ensino superior brasileiro. Entende-se que os objetivos específicos e gerais tenham sido alcançados.

Sobre a execução da pesquisa, o banco de dados utilizado foi disponibilizado pela DIRAC, tendo sido esse processado e ajustado para se construir um arquivo que contemplasse todas as informações necessárias para a realização das análises. Tratou-se de um estudo populacional, sendo utilizada a técnica da estatística descritiva para compreensão da variável evasão de forma summarizada e representada em gráficos, tabelas e quadros-resumos, os quais foram expostos no decorrer deste trabalho.

A pesquisa foi conduzida sob a ótica de contribuir para a avaliação de uma política pública (REUNI) e seu impacto na evasão discente de uma instituição de ensino superior, contemplando, assim, a etapa de avaliação Ciclo de Políticas Públicas proposto por Rodrigues (2010) e Rua (2009). Dessa avaliação, os gestores poderão conduzir novos estudos ou novas políticas que visem a mitigar a evasão na instituição e a redimensionar o planejamento de oferta de vagas nos cursos.

Foi possível constatar que o processo de implantação do REUNI na UFU, no que se refere ao primeiro item do Plano de metas: Ampliação da oferta de Educação Superior na UFU, foi totalmente cumprido e dentro do prazo estabelecido no Decreto nº 6.096/07, ou seja, houve ampliação de vagas em cursos já existentes na instituição, criação de novos turnos para cursos que já existiam e criação de novos cursos durante o período de vigência do Programa.

Entretanto, quanto à redução das taxas de evasão, para fins de contemplação da meta do REUNI e do PNE, que era a de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a instituição não obteve sucesso, visto que a taxa de evasão média no período de 2000 a 2012 esteve em torno de 29,11%. No período, 47.468 alunos ingressam na instituição e, desse total, 14.801 abandonaram seus cursos. A problemática da evasão acentuou-se substancialmente no período de implantação do REUNI. Enquanto o período anterior ao REUNI,

2000 a 2007, exibiu evasão média de 23,45%, o período de 2008 a 2012 apresentou índices médios de evasão de 38,18%.

O percentual de alunos que concluíram seus cursos no período de 2000 a 2012 foi de apenas 63,02% e, em média, a taxa de titulação do período foi de 66,53%. Se considerarmos ainda apenas o percentual médio de alunos que concluíram seus cursos no período de 2008 a 2012, período de implantação do Programa, que foi de 52,90%, constata-se que os percentuais médios de titulação encontrados na instituição são bem inferiores à meta governamental, que era de 90% de taxa de conclusão média nos cursos de graduação presenciais.

Aponta-se que, enquanto o Decreto 6.096/07 estabelecia que o aumento de vagas de ingresso ocorresse, especialmente, no turno noturno, visando tanto ao aproveitamento da infraestrutura existente quanto ao atendimento da demanda da população que está no mercado de trabalho, a instituição ofertou a maioria dos novos cursos nos períodos matutino e integral. Dos 22 cursos criados, apenas quatro eram para o período noturno.

Constatou-se também que a instituição optou por criar novos cursos em detrimento de ampliar os que já existiam, tendo sido 22 novos cursos criados, 5 novos turnos em cursos já existentes e apenas 9 ampliações de ofertas nos cursos que já existiam. Entretanto, a instituição possui cursos com grande demanda de candidatos que não foram contemplados pela expansão do REUNI e alguns dos cursos criados, como Estatística Bacharelado/Noturno, Química Licenciatura/Noturno, Filosofia Bacharelado/Licenciatura Matutino, Ciências Biológicas Noturno/Licenciatura, Gestão da Informação Bacharelado/Integral, apresentam evasão média superior a 45%. Aparentemente, esses cursos foram criados sem uma devida averiguação de sua demanda e sem a devida análise dos índices de evasão dos cursos similares que a instituição já oferecia e que possuíam diagnóstico de elevados índices de evasão.

Quanto ao segundo objetivo deste estudo, o de identificar se existe maior índice de evasão entre os participantes dos processos seletivos, averiguou-se que existe maior percentual de evasão dos ingressantes vinculados ao processo de seleção SISU, enquanto, no preenchimento das vagas ociosas, o portador de diploma contribui para os índices mais elevados de evasão. Para o período de 2000 a 2012, os dois processos apresentam taxas médias de evasão de 67,77% e 70,18%.

Já quanto os ingressantes por meio do vestibular, o índice médio de evasão é menor que o índice de evasão geral da instituição, visto que, enquanto a evasão média da UFU era de 29,11% para o período de 2000 a 2012, o percentual de alunos que optaram por ingressar na instituição pelo processo de Vestibular apresentaram taxa média de evasão de 27,72%.

O processo seletivo para preenchimento de vagas ociosas, transferência, apresenta índices de evasão média inferior ao índice geral médio, e mostra-se como uma alternativa de menor impacto nos índices de evasão que portador de diplomas, enquanto o primeiro apresenta índice médio de evasão no período de 2000 a 2012 de 19, 86%, o segundo apresentou índice médio de evasão de 70,18%.

Foi possível identificar, a partir das análises, que os cursos criados pelo REUNI apresentam evasão média superior aos cursos que não tiveram nenhum tipo de interferência do Programa, contudo os oito cursos que ampliaram as vagas no período do REUNI já apresentavam evasão média superior à dos cursos não REUNI.

Muitos dos cursos criados ou tiveram ampliação de vagas são similares aos que já apresentavam taxas de evasão elevadas, como, por exemplo, os cursos criados na área de Ciências Matemáticas e Naturais: Estatística (76,50%); Física Médica (69,55%); e Química (66,79%), que têm taxas de evasão média para o período de 2008 a 2012 superiores a 65%, mesmos índices elevados encontrados nos cursos que já existiam na instituição, tais como, Matemática Pontal (75,68%); Física de Materiais (88,26%); Física (81,33%); e Física – Pontal (91,21%).

Cumpre destacar que a taxa de evasão vem se elevando ao longo dos anos para todos os cursos e não somente para os cursos REUNI. Ainda, cabe destacar que a elevação da taxa de evasão parece estar relacionada ao aumento de oferta de vagas, sobretudo, em cursos e áreas com baixa demanda, ou seja, ampliou-se a oferta de vagas sem a devida preocupação se existia realmente uma demanda.

É notório que a própria instituição entende a importância de se mitigar a evasão discente por meio de oferecimento de apoio psicológico, bolsas assistenciais aos alunos carentes, bem como revisando os conteúdos pedagógicos e criando programas como o PROSSIGA. A instituição também busca reduzir o número de vagas ociosas, oferecendo processos seletivos de transferência interna e externa e para candidatos que já possuem um outro título acadêmico. Entretanto, se considerarmos que a meta proposta pela instituição de reduzir em até 9% a taxa de evasão na graduação até 2026 (PIDE, 2014), é possível assegurar que muitos esforços e ações deverão ser desenvolvidos na busca de se reduzirem as taxas de evasão existentes que, contraditoriamente, apresentam índices cada vez maiores.

Este estudo buscou ainda contribuir com a segunda estratégia das seis traçadas pela Instituição na busca de atingir a meta de redução das taxas de evasão no período de implantação do REUNI. Nesse sentido, realizou-se um estudo sobre a evasão existente na UFU, detectando suas possíveis causas e visando encaminhar resultados para os gestores produzirem ações e projetos que busquem solucionar o problema.

O estudo esteve sujeito a algumas limitações. A primeira está relacionada à não generalização para outros contextos e realidades devido ao estudo ter sido realizado em apenas uma instituição. Outra limitação diz respeito ao fato de terem sido analisadas as taxas de evasão dos cursos REUNI e os não REUNI sem considerar outros fatores conjunturais, como novos formatos de ingressos dos alunos na instituição, por exemplo, o SISU, reserva de vagas para cotas sociais e raciais (Lei nº. 12.711/12), greves e alterações de normas internas que podem ter influenciado os resultados encontrados.

O recebimento e o tratamento dos dados recebidos para esta pesquisa também podem ser considerados mais uma limitação deste trabalho. Os dados solicitados contemplavam informações dos discentes como: CPF, número de matrícula, data de nascimento e sexo. Essas informações seriam tratadas de forma a resguardar a confidencialidade e o sigilo dos dados, bem como poderiam ser cruzadas com outros bancos de dados públicos, tais como, os microdados das Estatísticas do Ensino Superior que o INEP disponibiliza em seu endereço eletrônico, proporcionando, assim, maior robustez e ampliação das análises estatísticas.

Entretanto, a instituição preferiu fornecer apenas um numerador aleatório único para cada discente, dificultando a assimilação por parte da pesquisadora. A ausência dos CPF's na base de dados, por exemplo, impossibilitou a análise da evasão e do reingresso, inclusive, no mesmo curso, fato que é recorrente na instituição analisada. Observar essa restrição, contudo, fica como sugestão para trabalhos futuros.

Quanto ao tratamento dos dados, constatou-se que um curso pode apresentar variadas nomenclaturas no decorrer do estudo como, por exemplo, o curso de música, que contabilizou 34 nomeações diferentes, sendo esse um fato que dificultou o trabalho da pesquisadora que teve que ajustar todos os nomes de cursos do banco de dados para um nome que fosse equivalente ao que a instituição utiliza em seus processos seletivos atuais. Essa dificuldade pode ter ocasionado à pesquisadora construir agrupamentos de cursos equivocados ou não verídicos.

Sugere-se, para futuros trabalhos, o estudo dos dados sociodemográficos dos alunos, como renda per capita, origem do ensino médio (público-privado), além de dados pessoais, tais como, gênero e idade, e suas inter-relações com a evasão discente. Propõe-se ainda um estudo detalhado quanto à demanda dos cursos durante o período de estudo proposto neste trabalho, 2000 a 2017, visando a identificar se existe correlação entre demanda e evasão.

Como foi constatado que existe uma convergência para a elevação das taxas de evasão em todos os cursos nos períodos REUNI, 2008 a 2012, e pós-REUNI, 2013 a 2017, se comparadas às

taxas encontradas relativas ao período antes do REUNI, 2000 a 2007, sugere-se que futuros trabalhos analisem ainda a temática da evasão relacionada a cursos de baixo interesse ou que apresentam desvalorização da profissão, bem como a relação entre a precarização da educação básica e as dificuldades na relação ensino-aprendizagem, as quais são traduzidas em sucessivas reprovações, além do impacto dos fatores sociais e a falta de informação do candidato ao optar pelo curso que representará sua futura carreira profissional.

O trabalho buscou, sem grandes pretensões, oferecer à instituição pesquisada diversas análises quantitativas sobre a evasão discente e contribuir com a avaliação de uma política pública educacional como o REUNI, visando a subsidiar novas ações de planejamento e gestão por parte dos gestores da UFU para realização de investimentos ou esforços com o fim de reduzir a evasão na vida acadêmica, pois esse fenômeno representa não somente desperdício de dinheiro público, mas também perdas que envolvem os segmentos pessoais, acadêmicos, econômicos e sociais. Dessa forma, originaram-se 2 produtos tecnológicos que são o Planejamento de um “Workshop sobre o tema REUNI e evasão Discente”, Apêndice B e um Resumo Executivo com o diagnóstico da evasão discente à luz da participação da Universidade Federal de Uberlândia no Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), no período de 2000 a 2017”, Apêndice C.

Por fim, cabe destacar que outras pesquisas do Mestrado Profissional versam sobre o tema evasão na Universidade Federal de Uberlândia, mas com diferentes recortes, a saber: estudo amostral sobre motivos da evasão, o impacto financeiro da evasão, além de outro estudo que aborda a evasão sob a ótica das cotas sociais e raciais. Ao final das três pesquisas, a proposta é a junção dessas em um livro que possam trazer uma visão ampliada sobre a evasão na Universidade Federal de Uberlândia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara. Custo por aluno na UFU é de cerca de R\$ 23 mil por ano. **G1 Triângulo Mineiro**, 09 abr. 2018. Uberlândia, 2018. Notícias. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/custo-por-aluno-na-ufu-e-de-r-23-mil-por-ano.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ALENCAR, Liliana de Mello Braz. **A evasão discente no contexto da reestruturação universitária: o caso dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo.** 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) -Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1203>>. Acesso em: 22 dez.2017.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas.** Editora Atlas SA, 2000.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do câmpus universitário de Altamira.** 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2790>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba; GOMES, Alfredo Macedo. **Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática.** 2014. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2558_int.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

AZEVEDO, Simone Lima. A Eficácia do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na Universidade Federal do Espírito Santo para Redução dos Índices de Evasão dos Alunos de Graduação. **Revista Guará**, v. 1, n. 6, 2017. Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/guara/article/viewFile/15113/10699>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BANCO MUNDIAL. **O ensino superior: as lições derivadas da experiência.** Trad. Amílcar D'Avila de Mello. In: Plural, V. 6, n. 9, jan./jun. 1997, p. 33-44

DE BARROS, Aidil Jesus Paes; DE SOUZA LEHFELD, Neide Aparecida. **Fundamentos de metodologia:** um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Cláudio. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **SBIJOURNAL**, n. 09, 2011. Disponível em:<<http://www.sbijournal.uff.br/index.php/sbijournal/article/view/15>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BOENTE, Fernando. Cai índice de evasão entre graduandos na Universidade Federal de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 04 dez. 2012. Cidade & Região. Uberlândia, 2012. Disponível em: <<http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/cai-indice-de-evasao-entre-graduandos-da-universidade-federal-de-uberlandia/>>. Acesso em 10 mai. 2018.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: teoria e prática**, v. 22, n. 39, p. 117-138, 2012. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL, 1998. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25.04.2007. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 22 ago. 2017.

_____. **Lei n. 5.560, de 12 de dezembro de 1968**. Regula a criação de universidades nos Estados. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28.12.2001. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39592&norma=55314>>. Acesso em 15 ago. 2017

_____. **Lei nº 9.394/96: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02/08/13

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 10.01.2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017

_____. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 30.08.2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Lei nº 13.035, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.06.2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. **Decreto de 20 de outubro de 2003**, DNN 9998. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior –

IFES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21.10.2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS INEP. **Censo Educacional Superior 2004**. Resumo Técnico. Brasília, 2005. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira**. Brasília, 15 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n.º 126/2012. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, DF: MEC; 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Superior (SEB). **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008: relatório de primeiro ano**. Brasília, DF: MEC: SESu, 2009.

_____. Ministério da Educação (MEC). **REUNI: Diretrizes Gerais**. Brasília: MEC, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 04 ago de 2017

_____. Ministério da Educação (MEC). Reuni – **Balanço do Reuni**. 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14697:universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa&catid=228>. Acesso em: 01 set. 2017

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Ensino Superior (SESu). Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. ANDIFES/ABRUEM, Brasília, 1996.

_____. _____. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. _____. Secretaria de Ensino Superior (SESu). **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em 10 set. 2017

_____. **Parecer CNE/ces 436/2001**. Brasil, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. (Aprovado em 24 de abril de 2007). Brasília: MEC, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017

_____. **Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. (4^a versão). Brasília: MEC, 2006a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2013**: apresentação coletiva. Brasília (DF): MEC: INEP, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2009**. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC : INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/sinopse_da_educacao_superior_2009.xls>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2008**. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC : INEP, 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/sinop_sup_2008_versao_preliminar.zip>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2008**. Resumo Técnico. Brasília (DF): MEC : INEP, 2008a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em 30 de set 2017

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 5, p. 9-16, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1993000200002&script=sci_arttext&tlang=es>. Acesso em: 15 set. 2017.

CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**, 2008, 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1891/1/2008_ClaudeteBatistaCardoso.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017,

CARDOSO DA SILVA, Francisca Islandia et al. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 17, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2191/219122911006/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, 254 p.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Políticas públicas: conceitos básicos. In: CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: Eduneb, 2012.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade em Ruínas. In: TRINDADE, Helgio. (org.). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 211-222, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2017.

COOPER, Donald. R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Tradução: Iuri Duquia Abreu. Revisão técnica: Fátima Cristina Trindade Bacellar.-. Porto Alegre: Bookman, v. 201, n. 1, 784 p, 2011.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a03v2588.pdf>> Acesso em: 03 dez. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. A. O Públco e o privado na educação superior brasileira: Fronteiras em Movimento. In: TRINDADE, Helgio. (Org.). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 39-56, 1999.

_____. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, Helgio (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica: 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reformas educacionais no Brasil**. In: SAVIANI, Dermerval (org.). Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves et al. Quem está ficando para trás? Uma década de evasão nos cursos brasileiros de graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 9, n. 2, 2015.

DE MELO COSTA, Danilo; MARINO COSTA, Alexandre; VIDAL BARBOSA, Francisco. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3193/319327518007/>> Acesso em: 30 nov.2017

ESTEVES LIMA, Edileusa; DE SOUZA MACHADO, Lucília Regina. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3172/317245198005/>> Acesso em: 13 nov. 2017.

DE MEDEIROS ROSA, Chaiane. Políticas Públicas para a Educação Superior no governo Lula. **Poiesis Pedagógica**, v. 11, n. 1, p. 168-188. Jan/jun 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/27005>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: **Atlas**, p. 1-15, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931>>. Acesso em 30 set. 2017

_____. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 891-917, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1229104>>, Acesso em: 10 set. 2017.

DUARTE DE ARAÚJO, Maria Arlete; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 18, n. 69, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a02.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2017.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa. A expansão do ensino superior privado a partir de 1990: limites e possibilidades. **Artifícios**, v. 2, n. 4, dez/2012. Disponível em: <<http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/artigo%20Norivan2.pdf>>. Acesso em 3 set. 2017

FARENZA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. Políticas Públicas de Educação no Brasil: reconfigurações e ambiguidades. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014, 254 p. Disponível em:<https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf> Acesso em: 10 set. 2017

FÁVERO, Luiz Paulo et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2017

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DE BARROS NOGUEIRA, Flávia Maria. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. **@ rquivo Brasileiro de Educação**, v. 3, n. 5, p. 102-109, 2016. Disponível em:

<<http://200.229.32.55/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/10858>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO. Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Algumas medidas e Procedimentos Relacionados ao Ensino de Graduação, 1997.

FUCHS, Ângela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas.** Uberlândia: EDUFU, 2013. 288 p. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00279161577462923e26b>> Acesso em: 10 ago. 2017.

FURTADO, Vanessa Viégas Alves; ALVES, Tiago Wickstrom. Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da Unisinos. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 115-129, 2012. Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/view/502>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** 2005, 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GANDOLFI, Peterson Elizandro et. all. Os Resultados da Implementação da Política de Cotas na Universidade Federal de Uberlândia: um estudo comparativo entre o desempenho de estudantes cotistas e dos estudantes não cotistas, 2016. Trabalho apresentado no **19º SEMEAD**, 2016. Disponível em: <http://login.semead.com.br/19semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1680> Acesso em: 23 fev. 2018.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Trabalho de conclusão de curso (TCC) na engenharia de produção:** um guia prático de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, v. 361, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria José et al. Evasão acadêmica no ensino superior: estudo na área da saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/RBPS/article/viewFile/278/191>> Acesso em: 25 out. 2017.

HAIR, Joseph et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Bookman Companhia Ed, 2005.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em 10 set. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). A interiorização do ensino superior. 8. Ed. Ano 7. Brasília, 26 fev. 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>

gov.br/desafios/index.php?option=comcontent&view=article&id=1274:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 28 jul. 2013.

KIRA, Luci Frare. **A evasão no ensino superior:** o caso do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996). 1998. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

KRUGER JÚNIOR, Paulo Ricardo et al.. Pesquisando causas e possíveis soluções para a problemática da evasão em um curso de Administração numa universidade pública no sul do Brasil. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11. E CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. Anais eletrônicos* INPEAU (Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária). Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/search>> Acesso em 17 ago. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992

_____. **Técnicas de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3172/317227053004/>>. Acesso em 12 set. 2017.

LIMA, Licínio C.; NEVES DE AZEVEDO, Mário Luiz; MENDES CATANI, Afrânio. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 set. 2017.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.** Cadernos, n. 25, 2012. Disponível em: <<http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigo>>. Acesso em: 10 set. 2017

LOBO, Roberto Leal e Silva Filho et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132>> Acesso em: 13 set. 2017

_____; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão.** 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>; Acesso em: 20 de mar. 2018.

_____. **A evasão no Ensino Superior Brasileiro – novos dados.** 2017. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_088.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LOPES, Carlos Magno de Lima. O REUNI e a intensificação do trabalho docente. In: Jornada Internacional de Políticas Pública, 5. **Anais**. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada_CD_original/Jornada_Eixo_2011/Impasses_e_Desafios_das_Pol%C3%ADticas_de_Educacao/O%20REUNI%20E%20A%20INTENSI%20FICA%C3%87%C3%83O%20DO%20TRABALHO%20DOCENTE.pdf> Acesso em: 06 mar. 2017

MACIEL, Danilo Alain Simões. **Políticas Públicas e Democratização Educacional**: Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa Reuni. 2014, 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16465/1/A%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Danilo%20Alain%20Democratiza%C3%A7%C3%A3o%20Programa%20REUNI.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2017.

MARQUES, Mara Rúbia Alves. **Um fino tecido de muitos fios...** mudança social e reforma educacional em Minas Gerais. Piracicaba, SP: UNESP, 2000.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira. **Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior**: avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins. 2011, 171 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará . Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2369>> Acesso em: 15 ago. 2017.

MELO, Pedro Antonio; DE MELO, Michelle Bianchini; DA SILVA NUNES, Rogério. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 278, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009 v11n24p278/12624>>. Acesso em 12 set. 2017.

MENDES BRAGA, Mauro; PEIXOTO, Maria Do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. A evasão no ensino superior brasileiro: O caso da UFMG. **Avaliação**, v. 8, n. 3, p. 161-189, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1237/1227>>. Acesso em 27 out. 2017

MENDES CATANI, Afrânio; FERREIRA DE OLIVEIRA, Joao; FERNANDES DOURADO, Luiz. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Avaliação**, v. 6, n. 4, p. 7-15, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1160>> Acesso em: 23 set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MOROSINI, Marília Costa et al. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: **Congressos CLABES**. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8762>>. Acesso em: 21 nov. 2017

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Felline. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17>> Acesso em: 13 dez. 2017

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação: novos contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. p.21-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300017> Acesso em: 02 dez. 2017.

NOGUEIRA, Daniela. UFU lança programa para reduzir em 40% a retenção e evasão escolar. **Correio de Uberlândia**. 30 jul. 2015. Cidade & Região. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/ufu-lanca-programa-para-reduzir-em-40-a-retencao-e-evasao-escolar/>> .Acesso em 10 set. 2017.

NOGUEIRA, Janaina Flávia Fernandes. **Reforma da Educação Superior no Governo Lula: Debate sobre ampliação e democratização do acesso**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1230/1/DISSERTACAO_2008_JaanaFlaviaFernandesNogueira.pdf> Acesso em: 12 nov. 2017.

OLIVEIRA, Heverson Cid. Gastos públicos federais x ensino superior x expansão da Universidade de Brasília-UnB. 2013. Dissertação (Mestrado) Departamento de Economia da Universidade Federal de Brasília. Brasília - DF, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13958>>. Acesso em: 07 out. 2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da Educação Superior no Brasil e o Processo de Metamorfose das Universidades Federais: o caso da Universidade Federal de Goiás**. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2017/08/Tese.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____ ; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. **O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2011. Disponível em: <http://repository.usp.br/single.php?_id=002183034> Acesso em 08 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). CONFINTEA V. **Declaración de Hamburgo sobre la educación de adultos y plan de acción para el futuro**. Hamburgo, UIE/Unesco, 1997, 26p. Resoluciones de la V Conferencia Internacional sobre Educación de Adultos. Hamburgo, 14-18 de julio de 1997

_____. Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011 – 2020**. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **UNESCO Brasil**, 1998. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127139porb.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).

Education at a Glance 2015: OECD indicators. OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd-library.org/docserver/download/9615031e.pdf?expires=1450782870&id=id&accname=guest&checksum=45F28F5521A380A35ADA67A270BEE066>> Acesso em 10 set. 2017

_____. **Education at a Glance 2017: OECD indicators.** OECD Publishing, Paris, 2017.

Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio_education_at_a_glance_2017.pdf>. Acesso em 14 abr. 2018

PAES-SOUZA, Rômulo. Políticas Sociais e Desigualdade no Brasil. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, 254 p.

PAREDES, Alberto Sánchez. **A evasão do terceiro grau em Curitiba.** São Paulo, 1993, 254p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 1993.

_____. A evasão do terceiro grau em Curitiba. **Documento de Trabalho.** NUPES, São Paulo, jun. 1994. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9406.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2017.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; BRAGA, Mauro Mendes; BOGUTCHI, Tânia F. A evasão no ciclo básico da UFMG. **Cadernos de Avaliação**, v. 3, 2000. Disponível em:

PEREIRA, Thiago Ingrassia; DA SILVA, Luís Fernando Santos Correa. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. **Revista debates**, v. 4, n. 2, p. 10, 2010.. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PREDES, Fabiane da Silva de Lemos; PREDES JUNIOR, Ademir Ribeiro. A implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): um estudo de caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU), XIV, Florianópolis, SC, **Anais**, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131921/2014-264.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 set. 2017

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2017

PISSOLATO, Marcela. UFU aprova 20 propostas para combater evasão nos cursos de graduação. **Comunica UFU**. Uberlândia, 26 jul. 2017. Notícias. Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/07/ufu-aprova-20-propostas-para-combater-evasao-nos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 09 set. 2017.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000, 145 f. Tese (Doutorado) – Curso

de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539>> Acesso em: 09 nov. 2017

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo. Considerações sobre evasão. In: RISTOFF, Dilvo (Org.). **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

_____. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB: da expansão à privatização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org). **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+Brasil+10+anos+p%C3%B3s-LDB/1ae3afed-cef1-479d-8dc4-c5e31fd03422?version=1.4>> Acesso em: 07 ago. 2017

ROBERTO, Rubia Fonseca. O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. **Administração pública e gestão social**, v. 3, n. 3, p. 300-323, 2012. Disponível em: <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/65#.WpDg_qjwbIU> Acesso em: 10 out. 2017.

ROCHA, Roberto. A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 1, Mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RODRIGUES, Maria Marta Assumpção. Políticas Públicas – **Coleção Folha Explica**, São Paulo: Publifolha, 2010, p. 46-53. Disponível em: <<https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2013/10/marta-rodrigues-ciclos-das-politicas-publicas.pdf>> Acesso em 15 set. 2017.

ROSA, Edward. **Evasão no ensino superior: causas e consequências (um estudo sobre a Universidade Federal de Goiás)**. 1994. 251 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4597>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis – Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p. Disponível em: <<https://ufabcipp.files.wordpress.com/2013/11/digitalizar0010.pdf>>. Acesso em 5 set. 2017

SANTOS, Acácia Angeli et al. Habilidades básicas de ingressantes universitários. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 2, n. 16, p. 33-45, 2000.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. Compreendendo a natureza das políticas públicas do Estado capitalista. **RAP**, Rio de Janeiro 41(5): 813-1010, Set./Out., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a02v41n5>> Acesso em: 02 nov. 2017.

SILVA, Ana Maria; REAL, Giselle Cristina Martins. As configurações das políticas para a educação superior e as reformas do ensino superior brasileiro. **Revista Inter Ação**, v. 36, n. 1, p. 141-158, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://h200137217135.ufg.br/index.php/interacao/article/view/15033>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

SILVA, Jorge Luiz Mariano; ALMEIDA, Júlio César Lima de. Eficiência no Gasto Público com Educação. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/320>> Acesso em: 02 set. 2017.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior**. Brasília, 2007. 62 p. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/Caderno25.pdf>> Acesso em: 02 de jul. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006. **Sociologias**, v. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 08 set. 2017

SOUZA, Jociane Aparecida de. **Políticas de acesso à educação superior: flexibilização e democratização do ingresso na universidade**. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14055/1/JASouzaDISPRT.pdf>>. Acesso em 01 set. 2017

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. **O programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia (2008-2012)**. 2013. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13948>> Acesso em: 10 out. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR-BA, 2002. 11p. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>> Acesso em: 12 set. 2017.

TEIXEIRA, Marta Emília. **O Impacto do Reuni sobre a Gestão Administrativa e Financeira da Universidade de Brasília**. 2013, 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14264>>. Acesso em: 10 jan. 2018

TREVIZAN, Edevânia; NOVAES, Henrique Tahan. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e sua implementação na UTFPR.. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate-ISSN 2175-5604**, v. 7, n. 2, p. 219-232, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13078>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Anuário 2015 - Ano Base 2014 –** Uberlândia, MG: UFU, 2015. Disponível em:< <http://www.proplad.ufu.br/tags/anuario-2015>>. Acesso em 23 ago. 2017.

_____. **Anuário 2016 – Ano Base 2015** – Uberlândia, 2017. 248 p. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2016/12/anuario-2016-ano-base-2015>>. Acesso em 22 ago. 2017.

_____. Comissão Permanente de Desenvolvimento e Expansão. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – Pide**. Período 2010 a 2015. UFU, 2010. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2016/07/plano-institucional-de-desenvolvimento-e-expansao-2010-2015>> Acesso em: 10 Set. 2017

_____. **17 coisas que aconteceram na UFU neste ano**. Uberlândia, MG. 20 dez. 2017. Portal Comunica UFU; 2018. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/12/17-coisas-que-aconteceram-na-ufu-neste-ano>>. Acesso em: 12 jan. 2018

_____. **Estatuto da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 1998. 17p. Disponível em: <<http://www.ufu.br/legislacoes/estatuto-e-regimento-geral>> Acesso em 18 set. 2017.

_____. **Plano de expansão da Universidade Federal de Uberlândia – Período 2008-2010**. Uberlândia, MG: UFU, 2007. 128 p. Disponível em: <<http://www.reuni.ufu.br/>>, Acesso em: 23 de ago. 2017.

_____. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão da UFU (PIDE) 2016-2021**. Uberlândia, 2015.200 p. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/resolucaoconsun-2017-3.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2018

_____. **Regimento Interno da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 1999. 67p. Disponível em: <<http://www.ufu.br/legislacoes/estatuto-e-regimento-geral>> Acesso em: 25 set. 2017

_____. **Relatório de gestão: dez/2008 a dez/2012**. Uberlândia: PROGRAD/UFU, 2012. 86 p. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/arquivo/relatorio_prograd_gestao_2008-2012_final_03122012.pdf>. Acesso em: 1 out. 2017

_____. **Relatório 2008-2009 – Plano de expansão da Universidade Federal de Uberlândia – Programa REUNI-UFU**. Uberlândia, 2009. 28 p. Disponível em: <<http://www.reuni.ufu.br/>>, Acesso em: 23 de ago. 2017.

_____. **Relatório 2009-2010 – Plano de expansão da Universidade Federal de Uberlândia – Programa REUNI-UFU.** Uberlândia, 2010. 27 p. Disponível em: <<http://www.reuni.ufu.br/>>, Acesso em: 23 de ago. 2017.

_____. **Relatório final do plano de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Uberlândia.** Programa REUNI/UFU, Dez/2008 a Nov/ 2012. Uberlândia, 2012. 200 p. Disponível em <<http://www.reuni.ufu.br/sites/reuni.ufu.br/files/Relat%C3%B3rio%20-%20REUNI%202008-2012%20final.pdf>> . Acesso em 24 ago. 2017.

_____. **Resolução 02/2008 do CONGRAD.** Uberlândia, 2008. 55p. Disponível em: <<http://www.portal.ie.ufu.br/graduacao/resolucaoCONGRAD-2008-2.pdf>>. Acesso em: 27set. 2017

_____. **Resolução 1/2012 do CONSUN.** Uberlândia, 2012. 77 p. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2012-1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017

_____. **Resolução 15/2011 do CONGRAD.** Uberlândia, 2011. 51 p. Disponível em: <<http://www.proae.ufu.br/legislacoes/resolucao-congrad-ufu-ndeg-15-2011-normas-gerais-da-graduacao>>. Acesso em: 2 out. 2017

_____. Conheça a UFU. **Portal UFU.** Uberlândia, MG. 16 dez. 2017. UFU, 2017a. Disponível em: <<http://www.ufu.br/institucional>>. Acesso em 10 set.2017.

_____. Estrutura Organizacional. **Portal UFU.** Uberlândia, MG. 23 ago. 2016. UFU, 2016. Disponível em: <<http://www.ufu.br/organograma>>. Acesso em 29 set. 2017.

_____. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. Comissão PROSSIGA de Acompanhamento e Avaliação (CPAA). **Portal PROGRAD/UFU.** Uberlândia, 30 Mar.2016. PROGRAD/UFU, 2016. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/unidades-organizacionais/comissao-prossiga-de-acompanhamento-e-avaliacao>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Resolução n.º 11/2015 do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.** Dispõe sobre alteração e republica o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, com alterações de artigos e inserção de anexo único (grade curricular). Uberlândia, 2015. 14 p. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONPEP-2015-11.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

UFU registra evasão crescente de alunos em cursos nos últimos anos. **G1 Triângulo Mineiro.TV Integração.** Uberlândia, 12 set. 2015. G1 do Triângulo Mineiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/09/ufu-registra-evasao-crescente-de-alunos-em-cursos-nos-ultimos-anos.html> Acesso em: 13 set. 2017.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários.** Editora Atlas SA, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAGO, Nadir; PEREIRA, Thiago Ingrassia; PAIXÃO, Lea Pinheiro. Expansão do Ensino Superior: Problematizando o Acesso e a Permanência de Estudantes em uma Nova Universidade Federal. **Anais**. ANPED, 2015. 17 p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/expansao-do-ensino-superior-problematizando-o-acesso-e-permanencia-de-estudantes-em>> . Acesso em: 10 set. 2017

APÊNDICE A – Curso e percentual de evasão média nos períodos de 2000 a 2007, 2008 a 2012, 2000 a 2012, 2013 a 2017

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Física: Licenciatura - Noturno - Pontal	Ciências Matemáticas e Naturais	75,00%	91,21%	88,51%	63,14%	Não
Graduação em Física de Materiais: Bacharelado - Integral	Ciências Matemáticas e Naturais	75,80%	88,26%	83,59%	55,21%	Não
Graduação em Matemática: Licenciatura - Noturno - Pontal	Ciências Matemáticas e Naturais	75,68%	83,91%	82,54%	56,47%	Não
Graduação em Física: Licenciatura - Noturno	Ciências Matemáticas e Naturais	52,82%	81,33%	63,78%	54,31%	Não
Graduação em Sistemas de Informação: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	Engenharias e Computação		78,77%	78,77%	45,13%	sim
Graduação em Matemática: Bacharelado - Integral - Pontal	Ciências Matemáticas e Naturais	64,71%	76,62%	74,63%	43,70%	Não
Graduação em Estatística: Bacharelado - Noturno	Ciências Matemáticas e Naturais		76,50%	76,50%	45,94%	Sim
Graduação em Química: Licenciatura - Noturno - Pontal	Ciências Matemáticas e Naturais	74,47%	72,58%	72,89%	52,41%	Não
Graduação em Matemática: Bacharelado e Licenciatura-Integral	Ciências Matemáticas e Naturais	64,95%	72,40%	67,82%	43,92%	Não
Graduação em Física Médica: Bacharelado - Integral	Ciências Matemáticas e Naturais		69,54%	69,54%	43,92%	Sim
Graduação em Química - Licenciatura- Noturno	Ciências Matemáticas e Naturais		66,79%	45,72%	48,64%	Sim
Graduação em Sistemas de Informação: Bacharelado - Noturno	Engenharias e Computação		65,57%	65,57%	30,63%	Sim
Graduação em Gestão da Informação: Bacharelado - Integral	Multidisciplinar: Engenharia/Tecnologia/Gestão		64,33%	64,33%	35,50%	Sim
Graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Matutino - Pontal	Ciências Humanas	61,54%	63,62%	63,27%	41,47%	Não
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal	Ciências Humanas	84,21%	62,07%	65,76%	41,39%	Não

(Continua)

(Continuação)

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Química: Bacharelado - Integral - Pontal	Ciências Matemáticas e Naturais	52,17%	60,46%	59,08%	40,46%	Não
Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral - Patos de Minas	Ciências Médicas e da Saúde		58,01%	58,01%	19,99%	sim
Graduação em Filosofia: Bacharelado e Licenciatura - Matutino	Ciências Humanas		57,62%	57,62%	44,67%	Sim
Graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal	Ciências Humanas	56,10%	56,93%	56,79%	34,42%	Não
Graduação em Filosofia: Bacharelado e Licenciatura - Noturno	Ciências Humanas	36,25%	56,42%	44,01%	37,71%	Sim
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Noturno	Ciências Humanas	30,72%	56,42%	40,61%	36,27%	Não
Graduação em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações: Bacharelado - Integral - Patos de Minas	Engenharias e Computação		53,53%	53,53%	37,89%	sim
Graduação em Engenharia de Alimentos: Bacharelado - Integral - Patos de Minas	Ciências Agronômicas e Veterinárias		53,23%	53,23%	42,76%	sim
Graduação em Ciência da Computação: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	28,43%	53,00%	37,88%	29,38%	Sim
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Matutino	Ciências Humanas	26,94%	52,91%	36,93%	33,54%	Não
Graduação em Artes Visuais: Bacharelado e Licenciatura- Noturno	Linguagens e Artes	48,38%	52,67%	50,03%	30,90%	Não
Graduação em Ciências Sociais: Bacharelado e Licenciatura- Matutino	Ciências Humanas	40,83%	49,79%	44,28%	32,73%	Não
Graduação em Letras: Licenciatura - Noturno	Linguagens e Artes	29,70%	49,44%	37,29%	43,07%	Não
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura - Noturno	Ciências Biológicas		48,63%	48,63%	27,30%	Sim

(Continua)

(Continuação)

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Engenharia Biomédica: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	43,75%	46,97%	46,05%	31,69%	Sim
Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Noturno - Pontal	Ciências Socialmente Aplicáveis	50,00%	46,95%	47,45%	36,12%	Não
Graduação em Letras: Licenciatura - Matutino	Linguagens e Artes	26,96%	46,83%	34,60%	27,10%	Sim
Graduação em Administração: Bacharelado - Matutino - Pontal	Ciências Socialmente Aplicáveis	35,42%	46,26%	44,45%	33,85%	Não
Graduação em Design: Bacharelado - Integral	Linguagens e Artes	28,85%	45,40%	35,21%	16,85%	Sim
Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral	Ciências Socialmente Aplicáveis	29,06%	45,08%	35,22%	31,74%	Não
Graduação em Química Industrial: Bacharelado - Integral	Ciências Matemáticas e Naturais		44,30%	23,07%	32,07%	Não
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Noturno - Pontal	Ciências Humanas	18,60%	44,19%	39,93%	36,18%	Não
Graduação em Geografia: Bacharelado e Licenciatura-Noturno	Ciências Humanas	28,20%	44,03%	34,29%	38,80%	Não
Graduação em Tradução: Bacharelado - Noturno	Linguagens e Artes		43,95%	43,95%	20,75%	Sim
Graduação em Dança: Bacharelado - Integral	Linguagens e Artes		43,33%	43,33%	24,59%	Sim
Graduação em Engenharia de Produção: Bacharelado - Integral - Pontal	Engenharias e Computação		42,19%	42,19%	29,68%	Não
Graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado-Matutino	Ciências Humanas	24,63%	41,42%	31,09%	26,47%	Não
Graduação em Teatro: Licenciatura e Bacharelado-Noturno	Linguagens e Artes		41,18%	41,18%	14,17%	Sim
Graduação em Artes Visuais: Bacharelado e Licenciatura- Integral	Linguagens e Artes	38,98%	41,10%	39,80%	21,38%	Não
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura - Noturno - Pontal	Ciências Biológicas	56,82%	41,07%	43,70%	34,85%	Não

(Continua)

(Continuação)

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Engenharia Elétrica: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	27,44%	40,92%	32,63%	20,05%	Não
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Integral - Pontal	Ciências Humanas	36,59%	40,09%	39,51%	33,78%	Não
Graduação Em Música: Bacharelado e Licenciatura	Linguagens e Artes	33,04%	39,64%	35,58%	16,07%	Sim
Graduação em Ciências Biológicas: Bacharelado - Pontal -Integral	Ciências Biológicas	37,74%	38,47%	38,35%	33,00%	Não
Graduação em Zootecnia: Bacharelado - Integral	Ciências Agronômicas e Veterinárias		38,37%	38,37%	26,08%	Sim
Graduação em Gestão em Saúde Ambiental - Bacharelado	Ciências Médicas e da Saúde		36,55%	36,55%	38,57%	Não
Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Integral	Ciências Socialmente Aplicáveis		35,62%	35,62%	18,78%	Sim
Graduação em Educação Física: Licenciatura e Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde	14,88%	35,29%	22,73%	20,86%	Não
Graduação em Teatro: Bacharelado e Licenciatura-Integral	Linguagens e Artes	34,96%	34,74%	34,87%	6,15%	Não
Graduação em Agronomia: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	Ciências Agronômicas e Veterinárias		34,58%	34,58%	20,93%	sim
Graduação em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	Engenharias e Computação		34,23%	34,23%	33,22%	sim
Graduação em Engenharia Química: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	23,82%	34,16%	27,80%	22,90%	Sim
Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária: Bacharelado - Integral	Ciências Agronômicas e Veterinárias		32,65%	32,65%	25,32%	Sim
Graduação em Biomedicina: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde	36,67%	32,62%	33,29%	25,38%	Não
Graduação em Administração: Bacharelado - Integral	Ciências Socialmente Aplicáveis		32,04%	32,04%	20,87%	Sim
Graduação em Jornalismo: Bacharelado - Integral	Ciências Socialmente Aplicáveis		31,74%	31,74%	24,88%	Sim

(Continua)

(Continuação)

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Engenharia Aeronáutica: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação		31,67%	31,67%	18,02%	Sim
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura - Integral	Ciências Biológicas	14,58%	31,59%	21,12%	22,85%	Não
Graduação em Engenharia Mecânica: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	25,05%	31,16%	27,40%	21,87%	Não
Graduação em Administração: Bacharelado - Noturno	Ciências Socialmente Aplicáveis	25,63%	30,13%	27,36%	18,51%	Não
Graduação em Nutrição: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde		29,51%	29,51%	17,42%	Sim
Graduação em Enfermagem: Licenciatura e Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde	17,62%	28,13%	21,67%	20,53%	Não
Graduação em Serviço Social: Bacharelado - Matutino - Pontal	Ciências Socialmente Aplicáveis		27,90%	27,90%	28,65%	Não
Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral	Ciências Humanas		27,67%	27,67%	16,88%	Sim
Graduação em Engenharia Mecatrônica: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	28,14%	27,62%	27,85%	18,22%	Não
Graduação em Engenharia Civil: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação	35,01%	27,34%	32,06%	19,26%	Sim
Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde		26,62%	26,62%	24,59%	Sim
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Matutino	Ciências Humanas	11,26%	26,60%	17,16%	24,14%	Não
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Noturno	Ciências Humanas	9,81%	23,77%	15,18%	21,86%	Não
Graduação em Fisioterapia: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde		22,75%	22,75%	16,42%	Sim
Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Noturno	Ciências Socialmente Aplicáveis	16,26%	21,92%	18,44%	16,83%	Não
Graduação em Agronomia: Bacharelado - Integral	Ciências Agronômicas e Veterinárias	16,68%	21,74%	18,63%	13,66%	Não
Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Bacharelado - Integral	Ciências Socialmente Aplicáveis	20,62%	19,24%	20,09%	9,65%	Sim

(Continua)

(Continuação)

Nome Curso Geral	Área de Conhecimento	Evasão média 2000 a 2007	Evasão média 2008 a 2012	Evasão média 2000 a 2012	Evasão média 2013 a 2017	REUNI
Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	Ciências Socialmente Aplicáveis	9,13%	16,03%	11,78%	14,44%	Não
Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	Ciências Socialmente Aplicáveis	12,18%	15,36%	13,40%	12,61%	Não
Graduação em Medicina Veterinária: Bacharelado - Integral	Ciências Agronômicas e Veterinárias	10,23%	15,07%	12,09%	7,68%	Não
Graduação em Psicologia: Bacharelado - Integral	Ciências Humanas	11,67%	12,82%	12,11%	13,10%	Não
Graduação em Odontologia: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde	6,65%	11,46%	8,50%	12,97%	Não
Graduação em Ciências Biológicas: Bacharelado - Integral	Ciências Biológicas	11,65%	11,22%	11,48%	18,53%	Não
Graduação em Medicina: Bacharelado - Integral	Ciências Médicas e da Saúde	2,71%	5,36%	3,73%	7,40%	Não
Graduação em Engenharia de Computação: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação			0,00%	24,43%	Não
Graduação em Engenharia de Controle e Automação: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação				12,51%	Não
Graduação em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações: Bacharelado - Integral	Engenharias e Computação				25,46%	Não
Graduação em Engenharia Florestal: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	Ciências Agronômicas e Veterinárias				31,98%	Não
Graduação em Geologia: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	Ciências Matemáticas e Naturais				38,59%	Não
Graduação em Letras - Língua Portuguesa com domínio de Libras: Licenciatura - Matutino	Linguagens e Artes				33,95%	Não

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

APÊNDICE B – Workshop REUNI e Evasão Discente na UFU

Visão Geral:

Evento: Workshop REUNI e Evasão Discente na UFU

Local: Uberlândia/MG - Universidade Federal de Uberlândia – sala de reuniões PROPLAD – 2º andar, Bloco 3 P/Reitoria/Campus Santa Mônica

Público: Gestores e servidores da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Comissão PROSSIGA

Data: novembro/2018 (a definir)

O Workshop REUNI e Evasão Discente na UFU acontecerá em Uberlândia – MG, em data a ser definida com a Pró- Reitoria de Graduação no mês de novembro/18, sob a responsabilidade da pesquisadora e seu orientador. A evasão discente é um fenômeno que interfere diretamente na gestão universitária, ocasionando desperdícios de cunho pessoal, social e financeiros. O Workshop tem como objetivo principal compartilhar os resultados da pesquisa contribuindo com as reflexões sobre a temática evasão. Este evento pretende ser um marco na reflexão e compreensão desse fenômeno, com vistas à construção de uma política e ou ações para mitigar o problema.

Programação:

Manhã:

09h às 09h30m – Mesa de Abertura

09h30 às 10h30min – apresentação dos resultados da pesquisa

Apresentação dos resultados da pesquisa:

- ✓ Apresentação das metas e diretrizes do Programa REUNI;
- ✓ Ampliação da oferta de vagas implementada na UFU pelo advento de sua participação no REUNI: ampliação de vagas, novos turnos e novos cursos;
- ✓ Evolução da evasão na instituição;
- ✓ Diagnóstico da evasão nos períodos pré-REUNI e REUNI;
- ✓ Impacto da evasão no custo/aluno;

- ✓ Percentual de evasão e o ano/semestre de sua ocorrência;
- ✓ Evasão e os processos seletivos de ingresso de candidatos na graduação;
- ✓ Relação entre evasão e área de conhecimento;
- ✓ Evasão nos cursos REUNI e não-REUNI;
- ✓ Evasão e os *Campi* instituição;
- ✓ Evasão nos cursos iguais oferecidos em turnos diferentes;

10h30min às 11h30min - Apresentação de trabalhos científicos que versem sobre o tema evasão nas universidades.

Tarde:

14h às 15h30min: Formação de grupos de trabalho

A formação dos grupos de trabalho visa a reflexão e discussão sobre o tema evasão discente na instituição, além de proporcionar a troca de conhecimentos e experiências culturais e educacionais. Pretende-se que, por meio da reflexão e da busca da compreensão sobre a evasão escolar, os grupos de trabalho possam contribuir com a construção de uma proposta para a mitigação da problemática.

15h30min às 16h30min: Apresentação dos resultados

17h: Encerramento.

APÊNDICE C – Resumo Executivo REUNI e Evasão Discente

Apresentação

Este documento objetiva oferecer, sinteticamente, uma visão geral da evasão discente na UFU no período de 2000 a 2017, bem como servir de subsídio para a avaliação de umas das políticas públicas voltadas ao ensino superior, o REUNI e seu devido impacto na evasão desta instituição.

O REUNI tinha como principais metas elevar a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e aumentar a relação de alunos e professores para 18. Logo, para aumentar a taxa de conclusão, o combate a evasão estudantil estava entre as diretrizes do Programa.

Os resultados desta pesquisa possibilitaram, por meio da justaposição de informações agrupadas em anos sequenciais, a análise da trajetória do estudante a partir de seu ingresso em determinado curso de graduação presencial e, sua evasão e/ou conclusão de seu curso.

As análises estatísticas apresentadas neste documento foram possíveis a partir da disponibilização de um banco de dados pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DIRAC).

Este diagnóstico é parte integrante da dissertação de mestrado produzida no período de agosto de 2017 a julho de 2018 como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia. Sem pretender ser conclusivo, o documento destaca algumas tendências verificadas ao longo dos últimos 18 anos, ilustradas em gráficos e tabelas.

1 DIAGNÓSTICO DA EVASÃO NA UFU

Considerando que o período de análise dos dados compreende os anos de 2000 a 2017, ao final de 2017, conforme ilustrado na Tabela 1, encontravam-se vinculados à UFU 20.490 alunos. Em todo o período do estudo, 31.144 alunos se formaram e, considerando a transferência como uma forma de evasão, nesse período, 21.977 alunos evadiram da Universidade Federal de Uberlândia, o que equivale a 29,6% de evasão no período.

Tabela 1: Dados gerais dos alunos de graduação presencial da UFU – período: 2000 a 2017

Status do Aluno	Frequência	Porcentagem
Aluno com Vínculo	20.490	27,6
Formado	31.144	42,0
Desistente Oficial	9.688	13,0
Abandono	7.839	10,6
Jubilamento	2.100	2,8
Outros Evasão	989	1,3
Transferência	1.361	1,8
Outros	629	0,8
Total	74.240	100,0

O *status* Transferência inclui: transferência interna; transferido; transferência interna – migração

O *status* Outros Evasão inclui: desistente; desligamento; ingressante/não compareceu

O *status* Outros inclui: cancelado por indeferimento; cancelamento convênio; cancelamento de matrícula – mandado segurança; cancelamento por indeferimento de renda; desistente: mudança de IES; desligamento convênio; desligamento decisão judicial; falecimento; mobilidade acadêmica; opção de curso

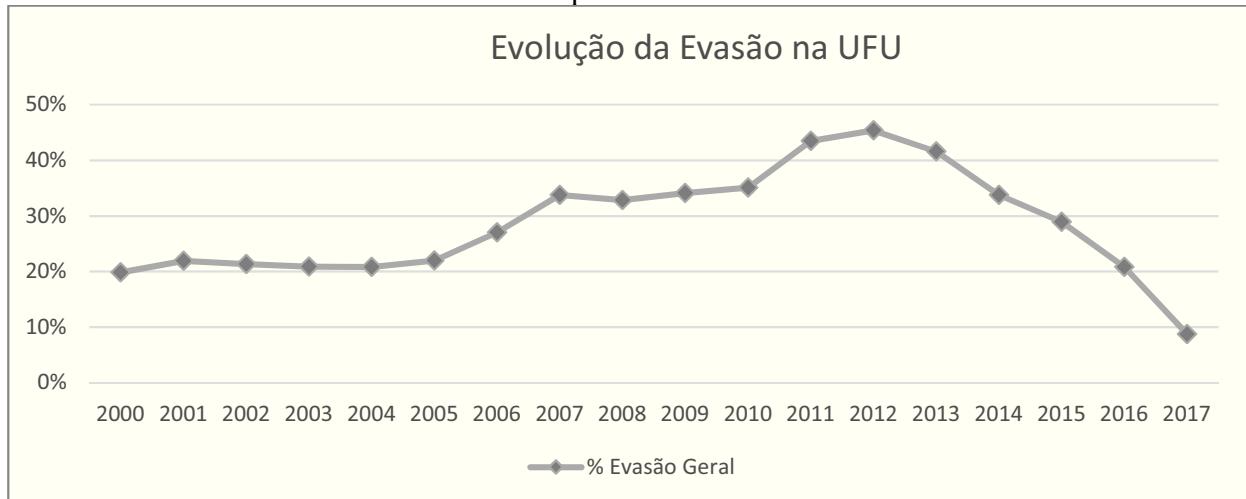
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

1.1 Evasão geral na Instituição

Os dados apresentados no Gráfico 1 revelam a evolução da evasão discente na UFU no Período de 2000 a 2017. É possível notar que, no período de 2000 a 2005, a evasão média da Instituição era de 21% e, a partir do ano de 2006 até 2012, a evasão cresce até alcançar o patamar de 45,38%. Vale destacar que, neste estudo, a evasão foi calculada a partir do ano de ingresso do aluno na instituição. Portanto, valendo-se desse critério, é correto afirmar que o índice de evasão, a partir de 2013, irá aumentar, pois, com certeza, ainda existem alunos que ingressaram nesses anos e que ainda não têm as suas situações definidas.

A evasão média total para o período de 18 anos é de 28,46%. No período de 2000 a 2012, período que todos os cursos da instituição já estão concluídos, a evasão média foi de 29,11% e a evasão do período a partir do ano de 2013 até 2017 já é de 26,77%.

Gráfico 1: Percentual de evasão em relação ao ano de ingresso do aluno nos cursos de graduação presenciais.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

A relação percentual entre tipos de evasão e ano de ingresso no curso está evidenciada na Tabela 2.

Tabela 2: Tipos de evasão e relação percentual por ano e total – período: 2000 a 2017

Ano Ingresso	Ingresso Geral	Evasão Geral	%	Abandono	%	Desist. Oficial	%	Jubilamento	%	Outros Evasão	%	Transferência	%
2000	2.794	554	19,83	316	57,04	112	20,22	66	11,91	0	0,00	60	10,83
2001	2.733	599	21,92	356	59,43	137	22,87	66	11,02	1	0,17	39	6,51
2002	2.903	619	21,32	374	60,42	166	26,82	41	6,62	0	0,00	38	6,14
2003	2.998	627	20,91	360	57,42	170	27,11	61	9,73	1	0,16	35	5,58
2004	3.210	669	20,84	398	59,49	164	24,51	72	10,76	7	1,05	28	4,19
2005	3.136	689	21,97	381	55,30	202	29,32	68	9,87	3	0,44	35	5,08
2006	3.117	842	27,01	297	35,27	280	33,25	81	9,62	145	17,22	39	4,63
2007	3.600	1.216	33,78	417	34,29	417	34,29	122	10,03	179	14,72	81	6,66
2008	3.256	1.069	32,83	375	35,08	462	43,22	152	14,22	22	2,06	58	5,43
2009	4.151	1.417	34,14	434	30,63	646	45,59	213	15,03	66	4,66	58	4,09
2010	4.487	1.575	35,10	427	27,11	727	46,16	243	15,43	58	3,68	120	7,62
2011	5.439	2.364	43,46	825	34,90	998	42,22	336	14,21	58	2,45	147	6,22
2012	5.644	2.561	45,38	735	28,70	1.324	51,70	265	10,35	83	3,24	154	6,01
2013	5.327	2.214	41,56	670	30,26	1.098	49,59	194	8,76	104	4,70	148	6,68
2014	5.199	1.755	33,76	678	38,63	771	43,93	115	6,55	80	4,56	111	6,32
2015	5.574	1.614	28,96	588	36,43	850	52,66	5	0,31	72	4,46	99	6,13
2016	5.457	1.137	20,84	207	18,21	790	69,48	0	0,00	66	5,80	74	6,51
2017	5.215	456	8,74	1	0,22	374	82,02	0	0,00	44	9,65	37	8,11
Totais	74.240	21.977	29,60	7.839	35,67	9.688	44,08	2.100	9,56	989	4,50	1.361	6,19

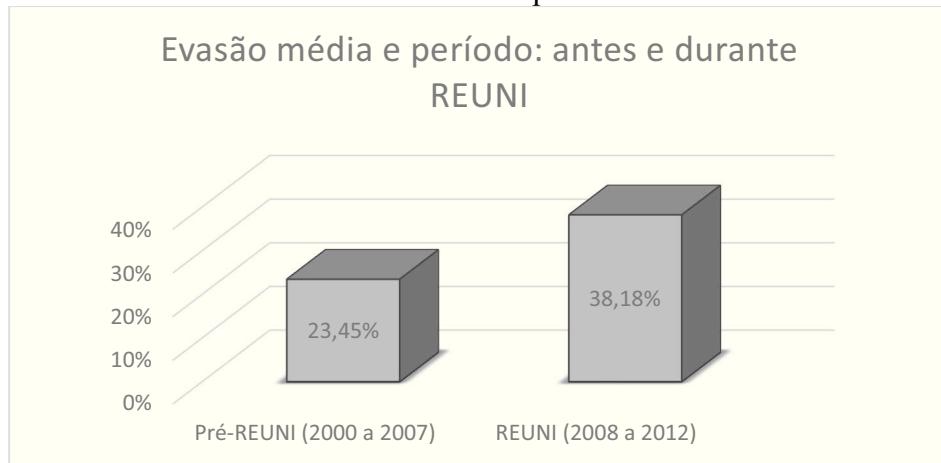
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

É possível apontar que as desistências oficiais e o abandono do curso são os tipos de evasão que mais ocorrem na instituição. Do total de alunos evadidos, 44,08% desistiram oficialmente do seu curso, enquanto 35,67% dos discentes, simplesmente, abandonaram seus cursos em andamento.

1.2 Evasão média nos períodos pré-REUNI (2000-2007) e REUNI (2008-2012)

Ao analisar o período pré-REUNI e REUNI, identificamos que as taxas de evasão média dos cursos de graduação presencial da UFU foram superiores no período de duração da implantação do Programa na Instituição, 2008 a 2012. O Gráfico 2 representa essa relação percentual.

Gráfico 2: Percentual de evasão média nos períodos antes e durante REUNI



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Consta-se que o aumento das taxas de evasão na instituição contradiz os pressupostos do Programa REUNI e dos Planos Nacionais de Educação (PNE's). O REUNI, em sua primeira diretriz, estabelecia que deveria haver redução das taxas de evasão para que os objetivos do Programa fossem efetivamente cumpridos; já os PNE's (2001-2010 e 2014-2024) propunham que se elevassem as taxas de conclusão média nos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%. Logo, constata-se que, nesse aspecto, evasão discente, a UFU não conseguiu cumprir as determinações impostas pelo Programa.

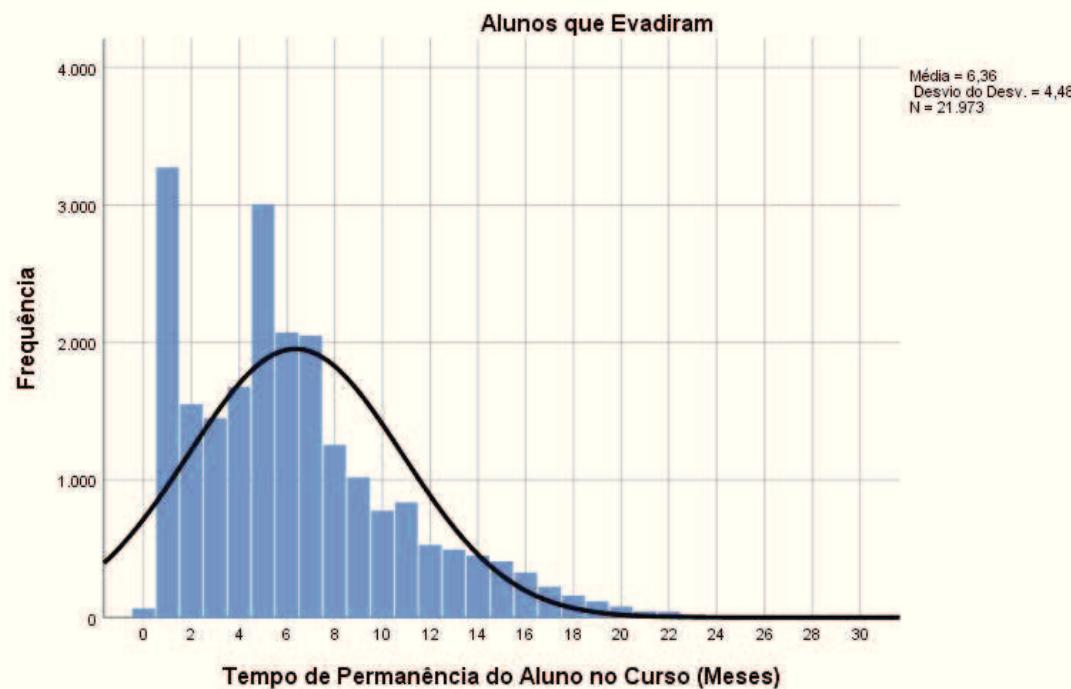
1.3 Relação entre evasão e o ano/semestre de sua ocorrência

A relação entre o quantitativo de alunos que evadem dos seus cursos e o ano/semestre que essa decisão ocorre é a representada no Gráfico 3. O gráfico apresenta a relação da evasão geral, que

considera todos os tipos de evasão da instituição, ou seja: desistência, abandono, jubilamento e transferência.

A partir da leitura do Gráfico 3 é possível assegurar que mais da metade da evasão discente na UFU acontece até o 3º ano letivo ou em até 6 semestres de estudo. Ainda conforme este gráfico, é possível notar que, no primeiro ano de curso ou em até 2 semestres de estudo, acontecem 22,30% do montante de evasão da Instituição e, no 2º ano, aproximadamente, 14,23% dos alunos evadem dos seus cursos, além de 23,11%, no terceiro ano, desta forma, até o 3º ano do curso ou em até 6 semestres letivos 59,6% dos alunos que evadem já abandonaram seus cursos.

Gráfico 3: Frequência de evasão e o tempo de permanência do aluno no curso. Período: 2000-2017

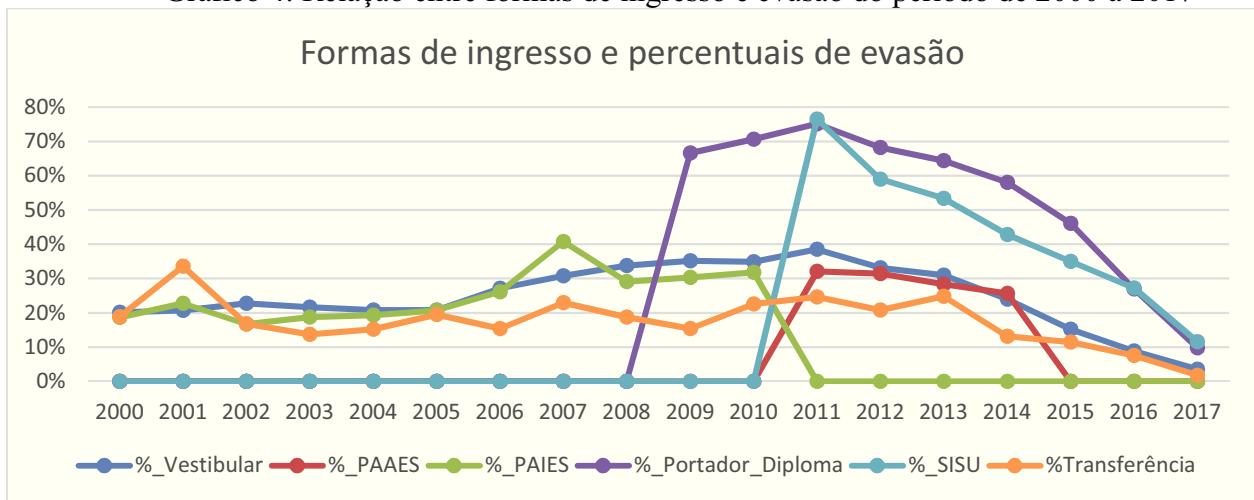


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

1.4 Processo de seleção de candidatos para ingresso nos cursos de graduação e evasão discente

O Gráfico 4 ilustra a relação entre a forma de ingresso escolhida pelo candidato e o percentual de alunos que decidem abandonar seus cursos.

Gráfico 4: Relação entre formas de ingresso e evasão do período de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DIRAC/UFU

Percebe-se, que o maior percentual de evasão encontrado nos processos de seleção de ingressantes está vinculado ao Sistema de Seleção Unificado (SISU), enquanto, no preenchimento de vagas ociosas, o processo que apresenta maior índice de evasão é o de portador de diploma. O SISU apresenta taxa de evasão média para o período de 2010 a 2017 de 43,65% e, quanto aos Portadores de diploma, a taxa é de 54%. Se considerarmos os ingressantes até o ano de 2012, os dois processos apresentam taxas médias de alunos evadidos ainda mais altas, 67,77% e 70,18%, respectivamente.

Destaca-se que o ingresso para portadores de diplomas se apresenta como uma boa alternativa para o preenchimento de vagas ociosas. Contudo, os ingressantes por essa modalidade, contribuem de forma significativa para os altos índices de evasão.

O processo seriado PAIES e a seleção pelo Vestibular apresentam índices médios de evasão menores que a evasão geral da instituição. Enquanto a evasão média da UFU esteve em torno de 29,11% no período de 2000 a 2012, o Vestibular apresentou evasão média de 27,72%, e o PAIES exibiu 25% de evasão média no período em que esteve vigente.

Ressalta-se que, mesmo que a representação gráfica demonstre quedas das taxas de evasão a partir do ano de 2012, já foi destacado neste trabalho que a contabilização dos alunos evadidos ainda pode sofrer reajustes ao longo dos anos seguintes, aumentando o percentual de evasão. A título de informação, na base de dados utilizada neste estudo, constam que existem 1.266 alunos que ingressaram na instituição no ano 2012 e que ainda mantêm vínculo com a instituição, além de 2.196 ingressantes no ano de 2013 e 3.176, no ano de 2014.

1.5 A evasão nas áreas de conhecimento

A Tabela 3 exibe os dados da evasão média nas grandes áreas no período de 2000 a 2012, bem como a evasão média no período anterior à implantação do REUNI, que engloba os anos de 2000 a 2007, o período de implantação do REUNI, de 2008 a 2012, e o percentual médio já levantado do período de 2013 em diante.

As áreas de conhecimento de maior destaque em número médio de alunos evadidos no período de implantação do REUNI, ou seja, o período de 2008 a 2012 são: a) Multidisciplinar, com 64,33%; b) Ciências Matemáticas e Naturais, com 57,70%; e c) Linguagens e Artes, com 37,65%. Em contrapartida, as áreas de conhecimento com menor percentual médio de evasão são: a) Ciências Médicas e de Saúde, com 16,31%; b) Ciências Agronômicas e Veterinárias, com 17,63%; e c) Ciências Biológicas, com 20,73%.

Tabela 3: Percentual médio de evasão nas áreas de conhecimento no período de 2000 a 2012 e projeção 2013 a 2017

Área de conhecimento	% médio de evasão na área 2000-2012	% médio antes do REUNI 2000-2007	% médio REUNI 2008-2012	% médio pós-REUNI 2013-2017
Ciências Agronômicas e Veterinárias	17,63%	13,47%	24,30%	21,39%
Ciências Biológicas	20,73%	14,13%	31,27%	27,07%
Ciências Humanas	29,45%	22,51%	40,56%	29,54%
Ciências Matemáticas e Naturais	57,70%	48,22%	72,86%	48,33%
Ciências Médicas e da Saúde	16,31%	11,69%	23,72%	18,02%
Ciências Socialmente Aplicáveis	22,77%	18,78%	29,15%	21,09%
Engenharias e Computação	31,87%	27,16%	39,41%	26,98%
Linguagens e Artes	37,65%	32,98%	45,13%	26,95%
Multidisciplinar: Engenharia/Tecnologia/Gestão	64,33%	-----	64,33%	35,50%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

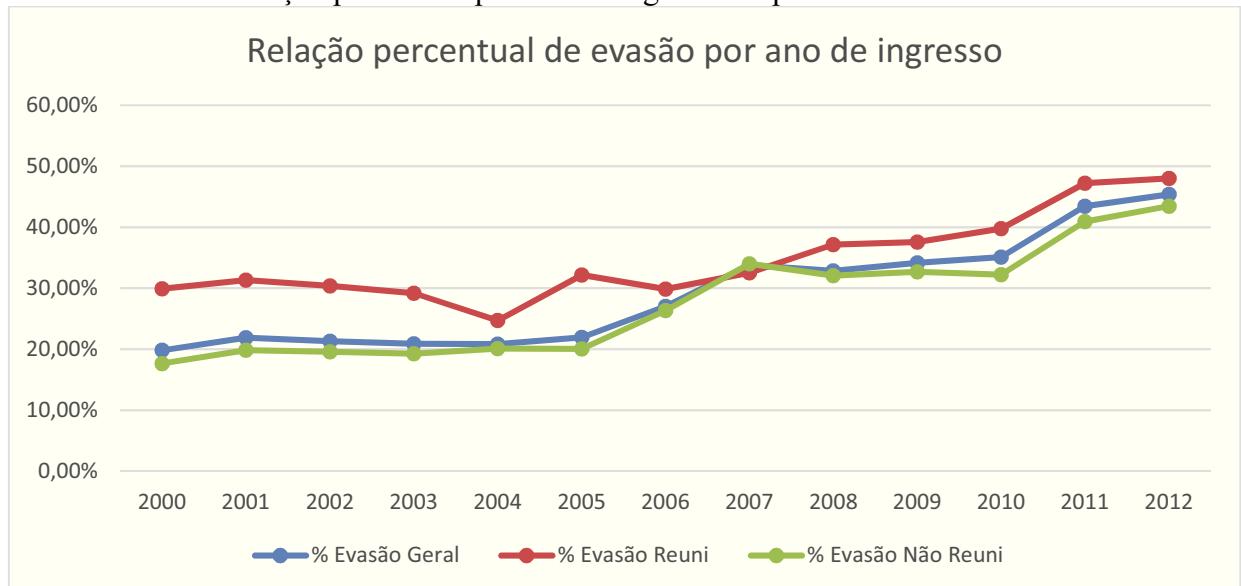
É possível verificar que todas as áreas de conhecimento apresentaram evasão média maior no período do REUNI se comparadas com a evasão no período anterior. Dessa forma, pela análise dos dados de evasão agrupados em grandes áreas, observa-se que a implantação do REUNI na UFU interferiu negativamente no percentual de evasão da instituição, contribuindo com o aumento das taxas de evasão nos cursos aglomerados nas oito áreas de conhecimento. Ressalta-se que a nona área, multidisciplinar, só passou a existir a partir de 2010.

Identifica-se também uma tendência de aumento nas taxas de evasão no período pós-REUNI, visto que, das nove áreas de conhecimento, seis já apresentam evasão média superior ao período de 2000 a 2007 (pré-REUNI).

1.6 Evasão nos cursos REUNI e não REUNI

Ao analisar apenas os cursos que tiveram interferência em virtude do REUNI e os que não sofreram impacto, no período de 2000 a 2012, temos uma evasão discente superior nos cursos REUNI. O Gráfico 5 representa essa relação. A taxa média de evasão nos cursos REUNI ficaram em torno de 34,60% para o período; já a evasão geral ficou em torno de 29,11% e a evasão dos cursos não impactados pelo REUNI esteve em torno de 27,56% no período.

Gráfico 5: Relação percentual por ano de ingresso do período de 2000 a 2012

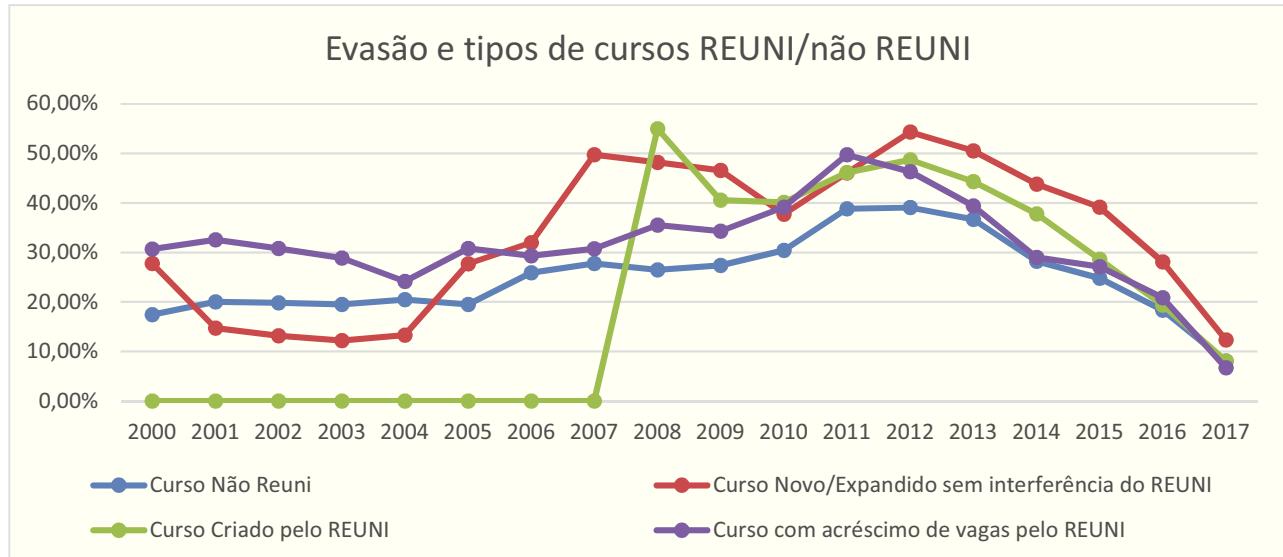


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Buscou-se, ainda, separar os cursos da instituição, com vistas a identificar o impacto dos cursos REUNI/Não Reuni na instituição. Nessas apreciações, avaliou-se todo o período de estudo, ou seja, de 2000 a 2017, mas o período de 2013 a 2017 é tratado aqui apenas como tendência/projeção. Assim, foram aglomerados todos os cursos da UFU em 4 grupos: a) Cursos existentes na instituição antes de 2000 e que não sofreram interferência em virtude da implantação do REUNI, que são denominados de “Curso Não REUNI”; b) Cursos que foram criados e/ou tiveram acréscimos de vagas no período de 2000 a 2017 por motivos institucionais diferentes do REUNI, chamados “Curso Novo/Expandido sem interferência do REUNI”; c) Cursos criados pela adesão da UFU ao REUNI,

denominados de “Curso criado pelo REUNI”; e d) Cursos que já existiam na instituição, mas que passaram a oferecer mais vagas pelo advento da implantação do REUNI na UFU, chamados de “Curso com acréscimo de vagas pelo REUNI”. O Gráfico 6 evidencia o resultado da evasão na instituição a partir dessa outra forma de análise dos cursos REUNI e não REUNI:

Gráfico 6: Relação percentual por agrupamento de cursos REUNI e não REUNI no período de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Dessa forma, avaliando os dados dos percentuais de evasão nos cursos em 4 grupos específicos, é possível identificar que os cursos criados pelo REUNI apresentam percentuais de evasão superior aos cursos não REUNI por todo período que se estende desde a implantação do programa, em 2008, até o ano de 2017. A evasão média nos cursos REUNI, no período de 2008 a 2012, foi de 46,06%, enquanto os cursos não-REUNI, nesse mesmo período, apresentaram média de evasão de 32,42%.

O Gráfico 6 também evidencia que os cursos que já existiam na instituição e que tiveram acréscimo de vagas pelo REUNI, eram cursos que já apresentavam evasão superior àquela apresentada nos cursos não REUNI, evasão esta que continuou superior no período de implantação do Programa, ou seja, nesses casos, não há evidências de que o REUNI tenha impactado na elevação do índice de evasão. Esses cursos apresentavam evasão média, no período de 2000 a 2007, de 29,76%, ou seja, acima da média dos cursos não REUNI, que era de 21,31%. Para o período seguinte, de 2008 a 2012, esses cursos apresentaram taxa média de evasão de 41,01% e os cursos não REUNI, de 32,42%.

1.7 Evasão nos *Campi*

Considerando ainda esse agrupamento em 4 tipos de curso, buscou-se identificar se existem diferenças significativas entre a evasão e os *campi* onde os cursos são oferecidos, ou seja, se algum *campus* apresenta maior evasão que outro. Assim, elaborou-se a Tabela 4 que exibe os dados da evasão por ano, tipo de curso REUNI ou não REUNI, *campus* a que os cursos pertencem.

Nota-se que o *campus* Patos de Minas é o que apresenta maior taxa de evasão média, no período de 2008 a 2012, 54,85%, seguida do *campus* Pontal, com 54,08%. O *campus* Patos de Minas iniciou suas atividades no mesmo período de vigência do REUNI, tendo sido abertos 3 cursos no período: Biotecnologia – Bacharelado/Integral/; Engenharia de Alimentos – Bacharelado/Integral e; Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação – Bacharelado/Integral. Enquanto o *campus* Patos de Minas possui apenas cursos de turno integral e com grau de titulação Bacharel, o *campus* Pontal oferece quase todos os cursos no turno noturno e com grau de Licenciatura.

Importa destacar que o *campus* Pontal iniciou suas atividades em 2007 e oferecia cursos ligados ao atendimento da demanda de docência (licenciaturas) e do mercado de trabalho (Administração e Contábeis). O *campus* Pontal apresenta o maior índice de percentual médio de evasão dos cursos não-REUNI, ou seja, 75,29% de evasão durante o período de 2008 a 2012.

Pode-se verificar, além disso, que os *campi* Umuarama e Educação Física detêm os menores percentuais de evasão média. No *campus* Umuarama, são oferecidos cursos das áreas Médicas e da Saúde; Ciências Biológicas e Agronômicas e Veterinárias e, no *campus* Educação Física, são oferecidos dois cursos na área Médica e da Saúde que são os de Educação Física e o de Fisioterapia. O curso de Fisioterapia foi criado no período do REUNI e apresenta evasão média menor que o curso de Educação Física para o período de 2008 a 2012.

Tabela 4: Relação entre *campi* e evasão – Período 2000 a 2012

Campus e tipos de cursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	% médio de evasão até 2007	% médio de evasão 2008 a 2012	% médio de evasão período 2000 a 2012
Campus EDUCA/ESEBA	8,91%	16,47%	14,46%	24,14%	8,89%	6,67%	16,67%	22,83%	32,97%	33,33%	29,81%	31,90%	27,43%	14,88%	31,09%	21,11%
Curso Não Reuni	8,91%	16,47%	14,46%	24,14%	8,89%	6,67%	16,67%	22,83%	32,97%	37,78%	37,76%	33,68%	34,29%	14,88%	35,29%	22,73%
Curso Criado pelo REUNI										26,98%	17,46%	29,41%	17,14%		22,75%	22,75%
Campus Monte Carmelo														51,25%	48,77%	50,01%
Curso Criado pelo REUNI														51,25%	48,77%	50,01%
Campus Patos de Minas														51,63%	58,06%	54,85%
Curso Criado pelo REUNI														51,63%	58,06%	54,85%
Campus Pontal														56,13%	55,93%	54,12%
Curso Não REUNI														40,00%	25,00%	66,67%
Curso Novo/Expandido sem REUNI														56,26%	56,18%	53,98%
														43,10%	51,04%	57,89%
														56,26%	56,26%	52,44%
Campus Santa Mônica	24,65%	26,31%	25,36%	24,59%	24,37%	28,04%	32,77%	34,60%	34,65%	35,85%	39,44%	47,46%	48,14%	27,59%	41,11%	32,79%
Curso Não REUNI	22,75%	24,63%	23,63%	22,97%	24,47%	25,86%	32,46%	34,88%	33,08%	32,24%	35,90%	45,40%	45,40%	26,46%	38,40%	31,05%
Curso Novo/Expandido sem REUNI	31,25%	20,00%	43,75%	40,00%	18,18%	43,48%	52,29%	40,60%	40,52%	44,87%	37,01%	46,07%	61,54%	36,19%	46,00%	39,97%
Curso Criado pelo REUNI														53,85%	45,62%	46,75%
Curso com vagas pelo REUNI	30,72%	32,59%	30,82%	28,88%	24,18%	30,82%	29,30%	30,74%	35,52%	34,30%	39,15%	49,72%	46,34%	29,76%	41,01%	34,08%
Campus Umuarama	9,14%	11,29%	12,18%	11,66%	13,33%	8,70%	14,25%	15,61%	13,57%	18,15%	20,39%	24,82%	29,37%	12,02%	21,26%	15,57%
Curso Não Reuni	8,24%	11,14%	12,73%	12,15%	13,66%	8,58%	15,18%	14,64%	12,84%	15,82%	16,22%	20,61%	23,33%	12,04%	17,76%	14,24%
Curso Novo/Expandido sem REUNI	26,32%	13,21%	6,67%	5,97%	10,00%	9,88%	5,88%	21,57%	18,18%	17,97%	18,18%	18,69%	17,65%	12,44%	18,13%	14,63%
Curso Criado pelo REUNI														30,08%	29,47%	35,03%
														44,29%		34,72%

Considerando as análises dos cursos agrupados em 4 blocos e 6 *campi*, é possível assegurar que todos os cursos criados ou que passaram por ampliação de vagas pelo REUNI apresentaram evasão média para o período de 2000 a 2012 superior à evasão nos cursos que não tiveram nenhum tipo de interferência do Programa. Ainda, com exceção do *Campus Umuarama*, todos os outros *campi* apresentaram evasão média superior a 30% no período de 2008 a 2012. Ademais, em todos os *campi*, o percentual de evasão média do período de 2008 a 2012 foi superior à do período de 2000 a 2007, o que corrobora a hipótese de que não somente o REUNI impactou as taxas de evasão da instituição, mas que a combinação de outros fatores está influenciando a elevação dessas taxas.

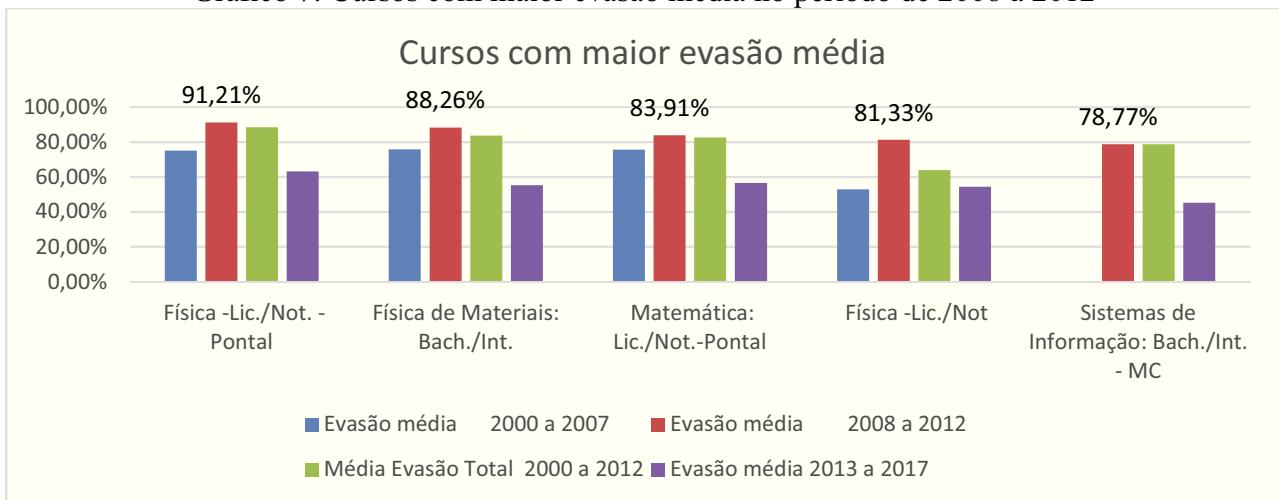
1.8 Evasão nos cursos

Foram analisados ainda o percentual de evasão média nos cursos de graduação presencial oferecidos pela Instituição. Utilizou-se como parâmetro o maior percentual médio do período de 2008 a 2012, que é o período de implantação do Programa REUNI. No Gráfico 7, é possível visualizar os cinco cursos com maior evasão média no período referenciado, podendo-se também identificar a evolução da evasão no período anterior, de 2000 a 2007, bem como a evasão média do período de 2000 a 2012 e, ainda, a projeção da evasão no período pós-reuni, 2013 a 2017.

Os 5 cursos que apresentam maior evasão média, 4 são da área de Ciências Matemáticas e Naturais, ressaltando-se que o curso de Sistemas de Informação pertence à área de Engenharia e Computação. Com exceção do curso de Sistemas de Informação, *campus* Monte Carmelo, que, neste trabalho, foi enquadrado como curso REUNI, todos os demais são cursos que a instituição já ofertava e que não sofreram nenhuma interferência do Programa.

É possível identificar que todos os cursos que existiam no período antes do REUNI também apresentam tendência de aumento nas taxas de evasão no período de implantação do REUNI, convergindo para os achados anteriores apresentados neste trabalho, inclusive, em relação ao período de 2013 a 2017, em que a maioria dos cursos ainda estão em andamentos, os 5 cursos já apresentam evasão superior a 40%.

Gráfico 7: Cursos com maior evasão média no período de 2008 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Além do curso de Sistemas de Informação, os cursos REUNI que se destacam em evasão média durante o período de 2008 a 2012 são os de:

- Graduação em Estatística – Bach/Not/Santa Mônica – 76,50%. Curso criado em 2010;
- Graduação em Física Médica - Bach/Int/Santa Mônica – 69,54%. Curso Criado em 2010;
- Graduação em Química – Lic/Noturno/Santa Mônica – 66,79%. Curso criado em 2008.

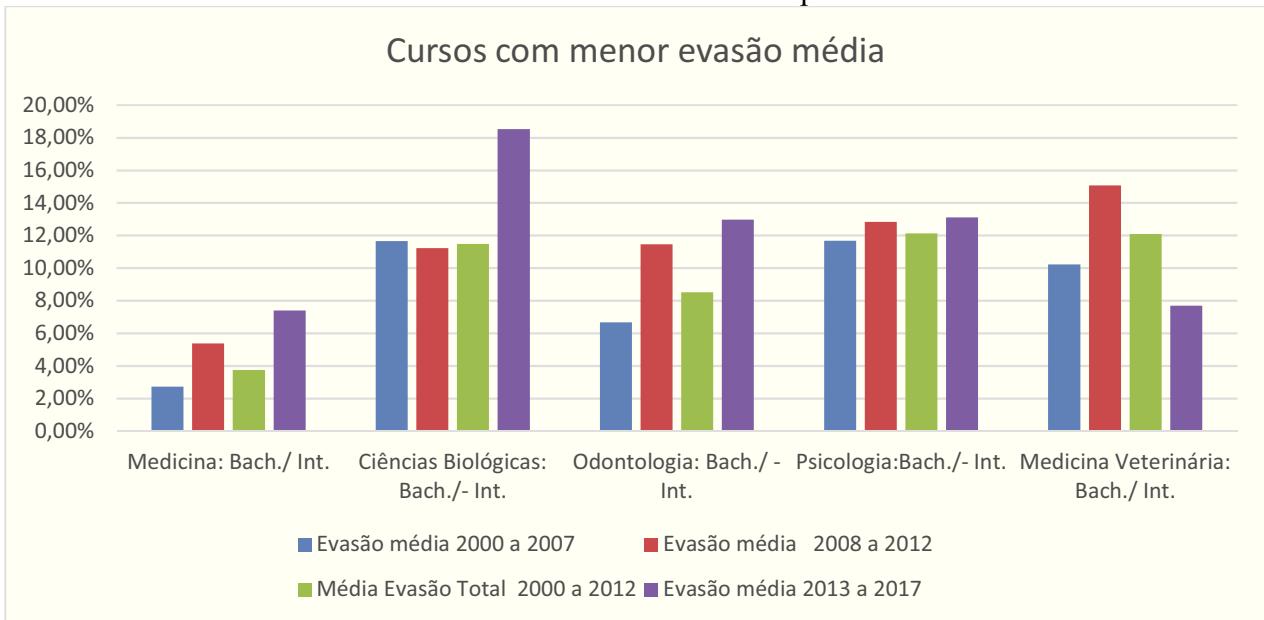
Todos os 3 cursos REUNI são também da área de Ciências Matemáticas e Naturais, o que reforça a suposição de que, ao criar ou expandir os cursos devido à implementação do REUNI na instituição, foi realizada pouca ou nenhuma análise da demanda dos cursos ou mesmo cogitado as altas taxas de evasão relacionadas aos cursos de exatas.

Logo, os cursos que apresentam tendência inversa, ou seja, apresentam menor evasão média no período de implantação do programa REUNI, são os ilustrados no Gráfico 8.

É possível verificar que todos os cinco cursos que apresentam menor evasão média para o período de 2008 a 2012 são cursos que a instituição já oferecia. O curso de Medicina é um dos cursos que mais oferece vagas anualmente, 120 vagas anuais e, simultaneamente, é o curso de maior demanda da instituição, sendo 5,36% seu percentual médio de evasão para o período de 2008 a 2012, seguido dos cursos de Ciências Biológicas, com 11,22%, Odontologia, com 11,46%, Psicologia, com 12,82% e Medicina Veterinária, com 15,07%.

Todos os cursos que possuem menor evasão média são oferecidos de forma integral e com grau de formação bacharelado. Destaca-se que todos os 5 cursos são oferecidos no *campus* Umuarama. Os pequenos índices de evasão relacionados aos cursos de Medicina, Odontologia e Veterinária já haviam sido evidenciados no trabalho de Lobo e Colaboradores (2007).

Gráfico 8: Cursos com menor evasão média no período de 2008 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Os cursos criados pelo REUNI e que apresentam menor evasão média para o período de 2008 a 2012 são:

- Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado/Integral - *campus* Santa Mônica: 19,24%. Curso com aumento de oferta de 10 vagas; já ofertava 25 anualmente;
- Graduação em Fisioterapia – Bacharelado/Integral – *campus* Educação Física: 22,75%. Curso criado em 2010;
- Graduação em Biotecnologia – Bacharelado/Integral – *campus* Umuarama: 26,62%. Curso criado em 2009.

Importante destacar que os cursos que tiveram a interferência na sua oferta de vagas ou foram criados pelo REUNI e que apresentam índices de evasão menores são também cursos de bacharelado e oferecidos no período integral.

Dos cursos existentes na instituição, 26 deles, ou seja, 26,57%, apresentam evasão média no período de 2008 a 2012 superior a 50%. Já 39 deles, ou seja, 42,85%, exibiram índices de evasão médio entre 30 a 50% e 21,97%, ou seja, 20 cursos, tiveram taxa média de evasão inferior a 30%. Desses 91 cursos, 6 foram criados entre os anos de 2013 a 2015, logo não foi possível calcular a média de evasão para o período de 2008 a 2012. Ao final da dissertação que originou esse resumo executivo encontra-se a relação de todos os cursos oferecidos pela instituição organizados em ordem decrescente de taxa de evasão média no período de 2008 a 2012, Apêndice A. É possível também

visualizar os índices médios de evasão dos períodos de 2000 a 2007, 2000 a 2012 e projeção do período de 2013 a 2017.

Construiu-se, ainda, duas tabelas comparativas com os cursos iguais, mas que são oferecidos em turnos diferentes, na tentativa de identificar se existe maior ou menor evasão entre os cursos ofertados nos turnos noturnos ou integrais/matutinos. A Instituição oferece 12 cursos nessa situação, sendo eles:

- m) Administração (Bacharelado);
- n) Artes Visuais (Bacharelado e Licenciatura);
- o) Ciências Biológicas (Licenciatura);
- p) Ciências Contábeis (Bacharelado);
- q) Direito (Bacharelado);
- r) Filosofia (Bacharelado e Licenciatura);
- s) Geografia – Pontal (Bacharelado e Licenciatura);
- t) Geografia – Santa Mônica (Bacharelado e Licenciatura);
- u) História (Bacharelado e Licenciatura);
- v) Letras (Licenciatura);
- w) Pedagogia (Licenciatura);
- x) Sistemas de Informação – Santa Mônica e Monte Carmelo (Bacharelado).

Da análise, constatou-se que cinco dos cursos oferecidos no turno noturno apresentam evasão total maior que o seu correspondente integral/matutino e sete apresentam evasão total maior inversa, ou seja, o curso integral/matutino apresenta maior evasão total que seu correspondente noturno. As Tabelas 5 e 6 apresentam os cursos analisados e a evasão total média correspondente.

Tabela 5: Cursos oferecidos nos turnos noturno com percentual total de evasão superior ao seu correspondente integral/matutino – período 2008 a 2012

Cursos noturno com evasão total maior que integral/matutino						
Curso	Grau	Turno	2000-2007	2008-2012	2000-2012	2013-2017
Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	48,63%	48,63%	27,30%	
		Integral	14,58%	31,59%	21,12%	22,85%
Artes Visuais:	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	48,38%	52,67%	50,03%	30,90%
		Integral	38,98%	41,10%	39,80%	21,38%
História	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	30,72%	56,42%	40,61%	36,27%
		Matutino	26,94%	52,91%	36,93%	33,54%
Letras	Licenciatura	Noturno	29,70%	49,44%	37,29%	43,07%
		Matutino	26,96%	46,83%	34,60%	27,10%
Geografia:	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	28,20%	44,03%	34,29%	38,80%
		Matutino	24,63%	41,42%	31,09%	26,47%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Tabela 6: Cursos oferecidos nos turnos integral/matutino com percentual total de evasão superior ao seu correspondente noturno – período 2008 a 2012

Cursos integrais/matutinos com evasão total maior que noturno						
Curso	Grau	Turno	2000-2007	2008-2012	2000-2012	2013-2017
Sistemas de Informação: Monte Carmelo e Uberlândia	Bacharelado	Integral		78,77%	78,77%	45,13%
		Noturno		65,57%	65,57%	30,63%
Geografia: Pontal	Bacharelado/Licenciatura	Matutino	61,54%	63,62%	63,27%	41,47%
		Noturno	56,10%	56,93%	56,79%	34,42%
Filosofia:	Bacharelado/Licenciatura	Matutino		57,62%	57,62%	44,67%
		Noturno	36,25%	56,42%	44,01%	37,71%
Administração	Bacharelado	Integral		32,04%	32,04%	20,87%
		Noturno	25,63%	30,13%	27,36%	18,51%
Ciências Contábeis	Bacharelado	Integral		35,62%	35,62%	18,78%
		Noturno	16,26%	21,92%	18,44%	16,83%
Pedagogia	Licenciatura	Matutino	11,26%	26,60%	17,16%	24,14%
		Noturno	9,81%	23,77%	15,18%	21,86%
Direito	Bacharelado	Matutino	9,13%	16,03%	11,78%	14,44%
		Noturno	12,18%	15,36%	13,40%	12,61%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados da DIRAC/UFU

Entre os cursos oferecidos nos turnos integral/matutino que possuem maior evasão total média de seu curso equivalente do turno noturno, estão os de: Ciências Contábeis, que apresenta uma diferença de 13,70 pontos percentuais em relação a seu curso equivalente noturno, seguido do curso de Sistema de Informação, oferecido no *campus* Monte Carmelo, que apresenta diferença de 13,20 pontos percentuais em relação ao curso oferecido no *campus* Santa Mônica.

O curso noturno que se sobressai em evasão total média em relação a seu respectivo curso oferecido no turno integral/matutino é o de Ciências Biológicas, turno noturno, que apresentou 17,04 pontos percentuais a mais que seu equivalente do turno integral, enquanto o curso de Artes Visuais apresenta 11,58 pontos percentuais de evasão superior que o integral.

Pelas análises não foi possível identificar evidências que comprovem que é o turno de oferecimento do curso que influencia as taxas de evasão, mas, sim, o próprio curso.

ANEXO A – Quadro referencial das áreas de conhecimento e cursos afins



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Pró-Reitoria de Graduação
 Diretoria de Processos Seletivos



QUADRO I: REFERENCIAL DOS CURSOS AFINS E RESPECTIVAS ÁREAS		
Nº DA ÁREA	GRANDES ÁREAS: CNPq, CAPES, FINEP	CURSOS AFINS
I	Ciências Biológicas	Ciências Biológicas, Ecologia.
II	Ciências Médicas e da Saúde	Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Educação Física, Biomedicina, Terapia Ocupacional, Biotecnologia, Gestão em Saúde Ambiental.
III	Engenharias e Computação	Engenharias (Química, Civil, de Minas, Mecânica, Elétrica, Biomédica, de Produção, Nuclear, Mecatrônica e Robótica, Sanitária, de Transportes, Naval e Oceânica, Aeroespacial, Aeronáutica, Têxtil, Cartográfica e Agrimensura), Computação, Sistemas de Informação.
IV	Ciências Agronômicas e Veterinárias	Agronomia, Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Tecnologia de Alimentos, Engenharia Ambiental.
V	Ciências Humanas	Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Teologia, Psicologia, Pedagogia, Relações Internacionais, Ciências Políticas e Antropologia.
VI	Linguagens e Artes	Letras e suas habilidades, Artes Cênicas, Artes Visuais, Teatro, Música, Dança, Tradução, Cinema, Design, Musicoterapia, Regência.
VII	Ciências Matemáticas e Naturais	Física, Química, Química Industrial, Física Médica, Física de Materiais, Geologia, Astronomia, Oceanografia, Estatística e Matemática
VIII	Ciências Socialmente Aplicáveis	Direito, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Arqueologia, Comunicação Social, Moda, Economia Doméstica, Turismo e Hotelaria, Serviço Social, Relações Públicas.
IX	Multidisciplinar: Engenharia/Tecnologia/Gestão	Gestão da Informação

Para os cursos de origem **não** constantes da coluna “cursos afins” do quadro acima, o CANDIDATO deverá consultar o endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf> para verificar a grande área na qual o seu curso de origem está inserido.